

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CÂMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E DESENVOLVIMENTO
REGIONAL - MESTRADO**

FLÁVIA REGINA MIECOANSKI

**A PERMANÊNCIA DO JOVEM NO CAMPO: UMA ANÁLISE PARA O SUDOESTE
DO PARANÁ**

DISSERTAÇÃO

**FRANCISCO BELTRÃO
2018**

FLÁVIA REGINA MIECOANSKI

**A PERMANÊNCIA DO JOVEM NO CAMPO: UMA ANÁLISE PARA O SUDOESTE
DO PARANÁ**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional – PGDR – da Universidade Estadual do Oeste do Paraná como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional.

Área de concentração: Gestão e Desenvolvimento Regional

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento Regional e Agroindústria

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Lopes de Moraes

FRANCISCO BELTRÃO
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação (CIP)
Sistema de Biblioteca – UNIOESTE – Câmpus de Francisco Beltrão.

Miecoanski, Flavia Regina

A permanência do jovem no campo: uma análise para o sudoeste do Paraná / Flavia Regina Miecoanski; orientador(a), Marcelo Lopes de Moraes, 2018.

85 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Câmpus de Francisco Beltrão, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional, 2018.

1. Agricultura familiar. 2. Exôdo rural. 3. Jovem. 4. Permanência no campo. I. Moraes, Marcelo Lopes de. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

A Banca Examinadora de Defesa de Dissertação do Programa de Pós Graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional – Mestrado, da Unioeste – *Câmpus* de Francisco Beltrão, em Sessão Pública realizada na data de 09 de março de 2018, considerou a mestranda **Flavia Regina Micoanski, APROVADA.**

Dr. Marcelo Lopes de Moraes
Orientador e Presidente da Banca

Dr. Cármem Ozana de Melo
Membro da Banca

Dr. Giovanna Miranda Mendes
Membro (externo) da Banca

OBS: As assinaturas dos membros da banca podem ser encontradas na versão impressa, presente na biblioteca.

Francisco Beltrão, 09 de março de 2018.

AGRADECIMENTO

Neste momento de agradecimento muitas coisas vêm à minha mente, desde a seleção para o mestrado, com o receio de não ser aprovada até o momento da banca com a missão de defender a pesquisa realizada durante o curso.

E em todos esses momentos pessoas muito importantes estiveram ao meu lado encorajando-me a continuar. Agradeço muito a todos!

Agradeço a Deus por nunca ter me abandonado. Às pessoas fundamentais na minha vida, aos meus pais que sempre apoiaram meus estudos, à minha madrinha Nair, à minha avó Leocádia que disse que eu não precisava ter medo de nada. Agradeço à minha avó Catarina por me acolher sempre em sua casa.

Aos colegas do mestrado que sempre apoiaram uns aos outros. Em especial a Andressa Palavecini que esteve ao meu lado todos os dias nessa jornada.

Aos nossos professores que compartilharam conosco seus conhecimentos.

À minha banca, professora Dr. Cármem Ozana de Melo e Dr. Giovanna Mendes pelas contribuições.

Agradeço em especial ao meu orientador, professor Dr. Marcelo Lopes de Moraes que me ajudou a ampliar meus conhecimentos e que sempre dizia que eu não precisava agradecer por isso! Mesmo assim, agradeço-lhe!

Meus agradecimentos a Capes, pela concessão da bolsa de estudos.

Aos alunos e professores do Ceep, por colaborarem com a pesquisa.

E deixo meu humilde agradecimento à Universidade Estadual do Oeste do Paraná pela educação gratuita e de qualidade que me ofereceu durante minha graduação em Administração e por conceder-me a oportunidade de cursar o Mestrado.

Amar e mudar as coisas me interessa mais. (Belchior)

RESUMO

A PERMANÊNCIA DO JOVEM NO CAMPO: UMA ANÁLISE PARA O SUDOESTE DO PARANÁ

A agricultura familiar, caracterizada principalmente pelo uso da mão de obra e o gerenciamento da propriedade pelos mesmos, apresenta uma importante atividade econômica na mesorregião sudoeste do Paraná. Deste modo, é importante averiguar o futuro dessa atividade, que teoricamente, depende dos jovens que são filhos desses agricultores familiares. O objetivo dessa pesquisa foi verificar quais são os fatores que influenciam na permanência e na saída do jovem do campo. Para atender o objetivo proposto, foi realizada uma entrevista com alunos do terceiro ano do curso técnico em agropecuária do Centro Estadual de Educação Profissional do Sudoeste do Paraná, localizado em Francisco Beltrão/PR. A amostra, composta por 52 jovens, foi obtida de forma não aleatória, já que esses tinham que atender requisitos necessários, como: serem filhos de agricultor familiar e residirem na zona rural. O formulário aplicado, única ferramenta de coleta de dados, foi submetido a validação e contou com a contribuição de oito profissionais que trabalham com o tema. Os resultados demonstram que os principais fatores que influenciam o jovem a permanecer no campo e a sair dele, são o tamanho das propriedades rurais, a mecanização das propriedades, o diálogo com os pais e a participação na tomada de decisão na propriedade, e as opções de lazer na zona rural.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Êxodo rural. Jovem. Permanência no campo.

ABSTRACT

A PERMANENCE OF THE YOUNG PERSON IN THE RURAL AREA: AN ANALYSIS FOR SOUTHWESTERN PARANÁ

The family farm, characterized mainly by labor and farm management, presents an important economic activity in the southwestern Paraná. In this way, it is important ascertain the future this activity, that theoretically, depend of young people that are children of these families farm. The objective this essay was to verify which the factors that influence the permanence or the output of the young person in the rural area. To attend the objective propose was realized an interview with students of 3rd year of technical course in farming of State Center for Professional Education in the Southwest of Paraná, localized at Francisco Beltrão/PR. The sample, composite by 52 young people, was taken not random order, of now that had to attend necessary requirements, as be child of family farm and reside in rural area. The application form, only tool of data collection, was submitted the validation and count on the contribution of eight professionals that work with the theme. The results show that the main factors that influence of young person to permanence or output in the rural area are the farm size, mechanization of properties, conversation with parents and the participation in decision-making in the property, and the options of leisure in the rural area.

Keywords: Family farm. Rural exodus. Young person. Permanence in the rural area.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 A AGROPECUÁRIA NO BRASIL	3
2.1 A REVOLUÇÃO VERDE	4
2.2 A AGRICULTURA FAMILIAR	11
2.3 O JOVEM E O FUTURO DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	18
2.4 DESENVOLVIMENTO RURAL E O NOVO RURAL.....	22
2.5 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ	29
3 REVISÃO DA LITERATURA	32
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	36
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	39
5.1 PERFIL SOCIOECONÔMICO.....	39
5.2 CARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE	44
5.3 RELAÇÃO DO JOVEM COM O CAMPO	51
5.4 RELAÇÃO DO JOVEM COM A CIDADE	58
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
7 REFERÊNCIAS	72
APÊNDICE	80

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é importante para o fornecimento de alimentos para o mercado interno, e os jovens desempenham um papel fundamental na continuação das comunidades rurais, pois são eles que herdam a propriedade de seus pais e dão continuidade às atividades da família.

A produção da agricultura familiar na região sudoeste do Paraná é caracterizada pela utilização de técnicas modernas e rudimentares no cultivo de grãos. Desde que se iniciou a colonização desta região, a atividade leiteira passou a ser uma importante fonte de renda para a agricultura familiar. As características geográficas e culturais da região, juntamente com o processo de modernização da agricultura favoreceram a produção de leite, aumentando a produção e produtividade (SCHMITZ; SANTOS, 2013).

A agricultura familiar, caracterizada como tal, por ser um setor em que os administradores e gerentes das propriedades também são os próprios trabalhadores rurais, constitui o segmento mais numeroso em estabelecimentos rurais no país, apresentando significativa importância econômica para diversas cadeias produtivas. Embora importante, não estava incluída nas estratégias de desenvolvimento rural brasileiro até a implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que a partir de sua criação, resultou em novas perspectivas para o modelo agrícola do país, com o objetivo de inserir econômica, social e politicamente os agricultores familiares no processo de desenvolvimento social (ABRAMOVAY *et al.*, 1998).

De maneira geral, pode-se dizer que até o início da década de 1990, não havia nenhum tipo de política pública nacional direcionada à agricultura familiar (MATTEI, 2014). A agricultura familiar desempenha um papel importante no país, e para que esta atividade tenha continuidade é fundamental que estudos e pesquisas sobre a juventude rural sejam realizados, pois, esses jovens são os responsáveis pelo futuro desse setor e por possíveis mudanças que possam acontecer no ramo (CARVALHO *et al.*, 2009). As crises e mudanças recentes no meio rural afetaram o planejamento de vida das famílias e conseqüentemente, dos jovens rurais (COSTA, 2011).

É possível visualizar a contemporaneidade contida no tema juventude rural, pois, envolve a agricultura familiar, o desenvolvimento rural, a sucessão da terra, a segurança alimentar, a reprodução social da família e as futuras relações e interações de desenvolvimento. É nesses jovens que se deposita grande responsabilidade das perspectivas futuras do espaço

rural. No contraponto, tem-se um status construído na vida urbana, que oferece ao jovem um mundo idealizado voltado a padrões de comportamento onde o jovem se propõe a buscar o seu espaço (REDIN, 2012).

Devido a essas variáveis, torna-se importante investigar quais os fatores que influenciam os jovens a continuar vivendo no campo e desempenhando as atividades agrícolas, e também, fatores que levam os jovens a migrar para as cidades buscando o trabalho assalariado com uma rotina diferente daquela do campo.

Dessa forma, o objetivo geral deste trabalho é verificar quais os fatores que influenciam na permanência e na saída do jovem do campo. Para atender o objetivo proposto, foi realizada uma pesquisa de campo, em que a coleta de dados se deu por meio de um formulário aplicado a 52 jovens alunos do terceiro ano do ensino médio do Centro Estadual de Educação Profissional do Sudoeste do Paraná (CEEP), que atendiam aos requisitos necessários estabelecidos para essa pesquisa, sendo: residir na zona rural e ser filho de agricultor familiar. O CEEP, tem sua sede no município de Francisco Beltrão/PR e possui o curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio e Técnico em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio.

Além desta introdução, este trabalho está estruturado da seguinte maneira: na sequência aborda-se a agropecuária no Brasil, tratando sobre a revolução verde, a agricultura familiar, o jovem e o futuro da agricultura familiar, o desenvolvimento rural e o novo rural e a revisão da literatura. O terceiro capítulo trata da caracterização da região sudoeste do Paraná, o quarto capítulo trata dos procedimentos metodológicos, o quinto capítulo traz os resultados e discussões e por último, as considerações finais da pesquisa.

2 A AGROPECUÁRIA NO BRASIL

Neste capítulo será abordado de maneira resumida, o início da agricultura no Brasil no período da colonização e a modernização ocorrida neste segmento através da Revolução Verde e como esta afetou o pequeno produtor rural.

O Brasil é caracterizado desde o início de sua colonização pela ocupação agrícola, e é um dos países produtores agrícolas com maior destaque. Sua história acaba confundindo-se com a da agricultura, visto que, os primeiros colonizadores portugueses que neste país chegaram, sobreviveram em virtude da aprendizagem das técnicas agrícolas nativas praticadas pelos índios¹ (PRIORE; VENÂNCIO, 2006).

O início da colonização do território brasileiro se fez com a doação de grandes extensões de terra a particulares, denominadas sesmarias. Daí surgiram os latifúndios escravistas: a necessidade de exportar em grande escala e a escassez de mão de obra na colônia uniram-se a existência de um rentável mercado de tráfico de escravos (GRAZIANO DA SILVA, 1993 p.25).

As atividades produtivas da colônia giravam em torno do comércio e da agricultura; não existiam indústrias. O latifúndio escravista produzia somente para exportar e o produto mudava de acordo com a vontade de Portugal, a qual, no início foi o açúcar e, no fim da escravidão, o café (GRAZIANO DA SILVA, 1993).

Diante do fim da escravidão, era previsível o advento do trabalho livre que permitisse a substituição do escravo. O meio encontrado para essa substituição estava pautado na abertura de correntes migratórias de países que possuíssem um excesso populacional. A opção dirigiu-se para os imigrantes europeus, principalmente, italianos, alemães e mais tarde, espanhóis (MARTINS, 1995).

A pequena propriedade começou a se estabelecer com a transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1808. Durante os séculos XIX e XX, com intensidade variável estes núcleos de pequenas propriedades se difundem largamente no sul do país: no estado de Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Nas outras regiões que receberam imigrantes, como no estado de São Paulo em particular, a pequena propriedade sofreu concorrência da grande lavoura cafeeira que absorveu a maior parte dos imigrantes (PRADO JÚNIOR, 1981).

¹ Muitas foram as tentativas dos colonizadores em adaptar espécies de plantas não nativas no Brasil, porém, algumas não vingaram ao clima tropical como o trigo, por exemplo, mas as espécies nativas aos poucos começaram a agradar o paladar dos portugueses como a mandioca, o milho e as frutas silvestres (PRIORE; VENÂNCIO, 2006).

O que favoreceu a pequena propriedade foi a formação de grandes aglomerações urbanas e industriais, pois, havia a necessidade de abastecer esses grandes centros e essa produção não era compatível com os padrões da grande propriedade monocultural. A produção especializada, trabalhosa e de pequena margem de lucros, característica da produção de pequena propriedade, não era possível em larga escala e nem atraente para o grande latifundiário, o que favoreceu o estabelecimento de lavrados mais modestos (PRADO JÚNIOR, 1981).

Com a Lei de Terras em 1850, as terras devolutas tornaram-se propriedade do Estado, não sendo possível ocupar as terras nas fronteiras agrícolas, e assim, os imigrantes ou camponeses não-proprietários sujeitaram-se a trabalhar para um grande fazendeiro, acumulando pecúlio para que mais tarde pudessem comprar suas próprias terras, ou seja, em troca de um trabalho árduo, os camponeses poderiam acumular e mais tarde tornar-se pequenos proprietários. Ao mesmo tempo que o camponês estava liberto da grande propriedade, dependia dela para adquirir capital para seu próprio pedaço de terra (MARTINS, 1995).

A partir da Lei de Terras, o Estado passou a empenhar-se numa política de criação de núcleos coloniais destinados a pequenos proprietários, em sua maioria imigrantes estrangeiros, que se ocupavam do cultivo de gêneros de subsistência para o mercado interno. Essa política foi empregada especialmente nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo e, em certa medida no estado de São Paulo (PRADO JÚNIOR, 1981).

No início das imigrações, eram realizadas propagandas para estimulá-las e proporcionava-se aos imigrantes algumas facilidades para aquisição de propriedades. Porém, essas iniciativas foram abandonadas em 1886, pois as imigrações haviam se intensificado e os estímulos tornaram-se dispensáveis (PRADO JÚNIOR, 1981).

Desde que os imigrantes europeus chegaram ao Brasil, até o início da Revolução Verde, os produtores familiares possuíam cultivos diversificados dentro de suas propriedades, principalmente de alimentos. De certo modo, havia uma subordinação destes produtores ao capital comercial, já que os excedentes de sua produção eram muitas vezes comercializados para as regiões que demandassem por esses bens (STOFFEL, 2012).

2.1 A REVOLUÇÃO VERDE

Mais tarde, nos anos 1930, se desenvolveram do ponto de vista alimentar alguns paradoxos: de um lado a crise em que os agricultores dos países industrializados se encontravam com excedentes de produção impossíveis de serem colocados no mercado e de outro lado, os progressos científicos a respeito da biologia humana evidenciaram o problema da desnutrição,

tomando-se consciência da situação alimentar nos países em desenvolvimento o que permitiu conhecer o fenômeno da subalimentação e da fome. Enquanto os especialistas em nutrição humana alertavam da necessidade de aumentar a disponibilidade de alimentos, os economistas recomendavam diminuir a produção agrícola para resolver o problema dos excedentes (CHONCHOL, 2005).

Em 1945, com o fim da segunda guerra, o presidente dos Estados Unidos convocou uma reunião das Nações Unidas sobre a agricultura e a alimentação, e como resultado amplo do debate, criou-se um organismo denominado Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) (HIRAI; ANJOS, 2007).

Em 1952, as disponibilidades alimentares recuperaram o nível do pré-guerra, reaparecem excedentes nos Estados Unidos voltando a preocupar os economistas, ao mesmo tempo, observa-se algumas situações de fome no Extremo Oriente. Em 1954, a FAO propõe eliminar os excedentes destinando-os, através da organização de doações alimentares, aos países com *déficit* de alimentos. Em 1960, ainda se observam situações de fome no extremo oriente e a FAO passa a apoiar a comunidade científica em esforços para a produção de trigo e de arroz de alto rendimento por volta de 1965, que mais tarde se estendeu à América Latina (CHONCHOL, 2005).

No pós-guerra (1960), inicia-se o discurso teórico e político sobre a emergência da reforma agrária no Brasil, surgindo então, quatro centros de reflexão sobre a questão agrária: o Partido Comunista Brasileiro (PCB), cujo debate era centrado nas condições sub-humanas de trabalho da população rural; os setores reformistas da Igreja Católica, com a discussão sobre a injustiça e a exclusão social do homem do campo; a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que argumentava sobre o caráter inelástico da oferta de alimentos às pressões da demanda urbana e industrial; e também os economistas conservadores, com uma posição muito distinta dos demais, com um pensamento econômico contrário a reforma agrária (DELGADO, 2005).

Discutiam-se dois caminhos para atingir a elevação da produção de alimentos, um deles, era através da reforma agrária para que os agricultores obtivessem terras para produzir retirando-as das mãos dos latifundiários, o que evitaria o êxodo rural. Outro caminho, era a adoção de “pacotes tecnológicos” para aumentar a produção através da produtividade sem alterar a posse da terra (ZAMBERLAM; FRONCHETI, 2001).

Com o golpe militar em 1964, derrotou-se o movimento pela reforma agrária e o pensamento conservador impôs um debate exclusivo em torno das questões relativas à oferta e

à demanda de produtos agrícolas e seus efeitos sobre o preço e o emprego. Para este grupo, apresenta-se cinco funções da agricultura: I) liberar mão-de-obra para indústria; II) gerar oferta adequada de alimentos; III) suprir matérias-primas para indústrias; IV) aumentar as exportações agrícolas; e V) transferir renda real para o setor urbano. Com isso, estimulou-se a adoção de pacotes tecnológicos² da revolução verde considerados sinônimos da modernidade, e houve também, mediação para a adoção de crédito na agricultura para volumosos subsídios financeiros (DELGADO, 2005).

Essa intervenção ficou conhecida como “revolução verde” e propunha ações de intervenção com caráter compensatório, que eram entendidas como solução para os agricultores que não conseguiam se modernizar. Mas, naquele momento, o governo priorizava o apoio à modernização das grandes propriedades (TOLENTINO, 2016).

O governo Federal e os Estaduais assumiram essa modernização da agricultura via pacotes tecnológicos, com as seguintes medidas: divulgação dos investimentos e propostas; envio de professores, técnicos e pesquisadores para o exterior para treinamentos, e a vinda de técnicos estrangeiros para dar treinamentos no Brasil; atração de empresas transnacionais para que houvesse produção de insumos, máquinas e equipamentos e de indústrias processadoras de matérias-primas agrícolas; criação de centros de pesquisa; estímulo ao surgimento de cooperativas agrícolas e reformulação do papel do Banco do Brasil passando a ser o órgão financiador da agricultura (ZAMBERLAM; FRONCHETI, 2001).

O Estado foi o grande financiador dessa modernização, pois através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e dos subsídios, atuou em benefício dos latifundiários e das multinacionais, assumiu riscos e custos de produção. Desse modo, é possível afirmar que a eficiência dos grandes produtores deve-se aos auxílios do Estado (AGRA; 2001). Além do crédito, foram criados programas de subsídios diretos às atividades rurais, com o objetivo de baratear a compra de insumos por meio do pagamento de parte do preço do insumo industrial com recursos do Estado (TEIXEIRA, 2005).

No entanto, os resultados não foram equilibrados nas regiões do país, pois os incentivos privilegiaram os latifúndios e a concentração fundiária e, ainda a saída do homem do campo (MELO; PARRÉ, 2007). Esses incentivos se concentraram nas regiões sul, sudeste e centro-oeste do Brasil e na monocultura de produtos para exportação. As regiões mais pobres do país,

² De acordo com Zamberlam e Froncheti (2001), os pacotes tecnológicos surgiram no pós-guerra mundial, quando grandes empresários perceberam que o lucro dos alimentos era permanente e possuindo grandes sobras de material de guerra (indústria química e mecânica) direcionaram essas sobras para a agricultura.

o norte e o nordeste, com a predominância de pequenos produtores e da policultura, ficaram a margem desse processo (AGRA, 2001).

As mudanças que ocorreram na agricultura brasileira redefiniram as relações entre a agricultura e a indústria, originando um novo padrão de produção agrícola. Investimentos estatais foram realizados no setor agrícola, estes privilegiaram o uso de insumos químicos, sementes selecionadas, a mecanização agrícola, a irrigação das lavouras, e também, o uso de variedades genéticas das culturas de acordo com a adaptação ao clima das diferentes regiões do Brasil (MELO; PARRÉ, 2007).

Esta modernização foi direcionada para o aumento da produtividade no curto prazo para minimizar os riscos e maximizar o controle do homem sobre a natureza e, conseqüentemente, sua capacidade de reproduzir de forma artificial as condições da natureza. Esse processo de modernização teve um maior direcionamento aos latifundiários, os quais, eram potenciais consumidores dos produtos industriais, cuja produção havia se instalado no Brasil (AGRA, 2001).

Nesse processo de modernização, tinha-se a mecanização e a quimificação, que fez a agricultura tornar-se subordinada à indústria. De modo que, a agricultura precisava adquirir implementos, maquinário e insumos químicos das indústrias, resultando em um grande mercado de produtos industriais, e o resultado da produção agrícola era fornecido como matéria-prima para as agroindústrias (TOLENTINO, 2016).

É possível observar os resultados gerados a partir da modernização agrícola em cada década. Na década de 1960, a produção agrícola apresentou um desempenho melhor do que na década anterior. A maioria dos produtos, tanto os exportáveis quanto os de mercado interno, cresceram mais do que a população nacional, em torno de 3% ao ano. A economia brasileira ficou mais aberta ao exterior e houve aumento de exportação de produtos agrícolas industrializados. Ao final da década de 1960, os preços dos insumos e dos bens de capital decresciam, enquanto os preços agrícolas aumentavam (LUCENA; SOUZA, 2001).

Já na década de 1970, manteve-se a expansão do setor exportador, os preços internacionais mostravam-se ainda mais favoráveis e predominava a política de crédito subsidiado. As taxas de juros dos créditos concedidos mantiveram-se menores que a inflação e, nesse período, o crédito rural foi o grande responsável pelo desenvolvimento do setor agrícola. A fase de declínio do crédito rural iniciou-se em dezembro de 1979, com o aumento da taxa de juros que se tornaram mais altas que a inflação, reduzindo a procura pelo crédito. Com

desequilíbrios macroeconômicos, a taxa de inflação passou de 77,2% ao ano para 110,2% em 1980, o que afetou a política de crédito rural (LUCENA; SOUZA, 2001).

Na década de 1980, houve um esgotamento do ciclo de crescimento econômico e, também, o fim da ditadura em 1985. Aqueles movimentos sociais que estavam submetidos por duas décadas ao domínio autoritário voltam a exercer o debate da questão agrária. Nesse novo ambiente político, nasceu o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), reorganizaram-se outros como, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Comissão Pastoral da Terra da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e nasceram novas organizações não governamentais em apoio ao Fórum Nacional pela Reforma Agrária (DELGADO, 2005).

Iniciaram-se no país, alguns conflitos e disputas por terras colocando a reforma agrária novamente em debate nos anos 1980. Também teve início uma nova fase do extensionismo no Brasil, o chamado humanismo crítico, que preconiza o planejamento participativo que é um instrumento de ligação entre os assessores e os produtores, cuja metodologia pauta-se em princípios participativos que considerem os aspectos culturais do público alvo (MACHADO, 2010).

Com a promulgação da Constituição de 1988, dá-se uma nova organização do Estado brasileiro. Ocorre a descentralização de algumas ações estatais, que introduz novos mecanismos de gestão social das políticas públicas, com o objetivo de democratizar o acesso aos recursos públicos. Esse movimento, conduziu um crescente aumento dos conselhos gestores das políticas setoriais e gerais de desenvolvimento das esferas federal, estadual e municipal (MATTEI, 2005).

Economicamente, o Brasil foi um dos poucos países que passou por uma mudança bem sucedida de transformação da produção agrícola. O país que antes era importador líquido de alimentos na década de 1960, passou a ser autossuficiente e até mesmo exportador de alimentos em 1980. Na década de 1990, enquanto a produção mundial de alimentos ficou estagnada, no Brasil houve um crescimento (VIEIRA FILHO, 2014).

A modernização da agricultura modificou significativamente a estrutura desse setor. Atualmente, há diferenças entre as regiões e, até mesmo, diferenças dentro das regiões. A agricultura brasileira evoluiu do que antes eram vários complexos rurais de consumo interno e produção de subsistência dentro das propriedades, para o que hoje são os complexos agroindustriais (ABRAMOVAY, 2013).

Apesar dessa modernização da agricultura, os procedimentos adotados na revolução verde, ocasionaram, na última metade de século, uma diferenciação social no espaço rural, excluindo os agricultores com pouca eficiência, com restrições à terra, com baixa capacidade de incremento tecnológico e com insuficiências para investir na atividade. Este cenário afetou principalmente os agricultores familiares com problemas estruturais, como o tamanho da propriedade, posse da terra e infraestrutura, e com limitações exógenas como a incapacidade de regulação da oferta e da demanda e a legislação ambiental, ocasionando a necessidade de o Estado intervir no segmento (REDIN, 2012).

Se pela perspectiva econômica a modernização da agricultura foi fundamental, resultando em um grande impulso para a produção agrícola no país, no aspecto ambiental e social não teve o mesmo sucesso. A utilização de insumos e equipamentos modernos, além de agravar a situação ambiental, contribuiu para o aumento do desemprego no meio rural, afetou, principalmente, o pequeno produtor e provocou seu deslocamento para a área urbana, causando inchaço nas grandes cidades e, decorrente disso, a miséria dessa população (TEXEIRA, 2005).

Nesse período de modernização da agricultura brasileira, as políticas públicas para área rural privilegiaram os setores mais capitalizados e a produção de *commodities* voltadas para o mercado internacional, as quais eram produzidas nos latifúndios, o objetivo era fazer frente aos desequilíbrios da balança comercial do país. Uma grande fatia do setor da agricultura familiar manteve-se à margem dos benefícios oferecidos por essas políticas, acima de tudo, relacionado ao crédito rural, ao seguro de produção e aos preços mínimos dos produtos (MATTEI, 2014).

Com a mecanização ocorrida através da revolução verde nas grandes propriedades, as relações de trabalho existentes entre o camponês e o grande proprietário passaram por mudanças. Se antes o latifundiário necessitava da mão de obra camponesa, agora o camponês já não era tão necessário. Assim, as possibilidades de continuidade e de reprodução camponesa tornaram-se mais restritas no campo, enquanto que, o emprego na indústria aumentava nas cidades. A migração para cidade apresentava-se como uma alternativa, o que ocasionou transformações na distribuição geográfica da população brasileira, em que a maioria da população que antes vivia no campo, passou a viver, predominantemente, nas cidades (TOLENTINO, 2016).

A política de modernização dos anos 70, principalmente, estimula as unidades de produção agrícola, em especial as grandes propriedades, a reorganizarem os sistemas de produção, mecanizando-os e liberando mão-de-obra. A precariedade da vida no campo é agora exteriorizada. Parceiros, agregados, colonos, arrendatários, são categorias que são substituídas por assalariados e mão de obra especializada à medida que as relações de produção se capitalizam. Em razão desse processo, o campo se esvazia, o êxodo rural cresce (BRANDEMBURG, 2010. p. 422).

Como resultado desse êxodo, o perfil da distribuição espacial da população brasileira passou por uma grande alteração. Entre 1940 e 1980, modificaram-se os percentuais da população urbana e rural, momento em que a rural caiu de 70% para 30%, e a urbana que tinha 30% da população brasileira aumentou para 70%, em 1980 (PALMEIRA, 1989).

Uma parte dos pequenos agricultores vendeu suas propriedades e se estabeleceu em regiões menos valorizadas, adquirindo terras. Outra parte de pequenos produtores, se integrou às cadeias de valor do agronegócio, como o tabaco, produção de leite, frutas, legumes, verduras, aves e suínos (BUAINAIN; GARCIA, 2013).

De maneira geral, é possível dizer que até o início da década de 1990, não havia políticas públicas de abrangência nacional direcionadas ao atendimento das necessidades dos agricultores familiares. Neste período, esse segmento era considerado ainda de modo meramente instrumental e bastante impreciso na esfera burocrática do Estado brasileiro (MATTEI, 2014).

Os procedimentos realizados pelas instituições financeiras ocasionavam a exclusão, as concessões de crédito privilegiavam aquelas transações com maior volume e menos custo administrativo. A adoção dessas políticas aprofundou as diferenças já existentes entre os produtores denominados patronais e familiares e o processo de modernização da agricultura agravou a distância entre os agricultores mais estruturados vinculados às cadeias produtivas agroindustriais e aos agricultores mais “atrasados” (NASCIMENTO, 2005).

À medida que o modelo da revolução verde foi perdendo espaço, a agricultura familiar ganhou mais notabilidade no espaço político do país. A agricultura familiar surgiu como uma alternativa a proposta desenvolvimentista da modernização, focada no desenvolvimento econômico através da industrialização na cidade e no campo (BIANCHINI, 2005).

Em 1996, surgiu Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), para atender uma antiga demanda das organizações dos trabalhadores rurais, os quais reivindicavam a formulação e a implantação de políticas de desenvolvimento rural voltadas para a agricultura familiar, a qual, era o maior segmento da agricultura brasileira e o mais fragilizado no que tange capacidade técnica e inserção no mercado agropecuário. É

importante ressaltar que, essa conquista tornou-se possível através da organização de movimentos rurais, essa categoria social passa a ter maior reconhecimento (MATTEI, 2014).

A modernização da agricultura brasileira trouxe benefícios econômicos para o país. No momento de seu surgimento, mais facilidades foram oferecidas aos grandes produtores rurais que conseguiram se modernizar, enquanto que, os pequenos produtores tiveram que deixar o campo devido às dificuldades encontradas. Somente na década de 1990 a agricultura familiar foi resgatada, passando então a oferecer, condições por meio de crédito rural para que ela se modernizasse utilizando tecnologias no plantio e no manejo dos animais.

2.2 A AGRICULTURA FAMILIAR

No Brasil, os agricultores familiares já receberam diversas nomenclaturas. Nos estados de São Paulo, Goiás, Minas Gerais e Paraná, o homem do campo era conhecido como roceiro e caipira, no Nordeste conhecido como tabaréu, e outras diferentes regiões denomina-se caboclo, são palavras ofensivas e pejorativas. Isso se deve ao prestígio dado à vida urbana, da qual o homem do campo acaba sendo excluído (MARTINS, 1986).

O reconhecimento da agricultura familiar, no Brasil, foi possível devido a três fatores importantes. O primeiro está relacionado à retomada do papel do movimento sindical após o término da ditadura militar; o segundo com o papel dos mediadores intelectuais que passaram a debater o assunto no início da década de 1990; e o terceiro fator está ligado ao papel exercido pelo Estado e pelas políticas públicas, que passaram a reconhecer este segmento e lhes dar visibilidade, a partir da criação do PRONAF (SCHNEIDER; CASSOL, 2013).

O PRONAF, criado em 1996 com o objetivo de estimular a expansão da agricultura familiar no país, se propagou de forma muito rápida pelos estados, atualmente, encontra-se presente na grande maioria dos municípios brasileiros (MATTEI, 2005). Foi instituído por meio de decreto presidencial nº 1.946/1996, tinha como finalidade a promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pela agricultura familiar, de forma que resultasse em uma maior capacidade produtiva, geração de empregos e aumento de renda (BRASIL, 1996).

A agricultura familiar e o agricultor sempre existiram, mas foi na metade da década de 1990 que esta noção firmou-se como uma categoria reconhecida e ganhou legitimidade social. Sendo então assimilada pelos estudiosos e formuladores de políticas públicas, as discussões em torno de seu potencial como modelo econômico, produtivo e social, passou também a ser frequentemente utilizada nos discursos dos movimentos sociais rurais (SCHNEIDER, 2010).

Os agricultores familiares muitas vezes não conseguiam se adequar às ações do Estado para o desenvolvimento agrícola. Com a constituição de 1988 essa categoria passou, então, a ter espaço e participação social com reconhecimento de seus direitos. A criação do PRONAF suscitou a emergência de outras políticas para o desenvolvimento rural. A criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999 e da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), em 2001 e em 2006, com a criação da Lei da Agricultura Familiar que reconheceu essa categoria social, passou-se à criação de políticas públicas para a agricultura familiar. O Brasil é destacado por organizações internacionais pela estrutura política e institucional construída ao longo dos anos para agricultura familiar, cujos formatos tem sido até mesmo adaptados por outros países (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

O governo passou a atuar desenvolvendo políticas de apoio aos produtores rurais como a concessão de créditos, a criação de órgãos de assistência rural e pesquisa, com o objetivo de fazer melhorias na infraestrutura produtiva. Programas de subsídios às atividades rurais foram criados, visando baratear os preços na compra de insumos, por meio de pagamento de uma parcela do preço do produto industrial com recursos do Estado (TEIXEIRA, 2005).

Até 1993, além de não existir o termo agricultura familiar, não havia recursos específicos para o financiamento da mesma no Brasil. O produtor rural disputava o crédito com demais produtores, sendo obrigado a seguir a mesma rotina bancária para obtenção do crédito que era mais voltado para o grande produtor. Em 1994, foi criado o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP) que ofertava créditos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Após dois anos, o programa passou a se chamar PRONAF assumindo uma postura mais institucional com maior aporte (BELIK, 2000).

O surgimento do PRONAF é um marco na intervenção do Estado na agricultura brasileira, pois representa a inserção dos agricultores familiares nas políticas públicas para o meio rural. Esta é a principal política de apoio econômico à agricultura familiar e, a partir dela, outras políticas foram desenvolvidas com o objetivo de fazer uma integração entre a agricultura familiar e outras ações governamentais (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013). Este programa foi formulado em resposta ao movimento sindical rural que estava pressionando o governo desde o início dos anos 1990 (SILVA; SCHNEIDER, 2004).

A estrutura operacional do PRONAF foi dividida inicialmente em quatro eixos de ação: 1) negociação e articulação de políticas; 2) instalação e melhoria de infraestrutura e serviços; 3) financiamentos (custeio e investimento) da produção da agricultura familiar; 4) capacitação de agricultores familiares e profissionalização de técnicos. Neste período, havia escassez de

crédito para o produtores rurais, então, o governo elegeu o financiamento da produção como a principal ferramenta a ser utilizada para promover o desenvolvimento sustentável no campo (AQUINO; SCHENEIDER, 2015).

De acordo com Guanziroli (2007), o PRONAF surgiu em uma época que o elevado custo da escassez de crédito era apontado como um dos principais problemas enfrentados pelos agricultores, principalmente, os familiares. Quando completou dez anos de execução, este programa já havia crescido consideravelmente pelo país, aumentando também seu montante financiado, desenvolveu programas especiais para atender diferentes categorias de agricultores, assumiu a assistência técnica e melhorou a infraestrutura dos agricultores e dos municípios no qual se encontra.

O Censo Agropecuário de 2006³ demonstrou que 781 mil estabelecimentos familiares praticaram a captação de recursos via financiamento no ano de 2006, sendo o custeio a principal finalidade (405 mil estabelecimentos), seguido do investimento (344 mil estabelecimentos), a comercialização (8 mil estabelecimentos) e a manutenção da propriedade (74 mil estabelecimentos). Também registrou que mais de 3,5 milhões de estabelecimentos não obtiveram financiamentos porque não necessitavam, ou por medo de contrair dívidas (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2016).

No plano safra 2016/2017 do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foram disponibilizados R\$ 30 bilhões para o crédito rural à agricultura familiar, sendo os limites de R\$ 250 mil para custeio e R\$ 330 mil para investimento por pessoa física. O Programa apresentou crescimento ao longo dos anos, na safra 1999/2000 abrangia 3.403 municípios passando para 4.539 no ano seguinte. Na safra 2007/2008 foram atendidos 5.379 municípios, um crescimento de 58% em relação à safra 1999/2000 (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2016).

O montante disponibilizado para os agricultores também cresceu, em 1999/2000 foram disponibilizados R\$ 3,3 bilhões com uma execução de 66%. No ano agrícola de 2003/2004 houve o primeiro grande incremento no montante sendo ofertados R\$ 5,4 bilhões com execução de 83%. Em 2006/2007 chegou ao montante de R\$ 10 bilhões com execução de 84%. Esses

³ Em 2006, pela primeira vez o segmento da agricultura familiar foi contemplado com o Censo Agropecuário, o IBGE apresentou informações sobre a atividade econômica realizada pela agricultura e por empreendimentos familiares rurais no Brasil. Sendo considerados aqueles que atendem os critérios definidos na Lei nº 11.326/2006. Os próximos resultados sobre esse segmento não tem previsão de serem divulgados, o Censo Agropecuário 2017 encontra-se em processo de coleta de dados (IBGE, 2017).

dados demonstram que além do montante disponibilizado ter crescido a cada ano, houve um aumento da adesão dos agricultores ao PRONAF (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2016).

De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a FAO (1996), a agricultura familiar é definida a partir de três características: a primeira é a gestão da unidade produtiva e os investimentos realizados nas propriedades feitos por pessoas que mantém entre si laços de sangue ou de casamento; a segunda característica é que o trabalho é realizado pelos membros da família e; a terceira é que a propriedade dos meios de produção são pertencentes à família, e é entre os familiares que se transmitem esses meios em caso de aposentadoria ou falecimento dos responsáveis pela unidade produtiva.

O que caracteriza a agricultura familiar é o exercício profissional por parte das novas gerações. Nesse caso, abrange mais do que o aprendizado de um ofício com os pais, mas a gestão de um patrimônio imobilizado em terras e capital. Esse trabalho é desenvolvido por toda a família onde o jovem participa, desde criança, e este patrimônio é, ao mesmo tempo, a base de um negócio mercantil e, também, é responsável pela manutenção e organização da vida familiar (ABRAMOVAY, 1988).

A expressão “agricultura familiar” observou rápida difusão e institucionalização no Brasil, especialmente após a formalização do PRONAF e do crescimento dessa política nos anos seguintes. Também foi importante a promulgação da Lei nº 11.326/06 que estipulou critérios para delimitar os conjuntos de estabelecimentos rurais que apresentam gestão familiar (NAVARRO; PEDROSO, 2011).

De acordo com Abramovay (1997), o uso da expressão agricultura familiar no Brasil é recente nos textos oficiais e acadêmicos. Anteriormente utilizavam-se de maneira indiscriminada termos equivalentes como “pequena produção”, “agricultura de baixa renda” ou até mesmo “agricultura de subsistência”. Esses termos dão uma noção prévia sobre o desempenho destas unidades e o autor ainda ressalta que:

Em última análise aquilo que se pensa tipicamente como pequeno produtor é alguém que vive em condições muito precárias, que tem um acesso nulo ou muito limitado ao sistema de crédito, que conta com técnicas tradicionais e que não consegue se integrar aos mercados mais dinâmicos e competitivos. Que milhões de unidades chamadas pelo Censo Agropecuário de “estabelecimentos” estejam nesta condição, disso não há dúvida. Dizer entretanto que estas são as características essenciais da agricultura familiar é desconhecer os traços mais importantes do desenvolvimento agrícola tanto no Brasil como em países capitalistas avançados nos últimos anos (ABRAMOVAY, 1997, p.2).

Devido à grande quantidade de nomenclaturas e algumas dessas versarem sobre a atividade de forma deturpada, tornou-se necessário o estabelecimento de conceitos para agricultura familiar. De acordo com a Lei nº 11.326 de julho de 2006, estabelece-se conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Sendo assim definida:

“Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família” (BRASIL, 2006).

A agricultura patronal é aquela que possui forte concentração de renda e exclusão social, enquanto que, a agricultura familiar demonstra um perfil distributivo. A agricultura familiar apresenta uma maior versatilidade com ênfase na diversificação na tomada de decisão mais flexível. As principais características das duas formas de produção agropecuária encontram-se no Quadro 1 (VEIGA, 1996).

Quadro 1- Diferença entre Propriedades Patronais e Familiares

PATRONAL	FAMILIAR
Completa separação entre gestão e trabalho	Trabalho e gestão intimamente relacionados
Organização centralizada	Direção do processo produtivo diretamente assegurada pelos proprietários ou arrendatários
Ênfase na especialização	Ênfase na diversificação
Ênfase nas práticas padronizáveis	Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida
Predomínio do trabalho assalariado	Trabalho assalariado complementar
Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões “de terreno” e “de momento”	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.

Fonte: Veiga (1996, p. 14).

Em algumas situações, alguns membros da família recorrem a um trabalho assalariado na área urbana, denominadas famílias pluriativas. Nas propriedades familiares, o trabalho é baseado nas relações de parentesco, sendo que, na maioria das situações é coordenado pela

figura paterna que possui o papel de chefe do processo produtivo, e é também o detentor do conhecimento da atividade que é transmitido de uma geração para a outra (COSTA, 2011).

Embora as famílias mais pobres possuam a necessidade de buscar trabalhos remunerados nas cidades, sua capacidade de ascensão fica comprometida, visto que, não detém qualificação para o trabalho e, dessa forma acabam sendo mal remunerados (NEY; HOFFMANN, 2008).

Há também aqueles trabalhadores que, expulsos do campo, constituem uma massa de sem-terra, que se movimentam para as cidades ou outras regiões, como as áreas de fronteira agrícola, por exemplo. Parte desses trabalhadores permanecem na área urbana formando uma série de “boias-frias”, que vendem sua força de trabalho na área rural, mas moram na área urbana (TEIXEIRA, 2005).

No mesmo ano em que a lei da agricultura familiar foi criada, foi realizado o Censo Agropecuário (2006), quando foram identificados 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros. Outra característica, é que 86% do comando das propriedades é realizado por homens. Este contingente de agricultores familiares ocupa uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Os estabelecimentos não familiares representaram 15,6% do total de estabelecimentos, porém, ocupavam 75,7% da área ocupada. Estes resultados mostram uma estrutura agrária ainda concentrada no país, pois a área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 hectares, e a dos não familiares de 309,18 hectares (IBGE, 2006).

A agricultura familiar é lembrada sempre por sua significativa absorção de emprego e produção de alimentos, especialmente, orientada para o autoconsumo. Porém, é necessário evidenciar que a produção familiar com menor renda contribui de maneira expressiva na geração de riqueza do setor agropecuário e para o próprio país (GUILHOTO, 2007).

A área de cultivo destinada pela agricultura familiar para as lavouras é de 17,7 milhões de hectares e a área de pastagens é de 36,6 milhões de hectares. A agricultura familiar é responsável por garantir boa parte da segurança alimentar do país como parte fornecedora de alimentos para o mercado interno. Na tabela abaixo, é possível observar a participação da agricultura familiar em algumas culturas selecionadas em relação à agricultura não familiar.

Tabela 1- Percentual das Culturas produzidas pela Agricultura Familiar

CULTURA	PERCENTUAL
Mandioca	87,0%
Feijão-Preto	77,0%
Feijão de cor	54,0%
Milho	46,0%
Café	38,0%
Arroz	34,0%
Leite	58,0%
Suínos	59,0%
Aves	50,0%
Bovinos	30,0%
Trigo	21,0%
Soja	16,0%

FONTE: Elaborada pela autora com base no IBGE (2006).

A produção familiar é muito importante para a atividade agropecuária nacional, pois sua importância econômica se associa à sua produção direcionada ao mercado interno. Sua contribuição, também, é significativa na oferta de matéria prima para as cadeias da agroindústria, como soja e a criação de animais de pequeno e médio porte. Além disso, corresponde a outros aspectos como na geração de empregos no campo e a redução demográfica sobre os centros urbanos (PEREIRA, 2009).

O setor agropecuário familiar faz parte da história do Brasil, sua influência foi reduzida ao longo dos séculos, devido ao desenvolvimento tecnológico do setor agropecuário. Dessa forma, o termo familiar foi associado ao atraso e ao passado. Entretanto, recentemente o sistema familiar de produção tem se destacado com a maior discussão do futuro das pessoas que moram no campo e dele dependem, o problema do êxodo rural e a desigualdade social no campo, o PRONAF é um exemplo de política pública que se preocupa com o futuro da agricultura familiar (GUILHOTO *et al.*, 2006).

Nesse contexto, há também uma preocupação com os jovens pertencentes à agricultura familiar que começam a migrar para os centros urbanos. Essa discussão, cada vez mais, vem ocupando espaço nas agendas de pesquisa dos agentes e das agências de desenvolvimento rural (SPAVANELLO *et al.*, 2011).

2.3 O JOVEM E O FUTURO DA AGRICULTURA FAMILIAR

A juventude passou por muitas definições ao longo da história, de acordo com elementos fisiológicos ou psicológicos, de sua faixa etária, ou colocados como agentes de possíveis transformações, ou ainda associados a problemas sociais. Mas, essas definições, em sua maioria, focam o jovem do espaço urbano, enquanto que, os jovens que residem na zona rural são reconhecidos apenas por morar no campo como a “juventude rural” e suas trajetórias, seus projetos e sua situação social não são levados em consideração (BEZERRA, 2013).

De acordo com Carvalho *et al.* (2009), os jovens do campo, em geral, começam a se envolver nas atividades da propriedade rural muito cedo. É nesse momento que eles passam a se inteirar da parte econômica e produtiva da propriedade, bem como, começam a entender as dificuldades presentes nessa atividade. Dessa forma, eles começam a lidar com responsabilidades e buscar alternativas para minimizar ou resolver possíveis problemas existentes.

O trabalho do jovem é visto como um elemento central na transição juvenil, pois é por este meio que eles começam adquirir autonomia diante de sua família de origem (CASTRO, 2016). A força de trabalho do jovem é importante para a manutenção das unidades produtivas, haja vista que, a contratação de empregados nas propriedades rurais familiares é mais difícil. Porém, esses jovens são vinculados ao trabalho, mas não à gestão e, dificilmente, recebem uma renda constante pelo trabalho realizado. Mas continuam vinculados à propriedade rural, que se mantém como resultado do esforço de todos os seus membros (KUMMER; COLOGNESE, 2013).

Mesmo assim, na agricultura familiar sempre houve um espaço restrito aos jovens, de modo que os padrões culturais que influenciavam a reprodução social, como o trabalho familiar, o patrimônio da propriedade e o casamento, determinavam papéis em que os jovens tornavam-se subordinados às intenções pessoais dos membros da família, reprimindo a participação dos jovens no processo decisório da propriedade, e ainda cabia às mulheres um papel hierarquicamente menor, tanto no casamento como no processo de sucessão da propriedade, já que a tendência é que os filhos homens herdassem a terra, enquanto as filhas se tornassem agricultoras através do casamento (STROPASOLAS, 2004).

As relações existentes foram construídas com a influência das tradições familiares e locais, e são completadas pelas relações existentes com o urbano mais próximo, onde os jovens procuram por bens e serviços, educação e lazer. Essa proximidade se torna um estímulo que

leva à migração, nem sempre como forma de realizar um sonho, mas sim para escapar das restrições existentes na vida local e familiar (LEITZKE; SANTOS, 2013).

Muitas vezes a escolha do jovem em migrar para cidade não está ligada à baixa renda ou à falta de políticas públicas para sua permanência no meio rural, mas sim, voltada a projetos de vida que o meio rural não proporcione, como, por exemplo, a educação superior (REDIN, 2012).

Os jovens possuem uma ansiedade pela busca da independência financeira por meio do trabalho remunerado que, na maioria das vezes, não acontece quando este trabalha na propriedade dos pais. A dificuldade para ter acesso à terra é um desestímulo à continuidade da vida no campo. Em alguns casos é concedido aos filhos parte da propriedade para que ele possa trabalhar e obter algum rendimento através dela. Mas, em algumas situações, como a terra é muito pequena se os pais concederem uma parte ao filho fica comprometido o sustento do restante da família (CARVALHO *et al.*, 2009).

Em algumas situações os jovens de origem rural não demonstram interesse pela vida no campo, já nas cidades há a promessa de uma vida melhor, onde os jovens encontram diversão e oportunidades de trabalho. Porém, esses jovens chegam às cidades com um preparo insuficiente para concorrer no mercado de trabalho, já no campo se percebe o envelhecimento dos moradores e a falta de perspectiva de sucessores para o trabalho na terra (DOTTO, 2011).

Há também a falta de conhecimento técnico, uma vez que existem poucas escolas agropecuárias e muitas vezes, o conhecimento dos jovens vem do que aprendeu com os pais. Além disso, o conteúdo das escolas é mais voltado à realidade urbana, e a falta recorrente de assistência técnica e a de crédito para iniciar uma atividade são fatores que interferem no interesse de ficar no campo (CARVALHO *et al.*, 2009).

Anteriormente, o estudo era considerado um fator secundário no meio rural, pois para desempenhar as atividades agrícolas era necessária a força física e, a maioria dos filhos projetava sua vida para continuar no campo, com pouca ou nenhuma qualificação. Atualmente, boa parte dos herdeiros possui ensino médio completo e almejam o ensino superior para melhorar as condições financeiras da família (REDIN, 2017).

A permanência dos filhos como sucessores familiares pode ser entendida em dois momentos. No primeiro, anterior à década de 1970, quando as possibilidades sucessórias eram maiores, e o segundo no período desde 1970, quando a continuidade no campo passa por mudanças pelo fluxo migratório juvenil, podendo não haver sucessão na propriedade (SPAVANELLO *et al.*, 2011).

Diferente das gerações passadas, que construíam suas experiências num espaço social mais restrito, as novas gerações encontram-se cada vez mais inseridas num campo mais amplo de relações culturais e sociais, que lhes possibilita refletir sobre sua identidade e realizações pessoais. Dessa forma, a sucessão dentro da propriedade fica comprometida, pois os interesses dos filhos podem não ser os mesmos do restante da família (SPAVANELLO *et al.*, 2011).

A ausência de sucessores na agricultura familiar provoca incertezas no que tange à permanência das famílias no ambiente rural, a continuidade das atividades produtivas e das comunidades rurais, as quais perdem sua população gradualmente e passam a sentir as consequências dessas mudanças em suas dinâmicas sociais. O meio urbano tornou-se o principal destino dos não sucessores, e é possível verificar que, além do esvaziamento populacional, a saída seletiva dos jovens rurais tem gerado um contexto de incertezas para o campo (MATTE; MACHADO, 2016).

As gerações anteriores de agricultores tinham a percepção de que para desempenhar as atividades agrícolas, bastava saber ler e escrever. Esse conhecimento adquirido na escola, somado ao herdado da família, formava o conhecimento suficiente para gestão da propriedade. As escolas passaram a se concentrar nas cidades, o que melhorou a qualidade do ensino, porém, é considerada como uma das causas para o afastamento do jovem do campo. Uma alternativa para diminuir o impacto seria adequar os conteúdos para realidade rural (MELLO *et al.*, 2003).

A sucessão geracional não diz respeito somente à continuidade das propriedades rurais e da agricultura familiar, atinge também as cooperativas e associações agropecuárias e sindicatos rurais. Com a saída acentuada dos jovens fica o questionamento de como se dará a renovação das gerações de agricultores (SPAVANELLO *et al.*, 2011).

Em muitas situações, a família precisa decidir qual dos filhos será o herdeiro da propriedade, pois como a maioria delas são pequenas, a divisão entre muitos herdeiros resultaria na inviabilidade econômica da propriedade. Casos raros são os que as filhas são designadas ao cargo de sucessoras, pois, usualmente, recebem como herança dinheiro ou enxoval, e não as terras da família (SPAVANELLO *et al.*, 2011).

A consequência dessas dificuldades é que muitas propriedades podem passar pelo processo de abandono devido à falta de interesse dos herdeiros, ou ainda podem ser incorporadas a propriedades maiores ou tornarem-se sítios para o lazer. Qualquer um desses possíveis destinos coloca em risco a continuidade da agricultura familiar (SPAVANELLO *et al.*, 2011).

No estudo de Dotto (2011), a maioria dos jovens demonstrou que gosta de viver no campo mas, devido ao trabalho rural ser pesado, acabam migrando para a cidade. Mesmo assim muitos desejam cuidar da propriedade dos pais um dia, mas com uma visão diferente empregando outras atividades, pois possuem um forte vínculo com o local de sua origem.

A ruralidade, é entendida como uma relação existente entre os atores sociais que habitam o meio rural, o seu *habitat* e os elementos materiais e imateriais que o compõem, como a paisagem e o estilo de vida. Essa situação faz com que uma localidade torne-se diferente da outra, isto é, a ruralidade assume uma identidade própria de acordo com a realidade do local. Sendo assim, os fatores externos não afetam os agricultores de maneira homogênea, o desenvolvimento tecnológico e da comunicação é diferente em cada comunidade (GAVIRIA; MENASCHE, 2006).

O principal elemento que diferencia os indivíduos que habitam o meio rural é a importância e o significado que dão àquele espaço. Dessa forma, o sentimento de pertencimento ao local é um dos elementos que identificam o homem rural, é possível verificar assim a diferença existente entre aqueles que residem no espaço rural e a ele pertencem, e aqueles que moram nesse ambiente apenas para fugir da vida agitada da cidade (WANDERLEY, 2000).

De acordo com Costa (2011), apesar de os jovens terem rejeitado o trabalho na agricultura, nenhum dos jovens pesquisados pelo autor rejeita o meio rural, pois gostam da vida no campo, do contato com os animais e deste estilo de vida. O que esses jovens rejeitam é a incerteza de rendimentos mensais, ou seja, a dificuldade de se obter uma renda fixa através das atividades agrícolas.

Pertencimento é uma noção que diz respeito a sentir-se parte de um determinado grupo ou estar enraizado numa tradição, não significa ser apenas membro ou participante ou seguir regras de um grupo ou local, pertencer é se identificar e seguir os valores não de maneira encenada, mas sim, de forma voluntária não é apenas ser parte, mas sim identificar-se (CORDEIRO; MELLO, 2009).

Os laços de pertencimento ao local e à comunidade se criam a partir de ações coletivas na comunidade, relações de proximidade com a vizinhança e estas relações só são produzidas na medida em que os agricultores pertençam a uma mesma condição ou categoria, neste caso de camponês ou agricultor familiar (BRANDEMBURG, 2010).

2.4 DESENVOLVIMENTO RURAL E O NOVO RURAL

Nos jovens pertencentes às famílias rurais, se deposita uma expectativa de continuidade no campo e devido a isso surgem políticas públicas de desenvolvimento rural voltadas para os jovens. É importante ressaltar que existe diferença entre crescimento e desenvolvimento, o crescimento econômico é a expansão contínua dos indicadores econômicos, principalmente a renda *per capita*, assim como outros indicadores quantitativos, por exemplo, produção de alimentos e produtividade. Enquanto desenvolvimento econômico está mais associada à quantificação de indicadores sociais, como qualidade de vida que leva em consideração: número de analfabetos em relação à população adulta, número de leitos hospitalares, número de médicos e professores *per capita*, consumo diário de calorias etc. (ARBAGE, 2006).

Durante muito tempo, desenvolvimento rural foi associado a intervenções do Estado nas regiões rurais mais pobres que não conseguiam se modernizar no mesmo ritmo que as demais regiões (SCHNEIDER, 2010).

No Brasil, as Políticas de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI) eram apontadas como a solução para as regiões atrasadas, sendo exemplo, as ações de colonização da Amazônia e as frentes de trabalho de combate à seca no Nordeste. O desenvolvimento rural passou a ser associado à agenda das ações de intervenção do Estado, o que afastou muitos pesquisadores deste tema, já que era considerado muito político e normativo. O tema foi deixado de lado especialmente pelos acadêmicos. Somente a partir da década de 1990, houve uma mudança de foco e o desenvolvimento rural passou a ganhar novas abordagens (SCHNEIDER, 2010).

Assim, as discussões teóricas sobre o desenvolvimento rural ressurgiram de formas distintas das anteriores. Esta retomada foi motivada pelas transformações políticas, sociais e econômicas que ocorreram no estado e na sociedade. Essas mudanças levaram a discussões sobre o tema do desenvolvimento rural, que resultou em políticas governamentais voltadas para o crédito rural direcionado para a agricultura familiar, a reforma agrária e o apoio aos territórios rurais, o estímulo a ações afirmativas para mulheres, aposentados, jovens e negros (SCHNEIDER, 2010).

Para Navarro (2001), existem cinco concepções: o desenvolvimento agrícola, desenvolvimento agrário, desenvolvimento rural, desenvolvimento sustentável e desenvolvimento local. O desenvolvimento agrícola refere-se às condições de produção agrícola ou agropecuária, às suas características no sentido produtivo identificando tendências em determinado período. O desenvolvimento agrário trata-se do “mundo rural” e suas relações

com a sociedade, instituições, políticas do período, disputas de classes, condições de acesso à terra, conflitos sociais, relações de trabalho e suas mudanças.

Já o desenvolvimento rural são as ações articuladas que induzem mudanças no ambiente rural e sua finalidade é o bem-estar da população rural. Seu conceito altera-se ao longo do tempo, sendo influenciado por diversas conjunturas e principalmente, pelas novas disposições que o desenvolvimento mais geral da economia e da vida social impõe às famílias e às atividades rurais. O desenvolvimento rural sustentável está ligado as preocupações com os impactos ambientais decorrentes do processo de desenvolvimento. O desenvolvimento local, trata-se da valorização do local e surgiu a partir da descentralização das responsabilidades da União em favor dos estados e municípios com a Constituição de 1988, assim, essas unidades podem elaborar ações locais voltadas para as especificidades do local (NAVARRO, 2001).

A civilização habituou-se a ver o meio rural como um local de produção agropecuária, no qual a necessidade de eficiência não seria compatível com a manutenção de um tecido social rico e diversificado. Os últimos anos, demonstram que as fontes de desenvolvimento estão associadas não só à manutenção da natureza e das paisagens rurais, mas mostram que há uma grande capacidade de organização para fazer com que esses atributos sejam a base para a geração de ocupação e renda (ABRAMOVAY, 2003).

A juventude rural é vista como uma categoria chave para a reprodução social do campo e da agricultura familiar. Apesar dessa importância, é perceptível em diversos estudos que, a população do campo tem diminuído com a migração dos jovens rurais para os centros urbanos, e a consequência disso, é o esvaziamento do campo, que é uma das maiores ameaças ao desenvolvimento rural (CASTRO, 2016).

Uma verdadeira política de desenvolvimento rural tem de associar a atribuição de ativos aos jovens, com uma educação de qualidade, com um incentivo a um ambiente que estimule a criação de projetos inovadores, que transformem o meio rural em uma opção de vida e não uma fatalidade. Para aqueles que almejam se estabelecer como agricultores, deveriam receber um acompanhamento condicionado a um projeto técnico sólido, para que as chances do agricultor se firmar em um mercado dinâmico fossem altas, não contendo apenas técnicas agrícolas, mas também conhecimento de gestão e contabilidade da propriedade (ABRAMOVAY, 2005).

O desenvolvimento rural é uma estratégia que considera a diversidade das comunidades para desenvolvê-las de forma que os atores sociais sejam capazes de dar sentido às suas vidas. É necessário desenvolver os atores e as atividades práticas por estes em suas comunidades. Trata-se de criar e proporcionar condições para que os atores e comunidades potencializem suas

habilidades, conhecimentos e experiências, e dessa maneira satisfaçam suas necessidades, aproveitem oportunidades, resolvam problemas e melhorem a qualidade de vida e o convívio social (TOQUETTO; PELEGRINI, 2014).

Através das diversidades presentes no meio rural, as políticas públicas precisam buscar a construção de um espaço que oportunize as relações interpessoais, de forma que possam determinar a conquista de melhores condições de vida para os habitantes da zona rural (TOQUETTO; PELEGRINI, 2014).

O desenvolvimento rural, durante muito tempo foi identificado em termos setoriais e avaliado em função do nível de produtividade das atividades agrícolas. Porém, as novas formas de utilização do espaço rural resultaram em uma desarticulação dos laços tradicionais da agricultura enquanto única atividade possível no meio rural, e faz surgir formas diversificadas de produção relacionadas a lazer, serviços, proteção ambiental e industrialização de produtos agropecuários (MATTEI, 1999).

No século XXI há um novo debate referente ao campo e à cidade que é diferente do que havia na metade do século XX, em que as vantagens da urbanização e o progresso eram considerados inabaláveis. Na atual discussão o que se vê são estudos que apontam para uma valorização do meio rural e limitações do modelo de urbanização, havendo um destaque para as dificuldades e mazelas existentes nos aglomerados urbanos, cada vez mais marcados pela pobreza, pela violência e pela poluição. Do outro lado, encontra-se a qualidade de vida no campo, com preservação ambiental e uma infraestrutura básica neste local (ALENTEJANO, 2003).

No passado, a função essencial do campo era produzir um volume crescente de mercadorias primárias para as cidades, como madeira, alimentos, minério e energia. Mas não demorou para que fosse mais vantajosa a transformação local dos bens primários antes de exportá-los às cidades, o que determinou uma agregação de valor aos produtos, geração de emprego e renda. O sucesso dessa industrialização de produtos primários ajudava a atrair outros empreendimentos importantes para o desenvolvimento regional (VEIGA, 2003).

Com isso, algumas empresas, indústrias e agroindústrias se instalam em áreas rurais, com o objetivo de reduzir seus custos de matéria-prima e de mão de obra, e até mesmo para se distanciarem de problemas urbanos como congestionamento, violência e poluição. Este é um exemplo de atividades típicas do espaço urbano sendo desenvolvidas em um espaço antes tipicamente rural. Isso permite que a população rural tenha a oportunidade de mudar de

atividade sem a necessidade de trocar de residência, resultando em um espaço com multifunções decorrentes de relações pluriativas (MATTEI, 1999).

Este movimento em direção ao meio rural não se limita somente as atividades industriais. Outras atividades também redimensionam as funções deste espaço: em primeiro lugar, tem-se o aumento da procura por atividades voltadas ao setor de lazer, ligadas ao complexo do turismo rural, com pesque-pague, pousadas e restaurantes entre outras. Em segundo lugar, há uma maior responsabilidade com a preservação ambiental, cada vez mais este tema faz parte das agendas dos atores sociais, existindo a preocupação com produtos menos poluentes ou “limpos” destinados a um nicho de mercado específico. E, por último, tem-se também o espaço rural como uma opção de moradia para pessoas que procuram um estilo de vida mais saudável, para fugir do cotidiano urbano e, até mesmo, por pessoas com baixo poder aquisitivo por estar perto das cidades e ter um custo de vida menor (MATTEI, 1999).

Dessa forma, torna-se cada vez mais difícil identificar o que é rural e o que é urbano, pode-se dizer que, o rural hoje pode ser considerado com um “*continuum*” do urbano do ponto de vista espacial e do ponto de vista econômico. As cidades não podem ser determinadas por nelas existirem atividade industrial, nem os campos com a agricultura e pecuária (GRAZIANO DA SILVA, 1997).

Assim, o rural brasileiro não pode ser mais entendido como um conjunto de atividades agroindustriais e agropecuárias. O surgimento de novas atividades rurais proporciona oportunidades para muitos produtores que, em algumas situações não podem mais ser chamados de agricultores ou pecuaristas, porque a maioria dos membros da família está ocupada com atividades não agrícolas ou urbanas (GRAZIANO SILVA, 2002).

As novas e múltiplas faces do rural não podem ser vistas como obra acabada. Está em curso uma nova visão do rural, que propõe uma nova concepção das atividades produtivas, especialmente daquelas ligadas à agropecuária, e uma igualmente nova percepção do “rural” como patrimônio a ser usufruído e a ser preservado (WANDERLEY, 2001, p. 134).

Essas mudanças pelo qual o rural passou, em que a composição da população rural assumiu novas faces, fez com que seu conceito logo se transformasse em algo mais difícil de ser definido. As mudanças que ocorreram na agricultura foram as que mais afetaram a economia e o rural, resultando em uma desarticulação da vida rural tradicional e consolidaram o novo rural brasileiro (SOUZA, 2000).

Com essas diferentes atividades o setor rural deixou de ser um espaço necessariamente agrícola, outras atividades se instalaram na área rural ou nas proximidades. De forma que um

contingente significativo de pessoas, mesmo vivendo na área rural não exercia atividades agrícolas (MELO; PARRÉ, 2007). As diversas atividades econômicas presentes no espaço rural vão além do mundo agrícola, o qual não pode ser resumido somente à função de produção alimentar (MATTEI, 1999).

Houve um crescimento das populações com residência rural ocupadas em atividades não-agrícolas. As populações que estão ocupadas com atividades agrícolas passam a apresentar uma diferente trajetória, com um progresso técnico contínuo da produção agropecuária resultou na simplificação das tarefas agrícolas, então aqueles estabelecimentos que antes necessitavam de muitas pessoas para realizar as tarefas do dia a dia, necessitam cada vez menos pessoas. De outro lado, tem ocorrido um aumento de novas atividades no meio rural, atividades não agrícolas que acabam absorvendo a mão de obra excedente resultante da agricultura moderna (DEL GROSSI; GRAZIANO DA SILVA, 2006).

Surge então uma nova conformação no meio rural brasileiro, esse novo rural compõe-se de três grandes grupos de atividades: um conjunto de atividades não agrícolas relacionadas ao lazer, moradia, e atividades industriais e de prestação de serviços; uma agropecuária moderna, ligada à produção de *commodities* e as agroindústrias; e um conjunto de novas atividades impulsionadas por nichos especiais de mercados (SILVA, *et al.*, 2002).

Os mesmos autores ressaltam ainda que essas atividades que atendem nichos de mercado existem há muitos anos, porém, não eram consideradas atividades econômicas, mas sim, *hobbies* pessoais como a floricultura, a piscicultura, a horticultura dentre outras, que foram transformadas em alternativas de emprego e renda no meio rural. Muitas dessas atividades passaram a fazer parte de cadeias produtivas, abrangendo não somente transformações agroindustriais, mas também, serviços complexos e sofisticados de comunicação, embalagem e distribuição.

Os agricultores buscam estratégias de diversificação de suas atividades e seus meios de sobrevivência, o que demonstra sua capacidade de resiliência (ESCHER, 2011). Essas famílias, denominadas pluriativas encontram-se nas discussões sobre o futuro do mundo rural e compreendem também o futuro de toda a sociedade tanto a rural quanto a urbana. Diante desses desafios, a pluriatividade passou a ser vista como uma aliada ao esforço para resolução dos problemas comuns a área rural e urbana. Sob essa ótica, significaria para muitos agricultores descapitalizados e não integrados a cadeias agroindustriais que a pluriatividade é uma alternativa de reprodução social, que estaria garantindo a oportunidade de permanecer na terra

e a uma atividade agrícola, também seria uma forma de estabilidade para a família diante das incertezas do mercado de trabalho (NASCIMENTO, 2005).

A pluriatividade caracteriza-se pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família. A emergência da pluriatividade ocorre em situações em que os membros que compõem as famílias domiciliadas nos espaços rurais combinam a atividade agrícola com outras formas de ocupação em atividades não-agrícolas. Ou seja, a pluriatividade resulta da interação entre as decisões individuais e familiares com o contexto social e econômico em que estas estão inseridas (SCHENEIDER, 2005, p. 26).

A pluriatividade refere-se a um fenômeno que presume que existe uma combinação de duas ou mais atividades, em que uma delas é a agricultura. Essa interação entre atividades agrícolas e não agrícolas, tem a tendência de se intensificar, conforme forem mais diversificadas e complexas as relações entre os agricultores e o ambiente econômico e social em que estiverem inseridos. Isso demonstra que a pluriatividade é um fenômeno heterogêneo que se encontra relacionado às estratégias produtivas e sociais, que vierem a ser adotadas pela família e por seus membros, dependendo das características do contexto em que estiverem inseridas (SCHENEIDER, 2005).

A pluriatividade contribuiria para diminuir os fluxos migratórios das populações rurais para as áreas urbanas, de forma que haveria um duplo efeito: de um lado não ocorreria o risco de despovoamento de áreas rurais, de outro lado, como resultado do primeiro se evitaria o amontoamento de pessoas nas áreas periféricas das médias e grandes cidades, também amenizando a crise de desemprego destas (NASCIMENTO, 2005).

O processo de pluriatividade cria uma rede econômica e social complexa em que a agricultura e os outros setores aparecem ligados pelos contornos do mercado de trabalho, e apenas por critérios de separação de atividades, já não é mais possível determinar corretamente o espaço urbano e o rural (MATTEI, 1999).

Aos poucos, a pluriatividade passa a ser identificada pelos especialistas e formuladores de políticas como integrante de uma estratégia de desenvolvimento rural, que tem como objetivo o fortalecimento da economia e da reprodução social dos agricultores familiares. A pluriatividade não é capaz de promover o desenvolvimento rural sem estar ligada a condições como capacidade de inovação, acesso à terra e aos mercados e disponibilidade de crédito (SCHNEIDER, 2006).

Aquelas unidades de produção tradicionalmente agrícolas passam a buscar uma diversificação de suas atividades, incluindo tarefas que não são totalmente agrícolas, para

beneficiar seus produtos. Mesmo quando os produtos são beneficiados fora da unidade produtiva rural, ainda assim é importante observar que a agricultura é parte indispensável do sistema produtivo (WANDERLEY, 2009).

O crescimento de atividades rurais não agrícolas compõe parte importante do desenvolvimento da economia rural. Estas atividades criam oportunidades de trabalho para as famílias do campo, na qual, estas podem obter ganhos mais elevados do que na própria atividade agrícola (NEY; HOFFMANN, 2008).

A dinamização econômica de uma região rural começou a ser determinada pela captação das rendas urbanas através das famílias que constroem segundas residências, como casas de veraneio ou chalés, que adquirem chácaras ou sítios, e pela presença de famílias nas férias, visitas de turistas e esportistas ou ainda a imigração dos aposentados (VEIGA, 2003).

As cidades, mesmo as menores, oferecem equipamentos e serviços que tornam o dia a dia das pessoas mais prático. O transporte, as telecomunicações, os serviços públicos essenciais como a coleta de lixo, saneamento, energia e educação tornam a infraestrutura urbana superior a rural. Ainda, existe a concentração de bens culturais e esportivos nas cidades que atraem mais pessoas do que o ambiente rural, mais ligado à oferta de bens naturais, como o ar puro, o silêncio, belas paisagens ou o contato com os animais (VEIGA, 2003).

Os agricultores são mais prósperos nas redondezas dos núcleos urbanos, que lhes oferecem oportunidades de trabalhar em outras atividades gerando emprego para seus familiares. Nos espaços rurais, dificilmente ocorrem processos de inovação que dependem da concentração, da contiguidade e da diversidade características das economias urbanas (VEIGA, 2003).

O mundo rural contemporâneo é multifacetário, não podendo ser pensado a partir de uma única dimensão, mas visto inclusive nas trocas com o urbano. Ele é resultado de um processo histórico com relações sociais específicas, não se diluindo em meio aos contatos frequentes com o mundo urbano ou pela inserção de elementos tecnológicos em sua realidade, fazendo parte da sociedade como um todo (SCHENATO, 2011. p.25).

Ainda que se alcance uma certa homogeneidade entre o campo e cidade, e ainda que o espaço rural esteja modernizado estarão presentes diferenças significativas, mesmo que somente nas identidades sociais, nas posições sociais dos indivíduos tanto os do campo como os da cidade (WANDERLEY, 2000).

2.5 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ

A ocupação e a formação da maioria dos municípios que constituem a mesorregião do sudoeste do Paraná, ocorreram na última onda de povoamento do território paranaense, nas décadas de 1950 e 1960. Essas correntes migratórias, eram compostas principalmente por pessoas dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Esses migrantes, que eram colonos em grande parte de origem italiana e alemã, com alguns instrumentos de trabalho, uma razoável capacidade financeira e de conhecimentos técnicos, encontraram na região sudoeste uma vasta disponibilidade de terras de boa qualidade, baratas e pouco povoadas (IPARDES, 2003).

Escher (2011) concorda que a formação econômica-social do Sudoeste do Paraná deu-se devido à migração dos colonos dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina para a região. Migração esta, que ocorreu devido a alguns fatores como o fechamento da fronteira agrícola nesses estados, limites em seu processo produtivo e o processo de industrialização no Brasil. No Paraná, procuraram aplicar os conhecimentos herdados de seus pais na condição de camponeses, mas já se encontravam em um ambiente que passava por mudanças, em que esses camponeses transformavam-se em agricultores familiares mercantilizados⁴. Essa mudança, fez com que novos comportamentos se instituísem e esses agricultores passaram ao longo do tempo a serem atores no desenvolvimento de ações e mobilizações conjuntas, capazes de influenciar seu meio, para melhorar sua realidade social, política e econômica.

O Sudoeste do Paraná é resultante de muitos conflitos que ocorrem na década de 1950 entre um grupo constituído por pequenos produtores agropecuários, comerciantes locais, representantes políticos locais e externos; e, outro formado pelas empresas de colonização de terras e também por representantes políticos. A vitória dos primeiros resulta na regularização da posse da terra e na demarcação da área de ocupação com base no estabelecimento de pequenas unidades de produção e no trabalho familiar, com traços marcantes dos locais de origem desses pequenos produtores agrícolas mercantis como o carroção de bois, o arado de tração animal e a policultura (SANTOS 2011. p.115).

Para o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IparDES, a região geográfica do sudoeste do Paraná é composta por 42 municípios, devido a Lei Estadual n.º 15.825/2008 que inclui os municípios de Palmas, Clevelândia, Honório Serpa, Coronel Domingos Soares e Manguaçu na região sudoeste do estado do Paraná, para todos os efeitos estatísticos de órgãos públicos do estado. Já a mesorregião geográfica do sudoeste do Paraná é

⁴ Ainda de acordo com Escher (2011), por mercantilização entende-se o processo de integração dos agricultores familiares, a divisão social do trabalho possibilitada através do desenvolvimento capitalista e o consequente acesso aos mercados de terra, de insumos e de produtos, de crédito, etc.

composta por 37 municípios, pois não consideram esses cinco citados, já que na divisão em mesorregiões geográficas esses municípios pertencem à mesorregião centro-sul do estado (IPARDES, 2010).

A mesorregião do Sudoeste do Paraná abrange uma área de 1.163.842,64 hectares, cerca de 6% do território do estado. Dos seus 37 municípios destacam-se Francisco Beltrão e Pato Branco devido às suas dimensões populacionais (IPARDES, 2003).

Para esta pesquisa adota-se a mesorregião geográfica. Na figura abaixo é possível observar a mesorregião geográfica do sudoeste do Paraná destacada em vermelho.



Figura 1- Mesorregião Geográfica do Sudoeste do Paraná
FONTE: Mesorregião do Sudoeste Paranaense (2017).

Nas pequenas propriedades familiares da região sudoeste do Paraná, está a base de sua estrutura fundiária, na qual, a produção é caracterizada pela utilização de técnicas rudimentares e modernas no cultivo de grãos. Presente desde o início da colonização da região, a atividade leiteira passou ao longo do tempo a ser uma importante fonte de renda para a agricultura familiar, pois as características naturais e culturais juntamente com o processo de modernização da agricultura favoreceram a produção de leite, aumentando a produção e a produtividade, além disso, algumas políticas públicas contribuíram para a ampliação da produção de leite e do

mercado consumidor. Dessa forma, o pequeno agricultor passou a competir no mercado (SCHMITZ; SANTOS, 2013).

No Estado do Paraná, a produção de leite é uma atividade muito importante, sendo que no ano de 2014 o Paraná foi o 3º maior produtor de leite do país. Na mesorregião sudoeste do Paraná, a atividade leiteira é composta por uma grande parcela de médios e pequenos produtores, cuja produção foi a segunda maior do estado, com 1.076.336 litros de leite, enquanto que, a maior produção de leite do estado foi da região oeste com 1.091.137 litros de leite, sendo que a diferença entre as duas regiões (oeste e sudoeste) em 2014 foi de 14.801 (mil litros) (IBGE, 2015).

Embora com quantidade significativa de agricultores familiares na região, boa parte da produção agrícola é de *commodities* como o milho e a soja. Entretanto, as propriedades se diferenciam umas das outras no que tange o nível tecnológico e as práticas aplicadas no sistema de produção, nas propriedades voltadas para a produção de grãos, por exemplo, há maior investimento em mecanização e compra de insumos agroquímicos (OLIVEIRA, *et al.*, 2011).

A produção na região é bem variada, baseada no cultivo de grãos principalmente soja e milho, mas também fumo, cana de açúcar e alguns tipos de frutas adequados ao clima e a criação de frango e gado para produção de leite. No início dos anos 1990, por meio de iniciativas de agricultores, ONGs e entidades governamentais iniciou-se no sudoeste do Paraná a agroindustrialização familiar de pequeno porte (FERRAZ; BRANDÃO; PASE, 2008).

A pesquisa foi realizada na região sudoeste do Paraná, devido à importância econômica e social da agropecuária para a região. Os fatores que influenciam na permanência e na saída do jovem do campo ao serem identificados podem auxiliar na tomada de decisão dos atores locais para melhorar a vida das populações rurais. Somado a isso, existe a motivação pessoal da pesquisadora, que é filha de produtores rurais que tiram seu sustento da terra e que reside na zona rural com seus pais. A curiosidade sobre o tema vem há muito tempo, ao ver os jovens da vizinhança migrar para zona urbana, alguns voltarem para o campo, outros ainda morarem na zona rural e trabalharem na cidade, resultando na motivação de trabalhar este tema em um Colégio Agrícola localizado na mesma comunidade em que vivo, mas que atrai alunos de todo o sudoeste do Paraná, para aprender técnicas de agropecuária integradas ao ensino médio.

3 REVISÃO DA LITERATURA

O objetivo deste tópico é fazer a revisão de algumas pesquisas, as quais avaliaram a juventude rural e as questões que envolvem a permanência do jovem no campo e a sucessão na propriedade rural.

Na pesquisa de campo realizada por Schenato (2011) sobre a construção da identidade dos colonos e assentados no oeste do Paraná, foi constatado por meio de observação participante, que os pais estimulam os filhos a concluir o ensino médio e ir buscar oportunidades de emprego nas cidades. Nas gerações anteriores (dos pais), alguns filhos (homens) recebiam incentivos para estudar porque não haveria terras suficientes para todos, os outros por sua vez, eram socializados para permanecerem no meio rural, sendo afastados do direito à educação formal. Em relação às mulheres da geração anterior, o destino era casar com um marido que possuísse terra, assim não havia necessidade de estudar, enquanto que na geração atual grande parte das mulheres estuda e sai da zona rural.

A pesquisa realizada por Quadros, Stropasolas e Rebollar (2011), aplicada em sete municípios do litoral sul catarinense teve como objetivo analisar a participação dos jovens rurais nas agroindústrias e o efeito gerado na sucessão. Foram realizadas entrevistas com os jovens e com seus pais, ambos envolvidos nas agroindústrias familiares. Verificou-se que a maioria do trabalho exercido na produção de matéria-prima é realizado pelos rapazes, pois são tarefas mais pesadas, como preparar a terra e cortar cana-de-açúcar, por exemplo. Algumas moças quando participam dessas atividades dedicam um tempo menor que os rapazes, pois precisam ajudar suas mães no trabalho doméstico. Os resultados indicaram que a permanência dos jovens e a sucessão dependem do grau de participação e da motivação, autonomia, remuneração e satisfação destes jovens na propriedade rural.

No estudo de Spavanello *et al.* (2011) nos municípios de Pinhal Grande e Dona Francisca, ambos no Rio Grande do Sul, o objetivo foi analisar os principais aspectos que levam os jovens a sair do meio rural e a implicação da saída na sucessão das propriedades. A coleta de dados se deu por meio de entrevista com agricultores sem sucessores e agricultores com sucessores. Os resultados mostraram que a recusa dos filhos em assumir a sucessão na propriedade passa por diferentes fatores, como as dificuldades do trabalho rural, o contato com o urbano, a busca por lazer, redução do número de filhos por família, a busca por autonomia financeira, entre outros. Trata-se de fatores internos e também externos, reflexos da proximidade do rural com o urbano, da presença dos filhos dos agricultores nas escolas das cidades e a circulação nos espaços de lazer, no urbano eles podem ter trabalho remunerado e

independência financeira, enquanto que no campo o trabalho é difícil e há poucos jovens para fazer amizades e até mesmo se casar.

Para Dotto (2011), pesquisa realizada em três cidades do Mato Grosso do Sul (Campo Grande, São Gabriel do Oeste e Terenos) foram entrevistados dois grupos de jovens, dos quais 45 que permaneceram no campo e 37 que não permaneceram. Os resultados indicaram que os jovens gostam do campo, mesmo aqueles que saíram. Também foi identificado que as mulheres saem mais, principalmente por se dedicarem mais ao trabalho doméstico, então se concentram na educação como alternativa para que tenham mais autonomia e reconhecimento. A origem dos pais também influencia, os filhos dos sulistas possuem maior tendência de sair que os filhos dos nordestinos. Foi identificado também, que a renda possui um papel relevante na decisão de sair ou ficar, nas famílias com maior renda os jovens possuíam maior probabilidade de sair, pois possuem veículo que facilita o contato com a cidade. O fato de os jovens participarem da tomada de decisão na propriedade é outro aspecto importante, pois se sentem incluídos na gestão da propriedade o que lhes facilita permanecer.

Na pesquisa de campo de Mello *et al.* (2003) com 116 famílias da zona rural do oeste de Santa Catarina, para coleta de dados foram entrevistados separadamente em cada uma das famílias, os pais, um rapaz e uma moça, estes últimos com idade entre 15 e 29 anos. Foi constatado que, os padrões sucessórios dominantes na agricultura familiar dessa localidade, são hoje uma ameaça ao seu próprio desenvolvimento e integridade do tecido social do meio rural. Nesse ambiente, o futuro da maioria das moças se construía no papel de mãe e esposa de agricultor. A ampliação de um horizonte profissional para os jovens e a demora na definição de um sucessor, implicam no atraso de questões fundamentais para a propriedade como a preparação do herdeiro e a passagem do poder para este gradativamente, a discussão prévia dessas questões é importante para a reprodução social e econômica das propriedades.

Na pesquisa de Carneiro (1998), o objetivo foi identificar as imagens que os jovens têm do mundo rural e urbano que ilustram e dão sentido aos seus projetos futuros. Realizada na cidade de Nova Pádua no estado do Rio Grande do Sul e Nova Friburgo no Rio de Janeiro, foram aplicados 105 questionários e realizadas 23 entrevistas com jovens entre 15 e 26 anos. Os jovens oscilam entre o projeto de construir vidas mais individualizadas na ideia de “melhorarem seu padrão de vida”, e o compromisso com a família que se confunde com a sensação de pertencimento ao local de origem. Dentro dessa indecisão está em construção uma nova identidade, em que os jovens cultuam os laços que os prendem ao local de origem e ao mesmo tempo projetam sua imagem em uma vida urbana e “moderna”. Isso não implica em

uma negação da cultura de origem, mas supõe uma convivência que resulta na indeterminação de que querem ser ao mesmo tempo iguais e diferentes dos jovens das cidades.

Na pesquisa realizada no município de Santo Cristo e Candelária, ambos no Rio Grande do Sul, procurou-se identificar características sociais e econômicas que influenciam as aspirações educacionais e ocupacionais dos jovens, assim como, suas opções de local de moradia. Foram aplicados questionários com alunos das escolas estaduais de ensino médio, levando em conta que muitos jovens optaram por cursar o ensino médio na cidade após terem decidido por uma profissão não agrícola. Os resultados apresentaram diferenças entre os jovens, as moças demonstram uma inclinação maior a deixar a agricultura e o meio rural do que os rapazes. Mas os jovens em sua maioria, fizeram críticas semelhantes ao estilo de trabalho agrícola e descartaram a possibilidade de suceder os pais na propriedade rural, pois recusam seu estilo de vida (SIQUEIRA, 2004).

Na pesquisa de Müller (2017), o objetivo foi analisar as perspectivas das jovens rurais estudantes da Universidade Federal Fronteira Sul- Campus de Realeza, em relação a permanência no espaço rural. A pesquisa foi realizada com jovens rurais que estudam nos cursos de graduação ofertados pelo campus de Realeza, dessa universidade. Participaram da pesquisa 69 jovens de 15 a 29 anos, por meio de aplicação de questionário e entrevistas. O objetivo foi verificar se o ingresso no ensino superior é pela busca de qualificação profissional, com o intuito de permanecer no espaço rural. Os resultados indicaram que devido à falta de autonomia para implantação de mudanças na unidade produtiva familiar e às dificuldades econômicas enfrentadas pelos agricultores, os jovens rurais projetam seu futuro profissional fora do espaço rural.

No trabalho de Morais (2014) sobre a realidade vivenciada pelos jovens do Território Integração Norte Pioneiro do Paraná, com o objetivo de descobrir quais os fatores que interferem em sua decisão de permanecerem ou não no meio rural. Para o levantamento de dados, utilizaram-se dados censitários, observação participante, entrevistas e questionários junto aos jovens rurais. Foram entrevistados 20 jovens rapazes e moças, filhos/as de agricultores. Os resultados indicaram baixo rendimento da terra, distância da propriedade da área urbana, dificuldade de acesso à renda, desigualdades de gênero, não participação na tomada de decisão, o desconhecimento e a dificuldade de acesso às políticas públicas disponíveis para os jovens agricultores familiares.

A contribuição dessa pesquisa para a literatura dar-se-á devido à importância da agricultura familiar para a região sudoeste do Paraná, local da aplicação da pesquisa, onde que

há predominância da agricultura familiar e de pequenas propriedades de terra, além disso, a atividade possui importante participação econômica na região.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com o objetivo proposto para este trabalho esta é uma pesquisa de campo, de caráter descritivo e abordada de maneira qualitativa. Foi realizada uma entrevista por meio de um formulário (APÊNDICE A) com perguntas abertas e fechadas com os alunos do terceiro ano do ensino médio do Centro Estadual de Educação Profissional do Sudoeste do Paraná-CEEP, com sede no município de Francisco Beltrão, a instituição possui o curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio e Técnico em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio. Este centro de ensino atende jovens do Sudoeste do Paraná e também de cidades próximas a região, possui internato para os alunos e fazenda escola.

A escolha do local de aplicação da pesquisa deu-se pelo fato de ser um local que tem a educação voltada para a agropecuária e atende os filhos de agricultores familiares, já que podem fazer uso do conhecimento adquirido na propriedade da família. Dessa forma, pressupõe-se que esses jovens possuem o conhecimento sobre a respectiva área, então torna-se importante verificar quais são suas outras necessidades e motivações que os fazem escolher entre permanecer no campo ou migrar para as cidades.

As perguntas foram elaboradas com base em uma revisão da bibliografia sobre o tema. Nesta pesquisa, o formulário de entrevista é o principal instrumento de coleta de dados, sendo importante atentar-se aos detalhes para que o objetivo do trabalho seja atendido. Para reduzir possíveis falhas na escrita e para um melhor entendimento do conteúdo, uma técnica a ser utilizada é a validação do formulário. Para que ocorresse a validação, foi submetido antes da aplicação à avaliação de profissionais com experiência acadêmica no tema, e enviado também para a extensionista da Emater de Francisco Beltrão, e para a diretora e a pedagoga, ambas do CEEP, local de aplicação da pesquisa.

No quadro abaixo é possível verificar os profissionais, com sua experiência e formação que contribuíram para a pesquisa com a análise do formulário de entrevista.

Quadro 2- Experiência dos Profissionais que contribuíram com a validação do formulário

Profissionais	Experiência
Experiência acadêmica	Graduação em Administração; Especialização em Finanças Corporativas; Mestrado e Doutorado em Administração; Professor Universitário.
Experiência acadêmica	Graduação em Ciências Econômicas; Mestrado em Economia; Doutorado em Economia Aplicada; Professor Universitário.
Experiência acadêmica	Graduação em Ciências Econômicas; Especialização em Agronegócios; Mestrado em Economia Aplicada; Doutorado em Ciências (Economia Aplicada); Professora Universitária.
Experiência acadêmica	Graduação em Ciências Econômicas; Especialização em Administração Financeira; Especialização em Administração Rural; Mestrado em Economia; Doutorado em Agronomia; Professora Universitária.
Experiência acadêmica	Graduação em Ciências Econômicas; Especialização em Planejamento do Desenvolvimento Urbano e Regional; Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio; Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio; Professor Universitário.
Experiência Profissional	Graduação em Economia Doméstica; Extensionista da Emater. Experiência com agricultura familiar.
Experiência Profissional	Graduação em Pedagogia; Especialização em Educação Escolar; Especialização em Gestão Político-Pedagógica Escolar. Pedagoga e Professora no Centro Estadual de Educação Profissional do Sudoeste do Paraná.
Experiência Profissional	Graduação em Pedagogia. Diretora e Professora no Centro Estadual de Educação Profissional do Sudoeste do Paraná

FONTE: Elaborada pela autora (2017).

Com a validação do formulário foram feitos alguns ajustes nas perguntas de forma que ficassem mais claras e objetivas, o que evidencia a importância dessa técnica para a realização da entrevista. Os profissionais da área acadêmica indicaram melhorias gramaticais, modificação no sentido e ordem de algumas questões. Enquanto que, os profissionais com experiência na atividade indicaram mudanças de algumas palavras e a inserção de algumas perguntas.

Antes da aplicação do questionário no local da pesquisa, foi realizado um teste em agosto de 2017, com um grupo de alunos da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão, acadêmicos do curso de Administração e que moram na zona rural, e depois da aplicação do teste percebeu-se a necessidade de inserir algumas opções dentro de algumas perguntas. Após esses ajustes o formulário encontrava-se apto para aplicação.

Após realizar a validação e o teste do formulário, foi realizada uma visita ao colégio para uma explanação aos alunos de como seria a pesquisa e seus objetivos, e solicitado a

colaboração daqueles que possuíam o perfil necessário para a pesquisa. Também foi entregue um termo de consentimento para seus pais assinarem, e permitirem a entrevista com os alunos, haja vista que a maioria deles são menores de 18 anos.

A aplicação do formulário foi realizada entre os dias 18 e 22 de setembro de 2017, no CEEP. Foram entrevistados 52 alunos em uma população de 76 estudantes do terceiro ano do ensino médio, os entrevistados apresentaram o perfil necessário para pesquisa, que é residir na zona rural e ser filho de produtor rural.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O formulário de entrevista foi dividido em quatro segmentos, sendo: (1) perfil socioeconômico, (2) caracterização da propriedade, (3) a relação do jovem com o campo, e (4) a relação do jovem com a cidade. A escolha destes blocos foi assim estabelecida para encontrar possíveis relações existentes entre, por exemplo, maior renda obtida com a propriedade e interesse do jovem em permanecer no campo.

Nesta pesquisa foram entrevistados 52 alunos e, desses, 33 revelaram que pretendem permanecer no campo, enquanto que 4 revelaram que pretendem sair do campo, e outros 15 disseram que estão indecisos. Em relação a esse grupo, percebeu-se no decorrer das entrevistas, por meio de comentários gerais e específicos, que estes tinham uma inclinação a sair do campo. Diante dessa percepção, foi realizada uma análise com os dados tabulados e verificou-se alta similaridade das respostas com as do grupo que pretende sair do campo. Soma-se a esses fatos que os mesmos estavam a menos de quatro meses de receberem o diploma de Técnicos em Agropecuária, além de possuírem familiaridade com a área.

Portanto, diante do exposto, conclui-se que estes apresentavam alta probabilidade de saírem do campo e, conseqüentemente, optou-se por analisar os alunos indecisos em conjunto com os que pretendem sair do campo. Então, tem-se 63% dos entrevistados que pretendem permanecer no campo, enquanto que 37% pretendem sair do campo.

5.1 PERFIL SOCIOECONÔMICO

A faixa de idade dos 52 entrevistados está entre 16 e 18 anos, 8 entrevistados são do sexo feminino e 34 do sexo masculino. Dos 33 respondentes que pretendem permanecer, são 3 moças e 30 rapazes. Dos 19 que pretendem sair são 5 moças e 14 rapazes.

A Tabela 2 mostra os municípios e a quantidade de entrevistados que reside em cada município.

Tabela 2 - Municípios em que residem os entrevistados

Município	Quantidade de alunos que pretendem permanecer	Quantidade de alunos que não pretende permanecer
Ampere	1	0
Capanema	1	0
Capitão Leônidas Marques	1	0
Coronel Vivida	1	0
Francisco Beltrão	9	7
Itapejara do Oeste	3	2

continua

Tabela 2 - Municípios em que residem os entrevistados (continuação)

FONTE: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa (2017).

Município	Quantidade de alunos que pretendem permanecer	Quantidade de alunos que não pretende permanecer
Manfrinópolis	1	0
Marmeleiro	1	1
Nova Prata do Iguaçu	1	2
Pérola D' Oeste	1	0
Quedas do Iguaçu	1	0
Realeza	3	1
Renascença	4	2
Salto do Lontra	1	1
Santa Isabel	2	3
Santa Lucia	1	0
Santo Antônio do sudoeste	1	0

FONTE: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa (2017).

Percebe-se que a maioria dos municípios pertencem à região sudoeste do Paraná, apenas três são da região oeste do estado, onde moram 3 alunos que pretendem permanecer no campo, sendo os municípios de Capitão Leônidas Marques, Quedas do Iguaçu e Santa Lucia.

As propriedades dos alunos que desejam permanecer no campo possuem uma distância média de 14 km em relação à zona urbana, enquanto que, os alunos que planejam sair do campo tem propriedades em média 17 km distantes da zona urbana.

Dentre os 33 entrevistados que pretendem permanecer no campo, 76% afirmam residir na zona rural desde o nascimento, e dentre os demais, 18% residem há alguns anos e 6% nunca residiram, mas possuem o desejo de morar no campo já que sua família possui propriedade rural e são filhos de produtores rurais. Dentre os entrevistados que pretendem sair do campo, 84% afirmam residir na zona rural desde o nascimento, e 16% dos entrevistados afirmam que residem há alguns anos.

Os entrevistados foram questionados a respeito de quais familiares residem na mesma casa que eles. Na Tabela 3 é possível verificar o percentual de alunos que residem com determinados familiares.

Tabela 3 – Familiares que residem com os entrevistados

Familiares	Alunos que pretendem permanecer no campo	Alunos que não pretendem permanecer
Mãe	94%	89%
Pai	94%	95%
Irmãos	61%	58%
Avós	12%	16%
Tia	3%	0%
Cunhada	3%	0%

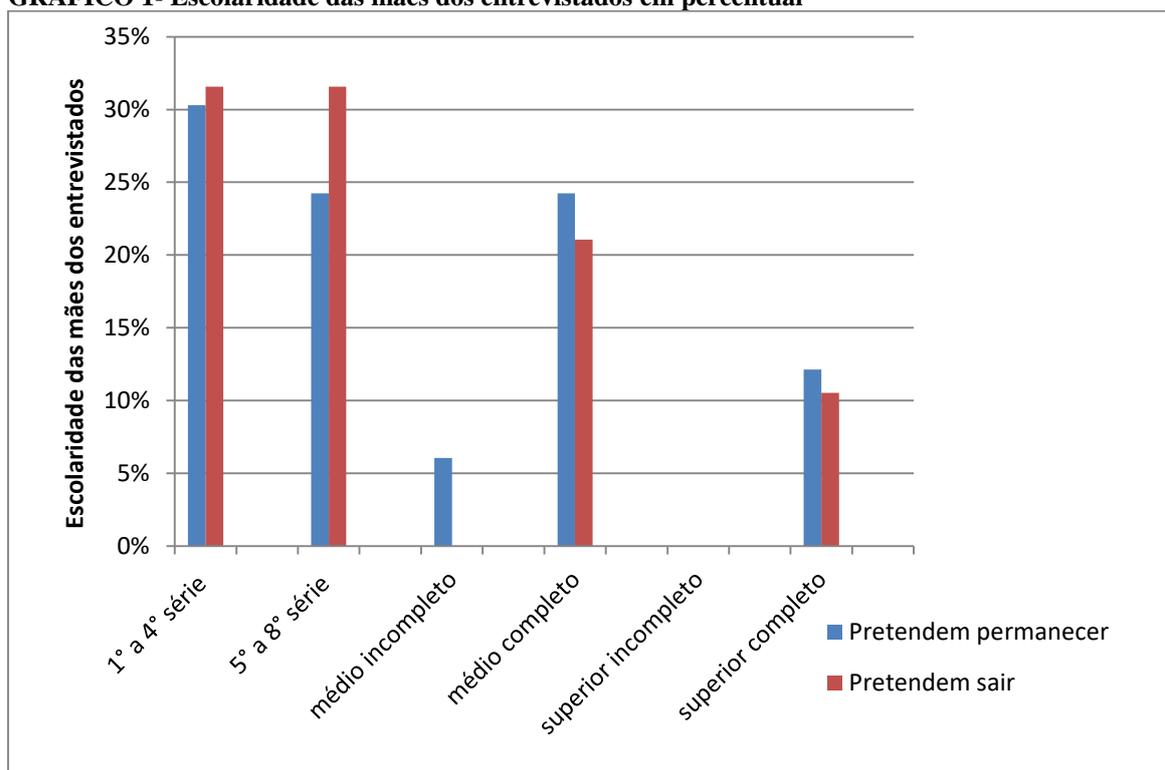
FONTE: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa (2017).

Percebe-se que as porcentagens de alunos que pretendem permanecer no campo e que pretendem sair em relação aos determinados familiares com quem residem, não apresenta significativa diferença, dessa forma, as pessoas que residem na casa dos entrevistados não é um fator que influencia sua permanência ou saída do campo.

Foi questionado aos alunos, as idades das pessoas que residem na casa onde moram, incluindo a idade de cada entrevistado. Os resultados indicaram que 63 pessoas da família dos entrevistados do grupo que pretendem permanecer na zona rural possuem entre 35 e 60 anos; 39 pessoas possuem entre 14 e 18 anos, entrando a faixa de idade dos entrevistados, portanto, incluindo-os nesse resultado; 14 pessoas possuem entre 7 a 14 anos de idade, ou seja, os irmãos mais novos dos entrevistados; 12 pessoas possuem entre 18 e 35 anos de idade, e 11 pessoas com mais de 60 anos, que são os avós e pais de alguns alunos. No grupo de entrevistados que pretendem sair do campo, 3 pessoas possuem menos de 7 anos de idade, 8 pessoas têm idade entre 7 e 14 anos, 19 pessoas possuem entre 14 e 18 anos, 7 pessoas possuem idade entre 18 e 35 anos, 32 pessoas estão entre 35 e 60 anos e 6 pessoas possuem mais de 60 anos.

O Gráfico 1 apresenta os dados sobre a escolaridade da mãe dos entrevistados.

GRÁFICO 1- Escolaridade das mães dos entrevistados em percentual

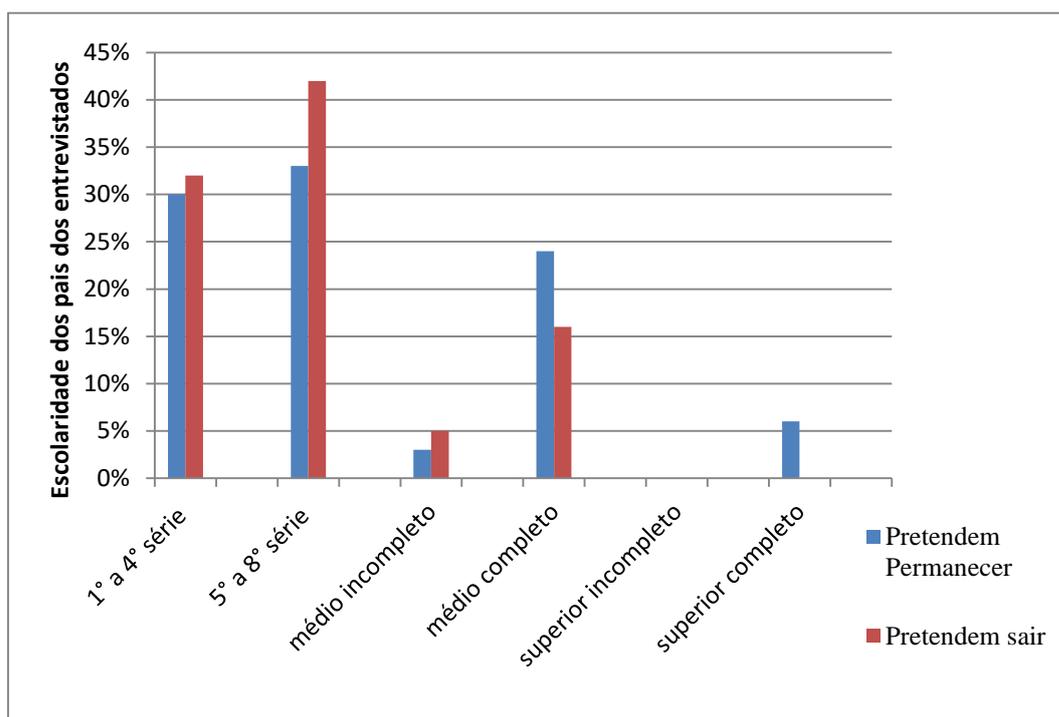


FONTE: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa (2017).

Verifica-se, que a partir do Gráfico 1 que a escolaridade das mães dos alunos que pretendem sair do campo prevaleceu entre a 1ª até a 8ª série com 64%. A escolaridades das mães dos alunos que pretendem permanecer no campo, apresentam-se maiores no ensino médio completo e ensino superior completo, em relação ao outro grupo.

Os alunos também foram questionados sobre a escolaridade de seus pais, e os dados estão elencados no Gráfico 2.

GRÁFICO 2-Escolaridade dos pais dos entrevistados em percentual



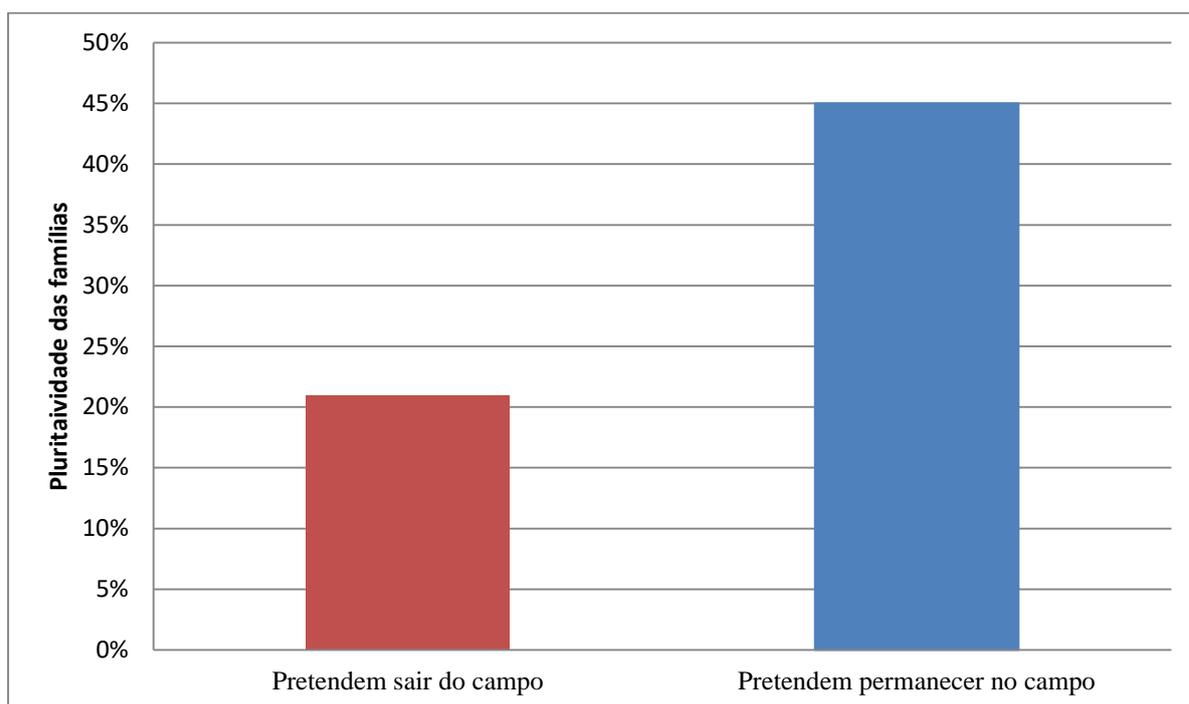
FONTE: Elaborado pela pesquisadora com base nos dados da pesquisa (2017).

Como é possível verificar no Gráfico 2, 74% dos pais dos alunos que pretendem sair do campo tem escolaridade entre 1º a 8º série, dos pais dos alunos que pretendem permanecer no campo 63% estão nesse mesmo nível de escolaridade. Entre o pai e a mãe dos indivíduos, apenas os pais dos alunos que pretendem permanecer no campo, possuem ensino superior completo. Percebe-se que pais e mães dos alunos que pretendem permanecer no campo possuem um nível de escolaridade maior que os pais dos alunos que pretendem sair.

No Gráfico 3, encontram-se os dados relativos à pluriatividade⁵ das famílias dos entrevistados.

⁵As famílias rurais que combinam entre seus membros atividades agrícolas e não agrícolas dentro ou fora de sua propriedade, são denominadas famílias pluriativas (NASCIMENTO, 2005)

GRÁFICO 3- Percentual de pluriatividade das famílias dos entrevistados



FONTE: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2017).

Ao verificar que, 45% das famílias dos alunos que pretendem permanecer no campo são pluriativas, pode-se inferir que esta é uma característica que pode influenciar positivamente a permanência do jovem no campo, em função do complemento da renda agrícola. Tal inferência é reforçada pelo baixo nível de famílias pluriativas dos jovens que pretendem sair do campo.

Em suma, foi possível verificar algumas características referentes aos questionamentos relativos ao perfil sócio econômico. O grupo formado pelos alunos que planejam permanecer no campo apresentam, em média, pais com maior escolaridade e características de pluriatividades frente aos alunos que pretendem sair do campo.

5.2 CARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE

As propriedades dos alunos que pretendem permanecer no campo possuem, em média, 27 hectares de terras, enquanto que, as propriedades dos alunos que pretendem sair têm 19 hectares. Na tabela 4 estão relacionadas as atividades que são desenvolvidas nas propriedades. É importante salientar que algumas famílias trabalham com apenas uma atividade, no entanto, outras desenvolvem várias atividades dentro da mesma propriedade.

Tabela 4- Atividades desenvolvidas nas propriedades

ATIVIDADE	Quantidade de famílias (pretendem permanecer no campo)	Quantidade de famílias (pretendem sair do campo)
Agricultura	19	8
Apicultura	0	0
Avicultura	4	4
Bovinocultura de leite ou corte	24	12
Cunicultura*	1	0
Equinocultura*	1	1
Horticultura*	1	1
Ovinocultura*	2	0
Piscicultura	0	1
Suinocultura	3	1
Aluguel do pasto*	1	0

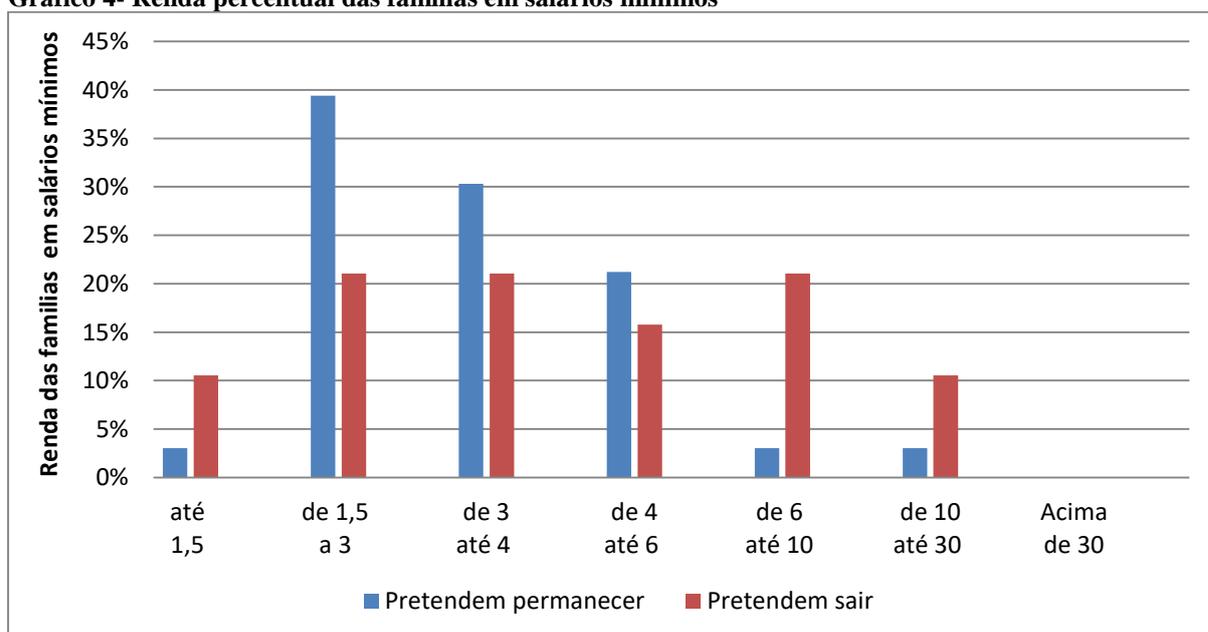
FONTE: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa (2017).

* as atividades sinalizadas com asterisco não constavam no questionário entrando na parte de outras atividades.

Na maioria das propriedades (36 propriedades), as famílias desenvolvem a bovinocultura de leite ou corte, indo ao encontro dos indicadores que colocam a região sudoeste do Paraná como a segunda maior produtora de leite do estado (IBGE, 2015). A agricultura é desenvolvida em 27 propriedades, também característica do estado do Paraná, segundo maior produtor de milho e soja do Brasil (CONAB, 2017).

No Gráfico 4 estão dispostos os dados relativos à renda das famílias.

Gráfico 4- Renda percentual das famílias em salários mínimos



FONTE: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa (2017).

Encontra-se no grupo dos que pretendem sair do campo, o maior limite superior de salários, 31% destes possuem renda entre 6 a 30 salários. No total deste conjunto, os salários variam entre 1,5 e 6 salários. O outro grupo é mais homogêneo, 90% dos salários variam entre 1,5 a 6 salários mínimos⁶.

Dos entrevistados que pretendem permanecer no campo, 64% dizem estarem satisfeitos com essa renda e, 36% dos entrevistados disseram o contrário. Dentre os que pretendem sair, 53% estão satisfeitos e, 47% dizem não estar satisfeitos com essa renda. É importante salientar que, tal dado não permite nenhuma inferência devido ao fato de se tratar do que jovens acreditam ser a renda da família, já que alguns pais não conversam com os filhos sobre a renda.

Os entrevistados foram questionados se a sua família acessa alguma política de fomento para agricultura. Do grupo que pretende permanecer no campo, 79% afirmam que sim, mas muitos não souberam indicar qual era a política. Apenas 24% dos entrevistados soube dizer que a família acessa o PRONAF, os demais não souberam especificar o nome da política, pois os seus pais não comentam sobre o assunto, como o entrevistado nº 21: Faz financiamento, mas não sei qual é o pai não é de falar.

Outros indicaram a finalidade da política como o respondente nº 4 “Financiamento para pré-moldado e para custeio do pasto; respondente nº 24: Financiamento para máquinas e lavoura; respondente nº 53: Financiamento do trator. O que demonstra que eles têm pouco conhecimento de políticas públicas para agricultura familiar.

Do grupo de alunos que pretende sair do campo, 84% disseram que a família acessa políticas de fomento, 47% dos entrevistados disseram que a família acessa o PRONAF, o restante diz não ter conhecimento sobre qual é a política, como por exemplo, o entrevistado nº 46, disse que a família fez financiamento para investimento e o entrevistado nº 16 relatou que: Família fez empréstimo para comprar vacas de leite. Verifica-se neste segundo grupo, que os alunos já têm um conhecimento maior sobre a política que a família acessa em relação ao grupo que deseja permanecer no campo.

Ao serem questionados se a família é associada a alguma cooperativa, dos alunos que desejam permanecer no campo, 33% não são associadas, as demais 67% das famílias são associadas a até três cooperativas, as que mais aparecem são: Sistema de Cooperativas de Crédito Rural Solidário do Brasil (CRESOL) com 13 famílias associadas; Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI) com 2 famílias associadas; Cooperativa Agroindustrial (COASUL)

⁶O salário mínimo em vigência no Brasil no ano de 2017 é R\$ 937,00, e esse é o valor utilizado nesta pesquisa.

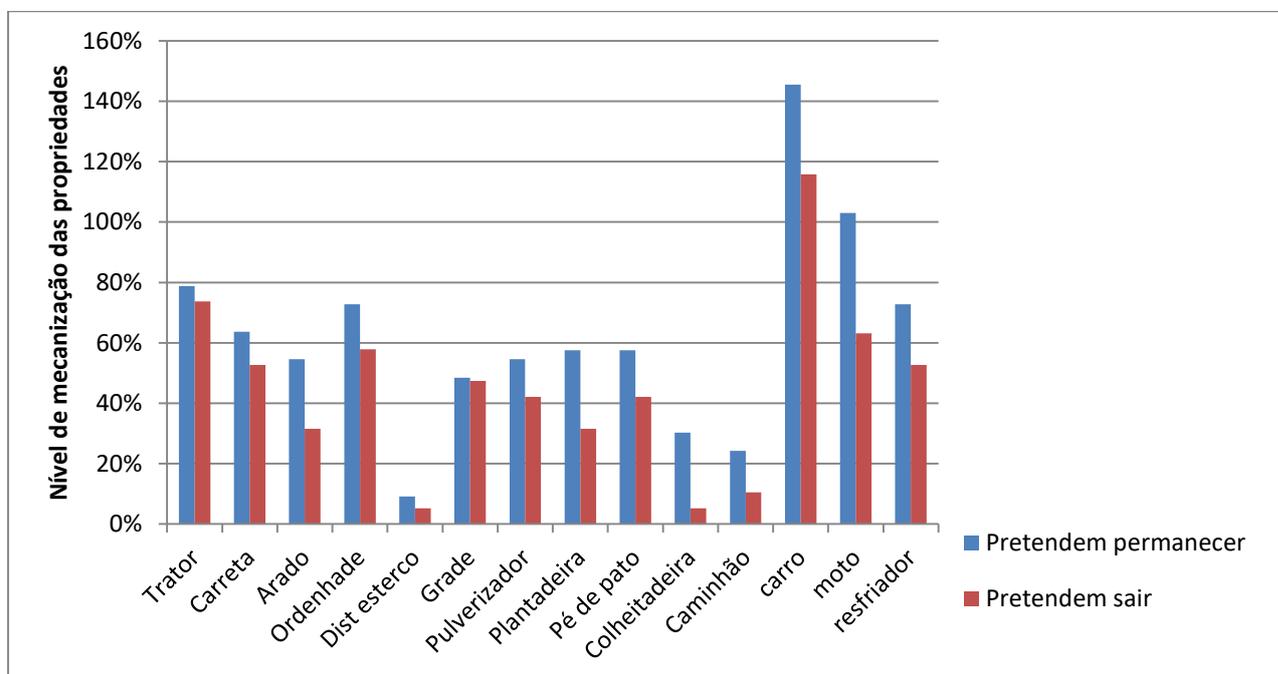
com 6 famílias associadas; Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB) com 3 famílias associadas e Cooperativa Agroindustrial de Cascavel (COOPAVEL) com 3 famílias associadas.

Do grupo de alunos que pretende sair do campo, 79% dos entrevistados disseram que são associadas a cooperativas e 21% disseram que não. Algumas famílias são associadas a até duas cooperativas, e as que mais aparecem são: CRESOL com 11 famílias associadas, a COASUL 5 famílias associadas, SICOOB com 1 família, a COOPAVEL com 1 família e o SICREDI também com 1 família associada.

Levando em consideração somente os que moram na mesma casa que o entrevistado, no grupo que pretende permanecer verificou-se que 42% possui algum membro que recebe auxílio do governo como aposentadoria dos pais e avós, e pensão por invalidez. Do grupo que pretende sair, 33% das famílias possuem algum membro que recebe auxílio como aposentadoria, pensão por morte de cônjuge, e bolsa família.

No Gráfico 5 tem-se o nível de mecanização das propriedades, os entrevistados responderam quais e quantos desses implementos agrícolas a família possui na propriedade.

GRAFICO 5- Nível de Mecanização* das propriedades



FONTE: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa (2017).

*apesar de não serem máquinas agrícolas o carro e a motocicleta são fundamentais para a mobilidade do agricultor e de sua família. Sendo importantes para a comercialização dos produtos agrícolas.

De acordo com os dados da pesquisa, as propriedades rurais do grupo de alunos que pretende permanecer no campo apresenta um nível de mecanização superior aos que pretendem sair em todos os itens. Como por exemplo, as ordenhadeiras mecânicas e os resfriadores de leite que estão presentes em todas as propriedades que trabalham com a bovinocultura de leite do grupo que pretende permanecer e também do que não pretende.

Uma importante máquina agrícola é o trator, que está presente em 79% das propriedades do grupo que pretende continuar no campo, e em 74% das propriedades do grupo que pretende sair. Algumas propriedades possuem mais do que um trator, no grupo que pretende permanecer são 7 propriedades com mais de um trator, as quais possuem em média 55 hectares de terra, enquanto que a média geral é 27 hectares, e a média das propriedades com um ou nenhum trator é 18 hectares. No grupo que pretende sair do campo, são 3 propriedades com mais de um trator, as quais possuem em média 57,33 hectares. As propriedades com um ou nenhum trator tem em média 12 hectares neste grupo.

No grupo que pretende permanecer no campo é possível encontrar colheitadeiras em apenas seis propriedades, por ser uma máquina agrícola com um valor mais elevado, as famílias terceirizam a colheita para alguém que possua uma colheitadeira, sendo uma prática muito comum. Para pequenas propriedades é um risco grande investir em uma máquina com um valor tão elevado. No grupo que deseja sair do campo verificou-se a existência de somente uma colheitadeira em uma propriedade de 45 hectares, uma diferença significativa entre os dois grupos.

Assim como o trator, a colheitadeira está presente nas propriedades maiores, aquelas que têm duas colheitadeiras tem em média 70 hectares, e ainda como o caso de um entrevistado, a família tem contrato de arrendamento de terras, ou seja, faz o plantio e colheita em terras alugadas e pagam uma renda para o proprietário a cada safra. Dessa forma, o agricultor obtém uma renda maior e consegue maior eficiência de seus recursos.

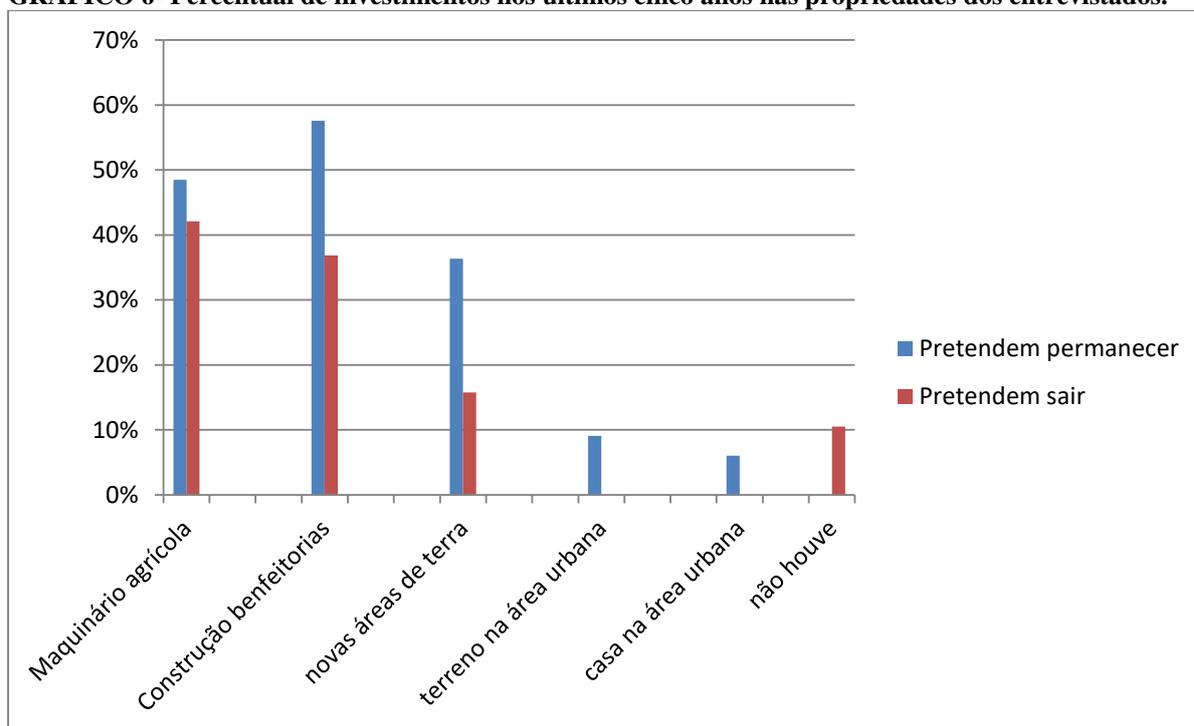
O carro também é fundamental para quem mora na zona rural, pois ele facilita a locomoção das famílias, e também permite uma “diminuição” da distância entre o urbano e o rural. Nesta pesquisa, todas as famílias do grupo que deseja sair do campo possuem carro e 12 famílias possuem motocicletas. No grupo que pretende continuar no campo 3 famílias não possuem carro, sendo no total 48 carros divididos para 30 famílias, e a motocicleta está presente na casa de 28 famílias.

Como o número de carros é superior ao de famílias nos dois grupos o gráfico mostra um número maior que 100% para ambos, e também para a motocicleta no grupo que pretende

continuar no campo. Pode-se verificar que a motocicleta se encontra em todas as propriedades dos jovens que desejam continuar no campo, enquanto que está em 63% das propriedades dos que pretendem sair. A motocicleta é tida pelos jovens como uma “liberdade” para sair de casa passear e para seu lazer, assim como constatado no depoimento de alguns jovens entrevistados que relatam que fazem passeios de moto no campo nas suas horas de lazer.⁷

No Gráfico 6 encontram-se os dados a respeito dos investimentos realizados na propriedade nos últimos 5 anos.

GRÁFICO 6- Percentual de investimentos nos últimos cinco anos nas propriedades dos entrevistados.



FONTE: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa (2017).

Os dados representam os investimentos realizados nas propriedades nos últimos cinco anos, observa-se que nas propriedades dos alunos que pretendem permanecer na zona rural houve mais investimentos, sendo em sua maioria para a construção de benfeitorias. No grupo que pretende sair, 10% dos entrevistados disseram que não houve investimentos, e no grupo que deseja permanecer, houve investimento também em terreno e casa na área urbana.

No grupo de entrevistados que pretende permanecer no campo 82% relataram que a família participa da associação de moradores da comunidade em que residem, enquanto que

⁷ São poucos os entrevistados que possuem mais de 18 anos, ou seja, tem autorização para dirigir portando carteira de motorista. Mesmo sendo contra a lei, no campo é comum que tanto menores de idade como adultos dirijam sem carteira de motorista, devido à pouca fiscalização.

18% disseram não participar. Também foram questionados sobre a sua comunidade, se veem problemas ou dificuldades nelas, e 76% disseram que não há problemas, os demais relataram que não há união entre os membros da comunidade, há muitas brigas e desentendimentos, outro entrevistado relatou que não promovem eventos na comunidade e o pavilhão é pequeno, outro ainda diz não haver nem pavilhão, nem festas, pois a comunidade é muito pequena. No grupo que pretende sair do campo todas as famílias participam da associação de moradores, 84% não veem problemas na comunidade, 16% acredita que há dificuldades como afirma o entrevistado nº 5: Pessoas pensam muito diferente, causa conflito as coisas não dão certo.

No tocante às características das propriedades e relação do jovem de permanecer ou não no campo, é possível destacar que os jovens que pretendem permanecer no campo possuem em média propriedades maiores que os jovens que pretendem sair.

É possível destacar também que as famílias dos jovens que pretendem permanecer no campo são mais mecanizadas em todos os itens apresentados. Outra questão que pode ser destacada, é a realização de investimentos nos últimos 5 anos nas propriedades, que aconteceram em sua maioria nas propriedades do grupo que deseja permanecer no campo.

Outras características, no entanto, não apresentam evidências que permitam relacionar sobre ter ou não influência na permanência ou saída do jovem do campo, como as atividades desenvolvidas nas propriedades, que são muito variadas, a maioria delas envolve a agricultura e a bovinocultura de leite, porém, nenhum padrão foi identificado entre os grupos de alunos, dessa maneira, esse não é um fator que influencia na permanência e na saída do campo.

A renda das famílias dos jovens que pretendem sair do campo, aparece mais distribuída e até maior que a do grupo que deseja permanecer. No entanto, é importante frisar que muitas vezes os jovens não sabem realmente qual é a renda da família, já que o patriarca não compartilha esse tipo de informação com os filhos. A maioria indicou que está satisfeita com essa renda, mas a satisfação é menor no grupo que pretende sair do campo.

Outra característica é o acesso às políticas de fomento, pois a maioria das famílias dos entrevistados tem acesso. Entretanto, alguns alunos não souberam informar quais são as políticas, pois os pais não comentam o assunto com eles. Já sobre se a família é associada a cooperativas, todos souberam informar qual é a cooperativa, nessas duas questões a diferença entre os grupos não é representativa.

Os auxílios recebidos pelas famílias não apresentaram diferenças entre os dois grupos, portanto não é um fator de influência. A participação na comunidade foi maior no grupo que pretende sair do campo, logo não é um fator de permanência.

5.3 RELAÇÃO DO JOVEM COM O CAMPO

Um aspecto considerado na pesquisa, refere-se à percepção da qualidade de vida no campo. O levantamento foi elaborado como uma forma de avaliar a decisão por viver no campo ou cidade por razões práticas ou de contentamento.

Os jovens que pretendem permanecer no campo, 76% nunca moraram na zona urbana, 15% disseram que já moraram na zona urbana, e 9% dos entrevistados disseram que moram na zona urbana, mas a família possui propriedade rural e eles pretendem mudar-se para cuidar das propriedades no futuro. Inclusive, esta opção não estava no questionário, mas foi inserida nos resultados, são situações diferenciadas em que o jovem da zona urbana pretende migrar para a zona rural. Enquanto que no grupo que pretende sair, 68% disseram que nunca se mudaram para zona urbana, 11% disseram que sim e 21% disseram que saíram da zona urbana e foram para zona rural, ou seja, desejam voltar para a zona urbana.

Do grupo que pretende permanecer, aqueles que já se mudaram para a zona urbana e voltaram para o campo, disseram que isso aconteceu por motivos diversos, como o entrevistado nº 6: A família foi tentar a vida na cidade, voltamos porque não é acostumado na cidade. E o entrevistado nº 34: A suinocultura cai e demora para voltar aí alugamos a granja não deu certo o aluguel e voltamos, conseguimos comodato e estamos voltando a se reerguer, este relata sobre a atividade da suinocultura em que a família trabalha, existe momentos em que cai o preço do suíno no mercado e em outros momentos ele é bem valorizado.

No grupo que pretende sair do campo, um aluno disse que nasceu na zona urbana, mas os pais eram filhos de agricultores que foram morar na cidade, o entrevistado nº12: Resolveram ir para o interior trabalhavam muito viam o filho pouco e como eram nascidos na roça voltaram para ter uma vida melhor.

Os jovens foram questionados sobre se gostam de morar na zona rural e o porquê, apenas uma entrevistada do grupo que pretende sair do campo relatou que não gosta, ela conta que nº31: Meio parado não tem o que fazer só trabalhar. Os demais entrevistados de ambos os grupos disseram que gostam de morar no campo, os motivos são devido a ser um local tranquilo, mais sossegado para viver e mais calmo que a cidade.

Outros falaram sobre gostar do trabalho, como o entrevistado nº 4: Gosto de trabalhar com o gado, de trabalhar e organizar a propriedade; nº 39: Gosto de mexer com os bichos de plantar; nº 50: Tem o que fazer no dia a dia quem mora na cidade não tem o que fazer fica só dentro de casa; nº 10: Maioria das pessoas que mora na cidade não fazem nada enquanto quem mora no interior ajuda, acorda cedo, gosta do campo.

Alguns falaram que gostam de morar no campo devido à qualidade de vida, como o entrevistado nº 15: É mais tranquilo, bom para criar o irmão não tem más influências (comentário do aluno sobre a criação de seu irmão mais novo); nº 23: Mais vantagens todo mundo conhece todo mundo, vizinho unido e qualidade de vida; nº 40: Sossego, melhor de morar, pode andar, na cidade fica parado, é sem estresse sem barulho.

Os que não residem na zona rural, relatam que gostam do campo, como o entrevistado nº 42: Me vejo mais trabalhando no campo do que na cidade; nº 52: Não moro ainda, mas não tem barulho posso andar de moto sem capacete e sem carteira e gosto do trabalho; ou a entrevistada nº 29: Não moro no campo, mas tenho muita vontade.

Na Tabela abaixo, estão elencadas as opções do que cada entrevistado faz para se divertir nas horas vagas.

Tabela 5- Opções de lazer dos entrevistados

Atividade	Percentual do grupo que pretendem permanecer	Percentual do grupo que não pretendem permanecer
Assisto à televisão	45%	32%
Internet	73%	68%
Converso com meus familiares	64%	37%
Passeio com meus amigos	52%	53%
Pratico esportes	67%	37%
Leio	6%	11%

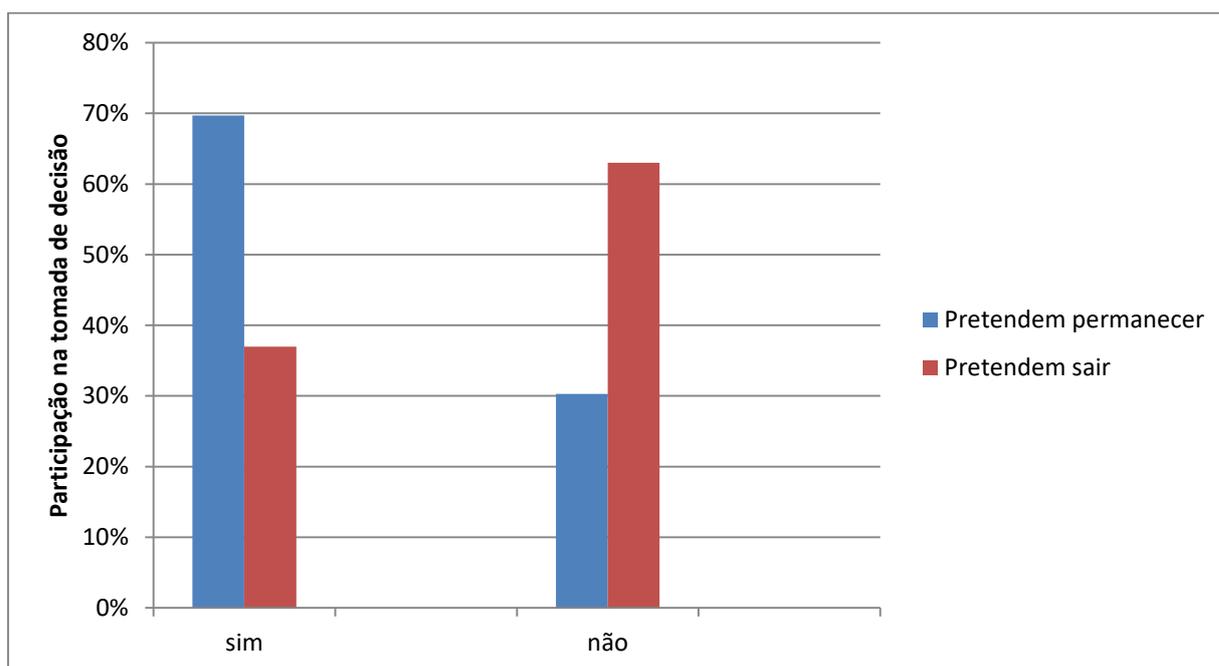
FONTE: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa (2017).

A opção de lazer mais apontada pelos entrevistados foi a internet, e passear com os amigos. Os demais apresentaram algumas diferenças, como no grupo que deseja sair do campo, em que os jovens praticam menos esportes e conversam menos com seus familiares, em relação ao grupo que deseja permanecer.

Eles apontaram outras opções de lazer, no grupo que pretende sair, duas jovens relataram que são catequistas na igreja católica da comunidade aos sábados, e dois rapazes andam de motocicleta na zona rural. No grupo que pretende permanecer no campo os jovens disseram nº 21: Eu gosto de caminhar no mato; nº 39: Vou nos bailes; nº 49: Ando de moto; nº: 52 Laço para o CTG (Centro de Tradições Gaúchas), vou nos rodeios, eu ando de moto e a cavalo e também opero máquinas agrícolas.

No Gráfico 7 estão dispostos os dados a respeito da participação dos jovens na tomada de decisões na propriedade.

GRÁFICO 7- Percentual de participação do jovem na tomada de decisão na propriedade



FONTE: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa (2017).

No gráfico acima, é possível verificar que os alunos que pretendem permanecer no campo têm uma maior participação na tomada de decisão na propriedade da família, sendo 70% dos entrevistados. Enquanto que, o grupo que pretende sair do campo apenas 37% participam da tomada de decisão.

Os alunos foram questionados se são incentivados pela família a permanecer no campo, do grupo que pretende ficar no campo 91% disseram que são incentivados e 9% disseram que não. No grupo que pretende sair do campo, 63% recebem incentivo e 37% não recebem incentivo dos pais para permanecer no campo.

Na tabela abaixo encontram-se elencados os benefícios de morar na zona rural de acordo com as respostas da entrevista.

Tabela 6- Benefícios de morar na zona rural para os jovens

Benefícios	Percentual dos alunos que pretendem permanecer	Percentual dos alunos que não pretendem permanecer
É um local mais tranquilo	91%	89%
Contato com a natureza	85%	53%
Não preciso obedecer a horários rígidos	24%	37%
Não tenho patrão	39%	42%
É mais seguro	48%	37%
Não tem benefícios	0%	0%

FONTE: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa (2017).

Ao serem questionados sobre os benefícios de morar na zona rural, aparece a tranquilidade como primeira opção dos entrevistados do grupo que deseja permanecer e também, do grupo que deseja sair do campo, respectivamente com 91% e 89%, corroborando com a questão sobre gostar de morar na zona rural, em que muitos entrevistados disseram que é devido a ser um local tranquilo.

A maior diferença está no contato com a natureza, como é possível observar na tabela, 85% do grupo que deseja permanecer acredita que o contato com a natureza é um benefício, enquanto o outro grupo 53% disseram ser um benefício. Nenhum dos grupos de entrevistados disse que não há benefícios em morar na zona rural, e novamente, percebe-se que os entrevistados gostam de morar na zona rural.

Os alunos também foram questionados se ajudam a família com o trabalho na propriedade, apenas um aluno que deseja sair do campo disse que não desempenha tarefas na propriedade, os demais entrevistados de ambos os grupos responderam que sim. As tarefas realizadas são as mais variadas dependendo da atividade que é desenvolvida na propriedade, alguns demonstram ter bastante responsabilidade no trabalho dentro da propriedade, como diz o entrevistado nº 49: Faço piquetes deixo bastante coisa arrumada no fim de semana porque o pai e a mãe têm idade avançada, nº 24: Todas as responsabilidades são minhas da lavoura, meu pai faleceu, ajudo nos trabalhos domésticos, mas faço mais na lavoura.

No grupo que pretende continuar no campo, 26 responderam que fazem trabalhos domésticos e 7 disseram que não fazem. As três moças desse grupo realizam tarefas domésticas e também as relacionadas a agropecuária, elas descrevem suas atividades na propriedade: entrevistada nº 29: Ordenha, cuido da horta, faço piquetes, faço mais o trabalho agrícola, mas faço o doméstico também; entrevistada nº 38: Tratar o gado, fazer quirela, cuidar o gado, ajudo a mãe no trabalho doméstico, mas eu trabalho mais com o gado porque o doméstico a mãe faz tudo; e a entrevistada nº43: Tratar animais, ajudo a mãe na casa, mas ajudo mais o pai. Os rapazes também revelaram que fazem tarefas domésticas além das tarefas agrícolas, entrevistado nº 25: Ajudo em tudo no plantio, ajudo na casa porque a mãe trabalha fora, mas faço mais trabalhos na agricultura, nº50: Ordenha, plantio, colheita preparação do solo, cuidado com a propriedade e domésticos, mas a maioria trabalho lá fora.

Dos jovens que pretendem sair do campo, 5 jovens não fazem trabalhos domésticos, sendo 3 rapazes e 2 moças. Algumas moças descreveram suas tarefas nº10: Cuido das vacas, faço a ordenha, trato as vacas, cuido o aviário, preparo a ração para os frangos, bato a cama do aviário, ajudo na faxina e no almoço, entrevistada nº19: Ordenha, ajudo o pai nas outras tarefas,

trabalhos domésticos é mais a mãe que faz eu ajudo mais na ordenha, nº 27: Ajudo em tudo menos nas tarefas domésticas.

Os jovens foram questionados se pretendem permanecer ou não no campo, dos 52 entrevistados, 33 disseram que sim e 19 disseram que não, ou seja, 63% dos entrevistados pretendem permanecer no campo enquanto que 37% pretendem sair do campo.

Após essa questão, eles responderam o motivo dessa decisão, para o grupo que pretende continuar no campo novamente a qualidade de vida e a tranquilidade apareceram nas respostas, mas aqui, os alunos falaram sobre gostar do trabalho e dessa área de atuação. Como o aluno entrevistado nº 3: Gosto de trabalhar com os animais e plantar, e o nº 42: Prefiro, é mais sossegado mexer com os animais, plantar é uma vida melhor. Além disso, demonstraram um pertencimento ao local como o entrevistado nº 14: Nasci ali gosto de morar e trabalhar, e o nº 20: Desde novo sempre tive essa convivência, o que sustenta a vida é a agricultura, e poderei pôr o que aprendi em prática.

Ainda a respeito do grupo de alunos que pretende continuar no campo, houve relatos sobre a organização das propriedades, como entrevistado nº 4: É um local que você tem que fazer seu próprio serviço e uma propriedade quando bem organizada traz um bom lucro, o entrevistado nº 9: Também fala da organização mais seguro você manda no teu emprego, nunca é uma renda fixa vai da organização, a alguns meses começamos a organizar a propriedade e começou a melhorar, entrevistado nº 30: Já vim procurar recursos técnicos para aplicar na propriedade e progredir se for bem administrada é mais rentável.

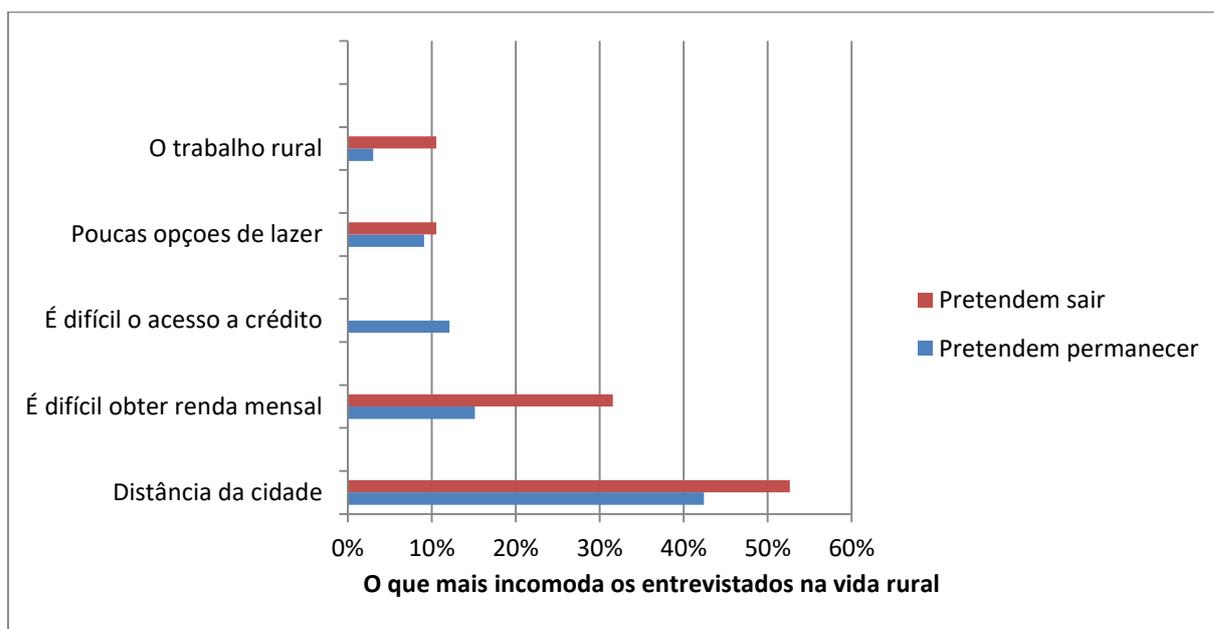
Alguns falaram sobre dar continuidade ao trabalho dos pais na propriedade e de sucessão, como o nº 26: Meus pais vão precisar de ajuda tem a idade avançada vão precisar de alguém para sucessão, entrevistado nº 24: Porque vou continuar a atividade do meu pai vou me formar e voltar para aplicar meus conhecimentos, o entrevistado nº 22: Mais tranquilo onde vou tocar o que meu pai fez, tentar ter lucros e consertar os erros dele e o entrevistado nº 38: Quero continuar a propriedade do pai e fazer o que ele fez é bom de morar.

Foi perguntado aos alunos se eles percebem facilidade em adquirir uma propriedade rural e administrá-la. As repostas ficaram da seguinte forma, do grupo que deseja permanecer no campo, 36% disseram que percebem facilidade e 64% não percebem, do grupo que não pretende continuar no campo, 47% percebe facilidade e 53% dos entrevistados disse que não percebe facilidade. Alguns entrevistados fizeram comentários, os que disseram que não percebem facilidade: nº 20: Montar uma propriedade não é fácil é caro terra boa, nº 15: As terras valem muito o custo é alto, nº 10: Não porque é muito investimento. Aqueles respondentes que

disseram que percebem facilidade, n° 9: Se tivesse um financiamento para trabalhar com leite e comprar uns 15 hectares de terra daí é fácil e o outro entrevistado n° 35: Devido ao curso técnico e a experiência você já tem uma base.

Na entrevista foi perguntado aos alunos o que mais lhes incomoda na vida rural, as respostas estão dispostas no gráfico abaixo.

Gráfico 8- O que mais incomoda os entrevistados na vida rural em percentual



FONTE: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa (2017).

É possível verificar no gráfico que a distância da cidade é o que mais incomoda os entrevistados, pois em todas as opções a porcentagem de incomodados foi maior com os jovens que pretendem sair do campo, com exceção do crédito, que incomoda os jovens que pretendem permanecer.

A distância da cidade é um fator que incomoda mais os alunos que pretendem sair do campo, haja vista que suas propriedades são mais distantes da cidade, em média 17 km, já os alunos que planejam continuar na zona rural suas propriedades estão em média a 14 km da zona urbana.

Nesta pergunta eles tiveram a opção de apontar outras coisas que os incomoda na vida na zona rural, alguns falaram sobre a demora do retorno dos investimentos, outros sobre a atividade ser muito dependente do clima, o respondente n° 2: Pouco apoio do governo para agricultura no preço dos produtos, ninguém está satisfeito com o preço, precisa lidar com o clima e enfrentar muita coisa para conseguir produzir, muita dificuldade e pouco retorno por isso muitos pensam em desistir; o entrevistado relata que n°49: Discriminam o agricultor esses

colono acha que é uma pessoa atrasada, não tem noção que é a gente que coloca a comida na mesa deles e o nº 26: Falta de políticas governamentais estão deixando de lado quem mantém o país.

Os entrevistados responderam também o que estaria faltando no meio rural para que eles permaneçam nele, no caso dos que pretendem permanecer a pergunta foi conduzida de modo que eles dissessem o que lhes “prenderia” na zona rural ou o que faria com que eles nunca deixassem o campo.

No grupo que pretende permanecer, a maioria dos entrevistados falou sobre a necessidade de possuir mais terras, dessa forma poderiam plantar mais e ter uma renda maior. Um aluno falou que gostaria de ter a compreensão dos pais para que quando ele tivesse ideias eles lhe dessem uma chance para poder ajudar. Muitas respostas abordam a necessidade de mais máquinas agrícolas e que a atividade apresentasse menos riscos. Alguns comentaram sobre o preço dos produtos que é muito baixo tanto a soja (na safra) como o leite. Falaram que sentem falta de incentivos do governo e também de valorização do agricultor pelo governo e pela sociedade. Como diz o entrevistado nº 45: Mais incentivo por parte do governo, os jovens não se apegam ao campo o trabalho do agricultor é desvalorizado pela sociedade falam que é uma pessoa atrasada pelos costumes e pelo linguajar.

Os entrevistados que pretendem sair disseram que está faltando ter mais terras e mais máquinas, mais apoio do governo, assistência técnica e que fosse mais fácil para se conseguir uma boa renda, entrevistado nº 51: Se fosse mais fácil a renda tem que investir muito e demora para voltar precisa ter bastante terra, nº 8: Mais possibilidades de renda na atividade.

Os entrevistados foram questionados se pretendem administrar a propriedade dos pais no futuro, o grupo que pretende sair 32% disseram que sim, 47% talvez, 21% ainda não pensaram sobre o assunto e 5% será administrada pelo irmão. Já o grupo que deseja permanecer, 79% disseram que pretendem administrar, 9% disseram que não e 9% disseram que talvez, as outras opções não foram assinaladas. Neste grupo um aluno que disse que não quer administrar a propriedade dos pais porquê nº 21: Quero administrar a minha.

Se fossem administrar a propriedade dos pais ou ainda a sua própria propriedade, os jovens que desejam permanecer iriam: 61% desenvolver atividades voltadas somente para agricultura e 39% várias atividades, nenhum aluno desse grupo iria morar no campo e trabalhar na cidade. No outro grupo, 53% desenvolveria a agricultura, 37% trabalhariam com várias atividades e ainda, 11% não iriam desenvolver nenhuma atividade, apenas morariam na propriedade, mas iriam trabalhar na cidade.

Portanto, ao se analisar a relação do jovem com o campo, foi possível constatar que algumas questões exercem influência sobre a permanência do jovem. Como a relação familiar, que demonstra que os jovens que pretendem ficar no campo conversam mais com seus pais. Além disso, o incentivo dado pelos pais, mostrou ser um fator de influência na permanência do jovem, destaca-se também que a participação na tomada de decisões na propriedade é um fator que influencia a permanência, já que os jovens se sentem valorizados ao participar das decisões que envolvem a propriedade.

Praticar esportes também é um fator de permanência já que os jovens encontram o lazer na vida na zona rural. O contato com a natureza também exerce influência na permanência do jovem, já que aqueles que pretendem permanecer demonstram dar grande importância ao contato com a natureza.

As demais questões analisadas sobre a relação do jovem com o campo não exercem influência sobre a decisão de continuar ou não na propriedade. Apesar de não influenciar na decisão de continuar no campo, destaca-se a necessidade de terras e capital, indicada pelos dois grupos como necessária para a continuidade no campo, mostrando-se ser unânime a necessidade desses dois fatores que são essenciais para a produção.

Destaca-se também, o trabalho realizado pelos rapazes e moças entrevistados. Tanto as moças quanto os rapazes realizam em sua maioria o trabalho rural e as tarefas domésticas em menor proporção, o que abala a divisão de trabalho doméstico para as mulheres e o rural para os homens.

Verifica-se que o que mais incomoda os jovens que pretendem sair do campo é a distância da cidade, a renda mensal, e o trabalho rural e as poucas opções de lazer. Também demonstram maior interesse em apenas morar no campo e trabalhar na cidade.

5.4 RELAÇÃO DO JOVEM COM A CIDADE

A primeira questão desse tópico foi direcionada para os alunos que pretendem sair, mas no caso dos alunos que pretendem ficar no campo, a pergunta foi realizada de maneira hipotética, o que você faria no meio urbano se não fosse permanecer no campo? Das respostas dos que pretendem permanecer, 82% disseram que na área urbana desenvolveriam atividades ligadas à agropecuária, como técnico agrícola, veterinário ou agrônomo; 2 entrevistados disseram que nem imaginam o que fariam, pois pretendem permanecer na zona rural; outro

aluno disse que seria arquiteto ou engenheiro civil, e um aluno relatou que caso não fosse permanecer, iria trabalhar em pizzaria, pois já tem experiência.

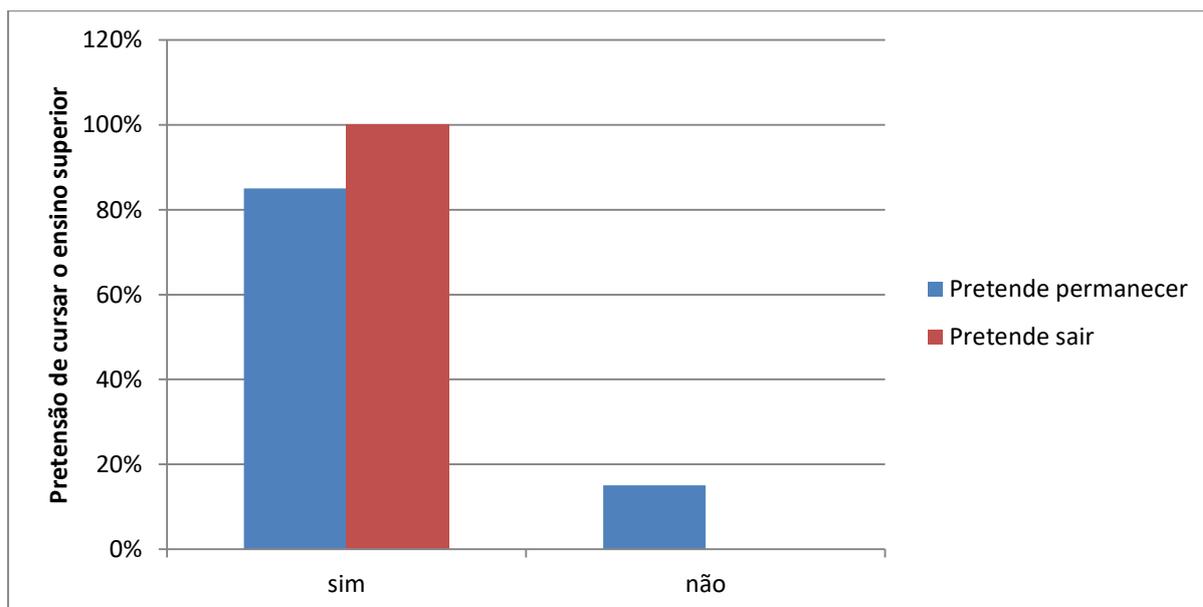
Os alunos que pretendem sair do campo, 63% pretendem trabalhar com agronomia atuando como técnico em agropecuária, uma aluna disse que pretende ser veterinária e montar um *pet shop*, 32% desejam trabalhar em outros ramos de atividades. Ambos os grupos de entrevistados demonstram que ainda na área urbana desenvolveriam atividades voltadas para a agropecuária, na área de atuação do curso técnico, mas com uma maior porcentagem no grupo que deseja permanecer no campo.

Questionados se pretendem atuar como técnicos em agropecuária, 76% dos jovens que planejam permanecer disseram que sim e 24 % disseram que não. Alguns disseram que se não conseguirem cursar o ensino superior irão atuar como técnico, outros que irão atuar até se formar em agronomia, 3 alunos disseram que não se sentem preparados para atuar como técnico, 4 entrevistados pretendem voltar para a propriedade dos pais para aplicar o que aprenderam, não atuando como técnico em outras propriedades.

No grupo que pretende sair, 63% disse que deseja atuar como técnico e 37% disseram que não. Alguns planejam atuar como técnico enquanto cursam o ensino superior para adquirir experiência ou arcar com os custos do curso superior, apenas um aluno disse que não se sente preparado para atuar.

No Gráfico 9 estão os dados relativos a pretensão de cursar o ensino superior.

GRÁFICO 9- Percentual de jovens que pretendem cursar o ensino superior



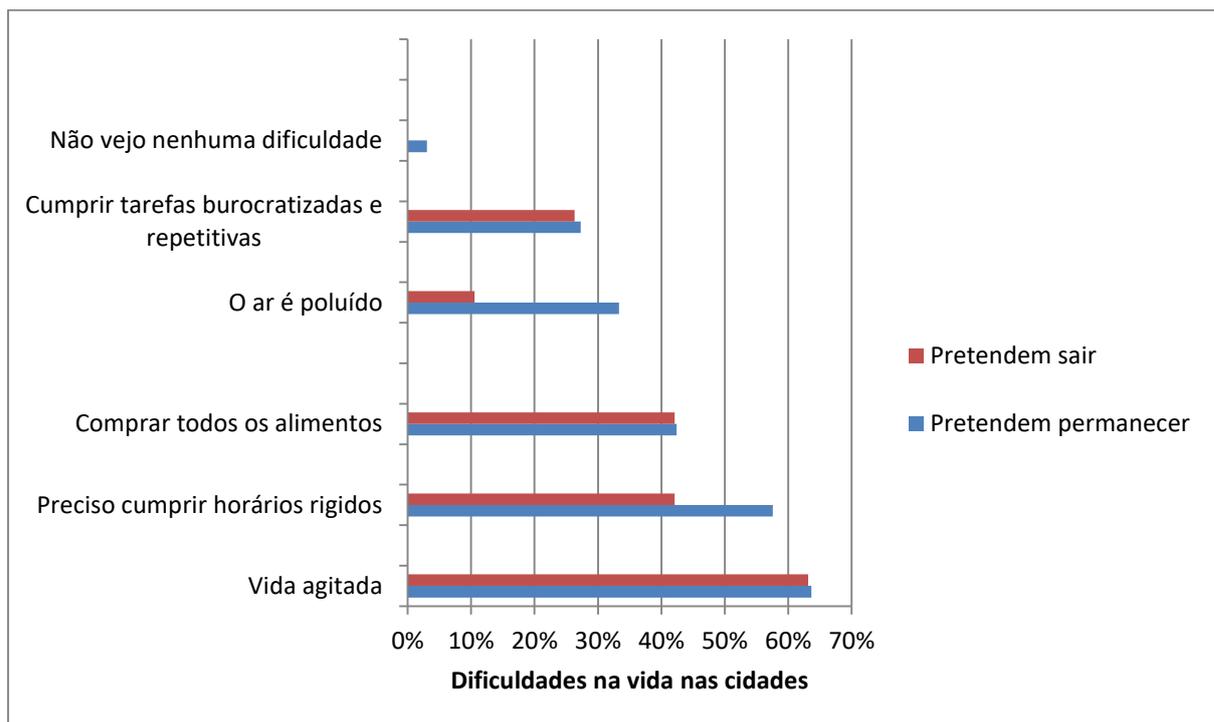
FONTE: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa (2017).

Os alunos foram questionados se pretendem cursar o ensino superior, todos os entrevistados do grupo que planeja sair do campo apontaram que sim, estando agronomia na opção de 58% dos entrevistados, a veterinária na opção de 37%, 11% sistemas de informação. Outros cursos apareceram uma vez, sendo apontados por alguns alunos, sendo: administração, contabilidade, estética, geografia, engenharia mecânica e zootecnia.

Como é possível verificar no gráfico 9, 85% dos alunos que pretendem ficar no campo querem cursar o ensino superior, 15% não, porque querem trabalhar na propriedade da família, ou como técnicos em agropecuária. Os cursos indicados pelos que almejam o ensino superior são: 58% desejam cursar agronomia, assim como no outro grupo, 24% querem cursar veterinária. Outros cursos também foram citados uma vez, como: administração, design gráfico, jornalismo, letras, engenharia civil e engenharia mecânica.

No gráfico abaixo estão dispostas as respostas dos alunos sobre as dificuldades que eles veem na vida nas cidades.

Gráfico 10- Dificuldades na vida nas cidades na visão dos entrevistados em percentual



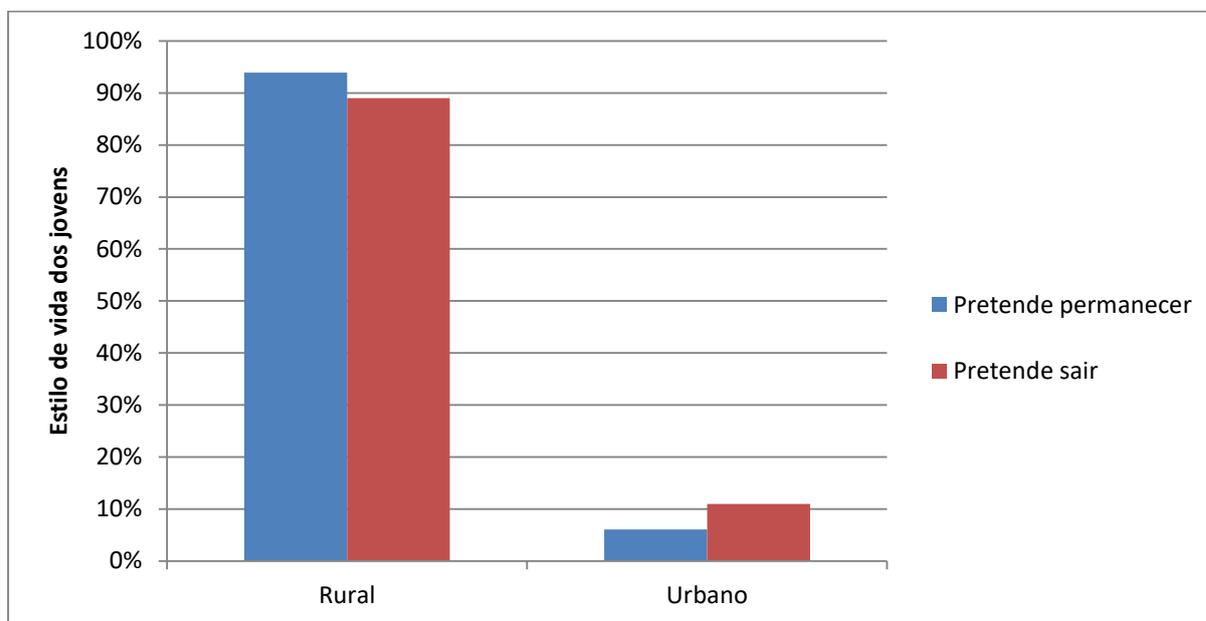
FONTE: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa (2017).

Os alunos que pretendem continuar no campo veem maiores dificuldades na vida nas cidades do que os que pretendem sair do campo em todos os itens apontados, exceto na opção “não vejo nenhuma dificuldade” em que somente um aluno do grupo que pretende permanecer assinala. A maior diferença está na opção o ar é poluído, onde 33% dos jovens que pretendem permanecer apontaram como uma dificuldade, e para 11% dos que pretendem sair também é

uma dificuldade. A opção com menos apontamentos foi a dificuldade de cumprir tarefas burocratizadas e repetitivas no trabalho, com 27% para os que pretendem permanecer e 26% dos que pretendem sair do campo.

No gráfico abaixo estão dispostos os dados relativos ao estilo de vida dos jovens.

GRÁFICO 11 - Estilo de vida dos jovens em percentual



FONTE: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa (2017).

Os alunos foram questionados se acreditam pertencer a um estilo de vida urbano ou rural, a maioria diz pertencer a um estilo de vida rural, sendo 94% do grupo que deseja permanecer no campo e 89% dos que pretendem sair. Apenas 6% e 11%, respectivamente, disseram que pertencem a um estilo de vida urbano. Como comenta o entrevistado nº 52: Pertencço ao estilo rural estou sempre usando botina e boné.

Os alunos foram questionados sobre as pretensões de seus pais de adquirir novos implementos agrícolas, do grupo que pretendem ficar no campo 76% pretende investir e 24% não, do grupo que pretende sair 58% planeja investir e 42% não planeja. Novamente, assim como as propriedades que tiveram investimentos nos últimos cinco anos, investir na propriedade é uma maneira de deixá-la mais atrativa para que os filhos deem continuidade.

Os jovens foram questionados sobre a possibilidade de morar na zona rural e trabalhar nas cidades, no grupo que pretende permanecer, 70% disse que considera essa opção e 30% disse que não. No grupo que pretende sair, 74% consideram a opção e 26% não consideram. Um aluno apenas comentou que é possível morar na zona rural e trabalhar na cidade, mas depende de qual atividade estaria sendo desenvolvida na propriedade.

Os entrevistados responderam o que os motivou a estudar no CEEP, e em ambos os grupos as respostas foram parecidas, muitos disseram ser por incentivo do pai, porque gostam dessa área e assim iriam aprender mais, alguns falaram que foi pelo ensino técnico porque é diferenciado e ao término já tem uma profissão diferente dos colégios convencionais. O aluno nº 34 disse foi incentivado pelo pai: Meu pai falou que seria bom ia crescer e amadurecer ia ter ensino melhor que o normal e meu pai é técnico agrícola e o aluno nº 21: Quero aprender coisas novas só ficar na mesmice que o pai está com as coisas que aprendeu com o meu avô não dá, as coisas mudam conforme o tempo.

Na questão se a família obteve melhorias na propriedade com o conhecimento adquirido pelo entrevistado no colégio, 85% das famílias do grupo que pretende permanecer no campo obteve melhorias e 63% das famílias dos alunos que pretendem sair. Também responderam se tem espaço na propriedade da família para aplicar o que aprendem no Ceep, 88% dos que pretendem permanecer no campo disseram que sim e 58% do grupo que pretende sair tem espaço para aplicar o que aprendem. Nota-se uma diferença entre os dois grupos em ambas as questões, é possível observar que os que pretendem continuar no campo são mais ouvidos pela família e podem aplicar o que aprendem, desse modo se sentem mais valorizados e motivados a auxiliar a família com os conhecimentos adquiridos no colégio.

No entanto, os entrevistados que pretendem continuar no campo relatam, nº 17: O pai não autoriza, difícil trabalhar com ele. Se fosse eu e meu irmão sozinhos nós iríamos tocar a propriedade bem tranquilos. Já o entrevistado nº 35 disse que tem pouco espaço mas consegue aplicar na bovinocultura de leite e na lavoura: Com as vacas e com a lavoura mas o pai não aceita, é muito cabeça dura. Sei que vai ficar para mim então quanto melhor estiver vai ser melhor no futuro; mostra a preocupação do aluno com o estado da estrutura da propriedade que será sua no futuro; a entrevistada diz que o pai lhe pede opinião nº 43: Ele faz muitas perguntas e respeita a minha opinião nos assuntos da agricultura e acaba concordando, o entrevistado nº 50 diz que desenvolve o que aprende e descreve onde conseguiu aplicar, mas não é sempre que o pai ouve sua opinião: Produção de ração, tratar as vacas fechadas, meus pais pedem opinião mas o pai não quer fazer, às vezes, falei para plantar trigo e ele não quis.

Nesta questão, é possível observar que assim como na tomada de decisão na propriedade, os alunos que pretendem ficar conseguem aplicar mais o que aprendem na propriedade da família. Esse fator é importante já que o jovem se sente valorizado pelo seu trabalho, sente que a família precisa dele.

Portanto, ao se analisar a relação do jovem com a cidade, foi possível verificar que algumas questões exercem influência sobre a decisão do jovem de permanecer ou não no campo. Como os investimentos realizados nas propriedades, os pais dos alunos que pretendem permanecer investiram mais na propriedade nos últimos 5 anos, e também planejam investimentos para os próximos anos.

Apesar de em ambos os grupos os alunos terem sido incentivados pelos pais para estudar no CEEP, no grupo que pretende permanecer, os jovens conseguem ser mais ouvidos e aplicar seus conhecimentos na propriedade que também apresentou mais melhorias. Verificou-se também, que os jovens que pretendem permanecer no campo veem maiores dificuldades na vida nas cidades.

Todos os jovens que pretendem sair do campo demonstram que pretendem cursar o ensino superior, esse é um fator que influencia na sua saída do campo com o objetivo de estudar. Verifica-se também a preferência, em sua maioria, pelos cursos superiores que estão na área das ciências agrárias, mesmo os que pretendem migrar para a cidade revelam que fariam o curso nesta área.

Diante dos resultados apresentados, torna-se pertinente a discussão desses com a literatura e outras pesquisas correlatas.

Dos 52 entrevistados, 8 são do sexo feminino, é possível verificar o interesse maior dos rapazes em cursar o ensino médio técnico em agropecuária do que das moças, já que nas salas de aula o número de moças é menor que de rapazes. E dessas 8 moças, 5 pretendem sair da zona rural. Assim como na pesquisa de Kummer (2013) sobre a decisão dos jovens de ficar ou partir do campo, a maioria das moças não pretendem continuar vivendo no meio rural.

Apesar de estarem em menor número, as moças demonstram interesse pelo trabalho rural quando descrevem suas atividades na propriedade, em muitos casos elas não acompanham as mães no trabalho doméstico, mas sim o pai no trabalho rural. É importante verificar nesses casos que apenas uma moça tem irmão, porém, menor de 7 anos de idade, enquanto que 3 moças não têm irmãos e 4 moças possuem irmãos. Então no caso dessas famílias as moças acompanham o pai no trabalho com a agropecuária porque na família não há filhos homens que o façam.

Já no estudo de Brumer (2004), os rapazes exercem suas atividades junto com os pais e os substituem em algumas responsabilidades. E as moças realizam atividades junto com suas mães nos afazeres domésticos e também as substituem nessas tarefas.

Diferente de outras pesquisas em que as moças não recebem o incentivo do pai para acompanhá-lo no trabalho, nessa amostra analisada isso ocorre. Mesmo não estando restritas somente às atividades domésticas, a maioria das entrevistadas pretende sair do campo, as moças

que pretendem ficar participam da tomada de decisão na propriedade, apenas duas moças não participam da tomada de decisão na propriedade e pertencem ao grupo que pretende sair do campo.

Na pesquisa de Quadros, Stropasolas e Rebollar (2011), os rapazes se envolvem mais com o trabalho pesado na produção de matéria-prima nas agroindústrias, as moças compartilham algumas atividades como a capina, plantio e colheita. Ainda quando praticam essas atividades são em menor proporção, pois precisam ajudar a mãe no trabalho doméstico.

Os rapazes também foram questionados se desempenham atividades domésticas, a maioria dos entrevistados disse que sim, apesar de que a maioria do trabalho é “lá de fora” com a lavoura e os animais, apenas um rapaz disse que faz somente o trabalho doméstico. Mesmo assim, esses resultados indicam que a separação de trabalho doméstico para as moças e o trabalho rural para os rapazes começa a ficar menor.

Os pais dos alunos que pretendem continuar no campo possuem uma escolaridade maior que do grupo que pretende sair do campo, as mães de alguns alunos que pretendem ficar são professoras, outras trabalham como vendedoras de insumos. As famílias dos alunos que desejam permanecer também apresentam pluriatividade maior, um fato que pode ser justificado pela maior escolaridade dos pais desse grupo, emprego nas cidades.

Como ressalta Nascimento (2005) a pluriatividade garante a oportunidade de permanecer na terra, já que é uma forma de estabilidade para a família diante das incertezas do mercado. A pluriatividade permite às famílias uma diversificação na sua renda, com uma maior renda a vontade da família e também do jovem de permanecer no campo aumenta. Silva e Schneider (2010) concordam que os efeitos da pluriatividade são aumentar, diversificar, estabilizar a renda, estimular os mercados locais, ocupar a mão de obra excedente na propriedade e contribuir para que a população rural permaneça no campo.

As famílias dos jovens que pretendem sair do campo apresentaram uma renda mais distribuída e também mais elevada nos níveis mais altos de renda apresentados. É importante salientar que, devido ao pouco diálogo que esses alunos revelaram ter com os pais, é possível que esteja equivocada sua percepção sobre a renda da família, já que possuem menos terras, menor mecanização e são menos pluriativos, e também, mostraram estar menos satisfeitos com a renda, devido a esses fatores supõe-se que sua renda seja menor, mas como não é o caso, para fim de análise considera-se a resposta dada pelos alunos.

Este resultado corrobora com o trabalho de Dotto (2010) em que a condição financeira dos pais dos jovens que saíram do campo é superior aos jovens que ficaram, pois, as famílias

com maior renda podem proporcionar aos filhos acesso à educação, lazer na cidade entre outros, dessa forma a tendência é que eles saiam da propriedade.

Concorda também com o trabalho de Junges (2009) onde quanto menor a renda, menor é a intenção em sair do campo e quanto maior a renda da família, mais os jovens possuem a intenção de migrar para a zona urbana.

Os alunos que pretendem permanecer no campo, possuem em média propriedades maiores que o outro grupo de alunos. Esse é um fator importante no momento da escolha entre sair ou ficar no campo, já que tanto os que pretendem sair quanto os que pretendem permanecer indicaram que estaria faltando no meio rural mais terras para cultivar e também mais maquinário agrícola. Terra e capital, dois elementos que são fundamentais para a produção, já que a partir deles, é possível obter maior produtividade nos cultivos e no manejo de animais, e a quantidade de terras é essencial para a obtenção de renda e manutenção das famílias no campo.

Em algumas situações, quando há mais que um filho na família, a divisão de terras para os dois trabalharem se torna difícil quando a família tem poucas terras, já que inviabiliza o desenvolvimento de algumas atividades, tornando a permanência na propriedade menos atrativa.

A dificuldade de acesso à terra torna-se um desestímulo à permanência no campo, em alguns casos os pais concedem aos filhos uma parcela da propriedade para que eles desenvolvam atividades e obtenham renda, porém é recorrente que lotes de terras pequenos caso sejam divididos entre os filhos podem comprometer o sustento de toda a família (CARVALHO *et al.*, 2009).

As famílias dos jovens são, em sua maioria, associadas a cooperativas, e também acessam políticas de fomento, mas muitos alunos desconhecem a política acessada pela família, esse desconhecimento está relacionado ao pouco diálogo com os pais que não comentam esses assuntos como renda, acesso a crédito e financiamentos com os filhos. Até mesmo devido ao seu pouco envolvimento e conhecimento das políticas, muitos disseram que o que falta para a sua permanência no campo são mais políticas de fomento e apoio governamental.

As propriedades dos alunos que desejam permanecer no campo, além de maiores também são mais mecanizadas em todos os itens apresentados, principalmente trator e colheitadeira que são máquinas importantes. O automóvel e a motocicleta também aparecem em maior porcentagem nas famílias que desejam permanecer, sendo fundamentais para o

transporte da família e diminuem a distância da propriedade até a cidade, e a motocicleta é tida como uma liberdade para o jovem que também a utiliza para seu lazer.

Na pesquisa de Dotto (2011) tem-se como hipótese que uma maior mecanização permitiria a permanência do jovem, pois facilitaria a execução das atividades, na sua pesquisa essa hipótese não foi atendida, já que os jovens com maior mecanização na propriedade optaram por sair do campo, enquanto que nesta pesquisa, nota-se que aqueles jovens com maior mecanização na propriedade desejam permanecer no campo.

Além da maior mecanização na propriedade, a família dos alunos que pretendem continuar no campo realizou mais investimentos nos últimos cinco anos, e possuem a pretensão de realizar novos investimentos nas propriedades. Enquanto que no grupo que pretende sair a pretensão de investimento é mais baixa. Esse é um fator que influencia na permanência do jovem, pois quando a propriedade apresenta uma estrutura melhor, o interesse em mantê-la e dar continuidade a suas atividades é mais atrativo para o jovem.

Verifica-se que os pais dos alunos que pretendem permanecer optaram por realizar investimentos nas propriedades, devido a isso, essas propriedades são mais mecanizadas e atraentes para a permanência. Pode-se levar em consideração o maior nível de escolaridade desses pais que influencia essas decisões relacionadas a propriedade.

Sobre a participação da família em sua comunidade, foi verificado que para todos os alunos que pretendem sair do campo, a família participa e frequenta a comunidade onde fica a propriedade, enquanto que os que pretendem permanecer, algumas famílias não participam. Desse modo, a participação na comunidade não é um fator que influencia na permanência do jovem no campo. Em tese, a maior participação do jovem em sua comunidade faria com que ele desenvolvesse laços com a comunidade e isso seria um fator de permanência, porém, esse fato não ocorre nas famílias dos jovens estudados.

Apenas uma entrevistada disse que não gosta de morar na zona rural, os demais 51 entrevistados disseram que gostam. Apesar de alguns não pretenderem continuar no campo, a grande maioria disse que gosta de morar na zona rural, o que demonstra o pertencimento ao local. Além disso, os jovens de ambos os grupos disseram que sentem pertencer a um estilo de vida rural, como indica Wanderley (2000) o que diferencia aqueles que habitam o meio rural é a importância e o significado que dão para aquele espaço, esse sentimento de pertencimento ao local é um dos elementos que identifica o homem do campo.

Os jovens se sentem ligados às “raízes rurais”, porque mesmo na área urbana desenvolveriam atividades voltadas para a agropecuária. A pretensão de curso superior está

ligada as ciências agrárias, desse modo, percebe-se a ligação dos jovens com o rural. Alguns entrevistados que pretendem continuar no campo, levam em consideração a opção de morar no campo e trabalhar na cidade como técnicos em agropecuária, portanto, no futuro também seriam pluriativos.

Como ressalta Redin (2012) a escolha do jovem da zona rural em migrar para a cidade não está na falta de políticas para sua permanência, mas sim, voltada a projetos que a vida rural não proporciona como a educação superior. Trabalhar na cidade para ter sua independência financeira e assim poder cursar o ensino superior, é o desejo de muitas moças e rapazes que decidem migrar para a cidade. Estudar para ter reconhecimento, mudar de vida e “ser alguém”, mesmo que seja necessário despender muitos esforços para se adaptar a essa nova vida (STROPASOLAS, 2002).

Todos os jovens que pretendem sair do campo disseram que almejam cursar o ensino superior. Ressalta-se que a maioria dos jovens que pretendem permanecer no campo planejam cursar o ensino superior, o que diminui aquela ideia de quem trabalha na “roça” não precisa estudar, até mesmo por já estarem concluindo o curso técnico em agropecuária. Salieta-se que, a agropecuária tem se transformado rapidamente com o surgimento de novas técnicas que exigem um constante aprendizado por parte do agricultor.

Antigamente, estudar era um fator secundário na zona rural, pois tinha-se como máxima que para desempenhar atividades agrícolas era necessária a força física, muitos projetavam seu futuro para continuar no campo, com pouca ou nenhuma qualificação. Na atualidade, boa parte dos jovens almejam o ensino superior (REDIN, 2017).

Os jovens que pretendem continuar no campo demonstraram ter mais opções de lazer do que o outro grupo. Conversam mais com seus pais, logo participam mais da tomada de decisão na propriedade e também são mais incentivados a permanecer no campo que o grupo que deseja sair. O bom relacionamento com a família é importante para a convivência e para o aconselhamento dos filhos, tendo em vista que os pais são seus grandes influenciadores.

Na pesquisa de Stropasolas (2008) alguns pais incentivam os filhos a sair, outros a permanecer no campo e ainda outros deixam a livre escolha. Alguns filhos desejam permanecer, mas seus pais os convencem que a vida na cidade é melhor. Isso acaba abrindo um caminho para o êxodo rural, e os pais esperam que os filhos consigam uma remuneração melhor na área urbana do que conseguiriam na zona rural.

Na pesquisa de Müller (2017) sobre as jovens rurais e as perspectivas de permanência no espaço rural, as jovens entrevistadas disseram que recebem incentivos dos pais para sair do campo, pois os pais querem poupá-las de um trabalho difícil na zona rural.

Os alunos que pretendem ficar no campo também demonstram que tem mais espaço na propriedade para aplicar o que aprendem, e também que a família obteve melhorias com o conhecimento adquirido pelo jovem. Alguns pais ainda não ouvem a opinião dos filhos, mas a maioria dos pais do grupo que pretende permanecer estão atentos para a opinião dos jovens. Já que conversam mais com seus pais, também lhes dão ideias e contam o que aprenderam no colégio, este fato é importante para a permanência do jovem, já que ele se sente valorizado pela família ao dar opinião e ser ouvido, ele se motiva a continuar na propriedade. Como ressalta Quadros, Stropasolas e Rebollar (2011) quando os jovens têm menor liberdade para dar opiniões, eles se sentem desestimulados devido a isso.

Os jovens que pretendem permanecer no campo possuem maior participação na tomada de decisão na propriedade. Esse é um fator importante para que o jovem permaneça no campo, estando relacionado ao diálogo que esses jovens possuem com seus familiares nos seus momentos de lazer, dessa forma, conseguem participar mais das decisões que permeiam a propriedade, e com isso, têm mais espaço para aplicar o que aprendem e a família obtém mais melhorias. O jovem quando ouvido, se sente mais valorizado e motivado a continuar aprendendo sobre a agropecuária para colocar em prática na propriedade familiar.

Na pesquisa de Quadros, Stropasolas e Rebollar (2011) a discussão dos assuntos envolve todos os membros da família, mas a decisão final se concentra no chefe da família, na figura paterna. Sobre a tomada de decisão, na pesquisa de Dotto (2011) a maioria dos entrevistados apontou não participar das decisões, mas é possível verificar que o grupo que permaneceu no campo, possui uma participação maior que o grupo que saiu do campo.

Como verificado nessa pesquisa, os alunos que pretendem sair do campo se sentem mais incomodados com as poucas opções de lazer no campo. Sobre suas opções de lazer eles relataram que conversam menos com a família e praticam menos esportes, leem menos, assistem menos televisão e utilizam menos a internet. Isso demonstra que as opções de lazer para os que desejam sair do campo são menores do que para o outro grupo.

Quando há poucas opções de lazer no meio rural os jovens se sentem desestimulados e passam a procurar o lazer nas cidades. As opções de lazer e entretenimento no campo são escassas segundo os jovens, praticamente não há opções, pois são poucas festas, e não tem lugar para se encontrar, para conversar e se divertir (GERVAZIO; BATISTA; CAVALCANTE, 2014).

Os jovens consideram benéfico a tranquilidade do campo e o contato com a natureza. Os que pretendem sair não valorizam tanto esses aspectos. E o que mais incomoda os jovens é a distância da cidade, em maior percentual os alunos que pretendem sair do campo. A distância da cidade incomoda mais os jovens que pretendem sair do campo, haja vista que suas propriedades são em média mais distantes das cidades, e também possuem menos meios de transporte em relação ao grupo que pretende permanecer.

A dificuldade de obter renda mensal também incomoda mais os alunos que pretendem sair do campo, dependendo da atividade da propriedade a renda obtida não é mensal, e além disso, é administrada pelo pai, o jovem não recebe um salário pelo trabalho, por isso, muitas vezes busca um trabalho assalariado nas cidades.

O trabalho dos jovens é visto como “ajuda” para suas famílias. Como ajuda para a família, eles têm suas necessidades básicas atendidas no mesmo nível que os demais membros de seu lar, quando necessitam fazer alguma atividade de lazer fora da propriedade ou ainda desejam adquirir objetos de uso pessoal, precisam pedir dinheiro a seus pais (BRUMER, 2004).

Trabalhar fora e ter ao final do mês o seu dinheiro, a liberdade e a independência financeira que ele gera, para comprar suas roupas ou objetos pessoais, sem ter de pedir dinheiro ao pai, embora pareçam coisas simples, são importantes no processo decisório de sair ou ficar (STROPASOLAS, 2002).

Dos resultados encontrados nessa pesquisa, chamam atenção a estrutura das propriedades dos jovens que querem permanecer, pois são mais mecanizadas e maiores. Além disso, a escolaridade dos pais e o fato de serem pluriativos demonstrou ser importantes para despertar outras situações nas propriedades, como diversificação da renda, investimentos realizados e a intenção de investir futuramente.

O diálogo com os pais surge como fator relevante para permanecer ou sair do campo. Ele possibilita o aconselhamento e acarreta a participação ativa nas decisões tomadas, valoriza a formação do jovem e incentiva a continuar na propriedade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O êxodo rural é um fenômeno que ocorre em muitos países, cada um com suas particularidades. No Brasil, com o advento industrial surgiram oportunidades de trabalho nas cidades que atraíram muitas famílias para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida. Na atualidade, muitos jovens filhos de produtores rurais saem das propriedades dos pais, deixando as propriedades sem sucessores e ocasionando um esvaziamento do espaço rural.

Sabe-se que parte dos alimentos consumidos no país são produzidos pela agricultura familiar. Com a preocupação da continuidade dessa produção de alimentos, e também com o inchaço populacional nas cidades, causados, pelas migrações do rural para o urbano, surgiram políticas públicas voltadas para a agricultura familiar com o objetivo de minimizar possíveis impactos sociais e econômicos causados pela saída das populações do campo.

Nesse cenário, o jovem, filho de agricultores e herdeiro de suas terras, vê-se em uma encruzilhada, entre partir do campo em busca de diferentes oportunidades ou permanecer no campo herdando não somente as terras, mas também a profissão de seus pais, diante desse panorama, apresenta-se essa pesquisa de campo.

O objetivo dessa pesquisa, que consistiu em verificar quais são os fatores que influenciam na permanência e na saída do jovem do campo, foi atendido. Através de uma entrevista realizada por meio de um formulário, foram entrevistados 52 jovens de 16 a 18 anos de idade, estudantes do terceiro ano do ensino médio técnico em agropecuária do Centro Estadual de Ensino do Sudoeste do Paraná, desses 8 moças e 44 rapazes.

Os resultados apontaram que 63% dos jovens entrevistados pretendem permanecer no campo e 37% planeja sair do campo. A presente pesquisa foi realizada em um colégio com o ensino técnico voltado para a agropecuária, muitos dos alunos o escolheram por ter afinidade com a área. A formação ali recebida amplia o interesse pela agropecuária, o que não ocorreria se estudassem o Ensino Médio sem a parte técnica.

Além da influência do colégio, os jovens demonstraram, mesmo os que pretendem sair, que pertencem a um estilo de vida rural, já que se sentem assim e pretendem atuar como técnicos em agropecuária e cursar o ensino superior na área das ciências agrárias.

Os resultados indicaram que os fatores que influenciam os jovens pesquisados a permanecer no campo, é o tamanho das propriedades e a mecanização dessas, já que dessa forma é possível obter maior renda. Também foi apontada pelos jovens, como necessidade para a permanência no campo, possuir mais maquinário agrícola e maiores extensões de terras.

Os investimentos nas propriedades se mostraram importantes, tanto a estrutura já existente, como a pretensão por novos investimentos, uma vez que os jovens desejam mais máquinas e animais na propriedade. Alguns respondentes ressaltaram operar máquinas agrícolas como forma de lazer, mostrando o gosto que possuem pelo trabalho rural. Além disso, esse gosto foi apontado em outras situações, como o pouco incomodo que eles possuem em realizar o trabalho agrícola, e também, quando relatam suas atividades diárias na zona rural.

A pluriatividade das famílias demonstra ser um fator importante para a permanência no campo, pois essas famílias conseguem diversificar a renda, com esse incremento não ficam tão dependentes da renda obtida com a agropecuária. Os pais mais pluriativos também são aqueles com maior escolaridade, que lhes possibilita competir no mercado de trabalho com aqueles que não são provenientes da zona rural.

Conversar com a família demonstrou ser um fator importante, pois os jovens que conversam com os pais, são os que recebem maior incentivo dos pais a permanecer no campo, recebem maior confiança para auxiliarem na tomada de decisão e também para aplicar o que aprenderam na propriedade.

O maior lazer na zona rural influencia na decisão de sair ou permanecer, pois aqueles jovens que encontram lazer com mais facilidade no campo são os que pretendem ficar. Os jovens têm suas preferências, como os que pretendem ficar, que veem mais dificuldades na vida nas cidades e menos dificuldades no campo, enquanto que, aqueles que pretendem sair veem menos dificuldades na cidade e maiores dificuldades na vida no campo.

Essa pesquisa, por se tratar de um caso específico, apresenta limitações, por isso não é possível a generalização de seus resultados. Para trabalhos futuros, sugere-se a realização de pesquisa com os pais desses jovens, e também, entrevistar os jovens daqui 2 anos para verificar qual foi sua tomada de decisão. Além disso, é possível investigar esse mesmo problema de pesquisa, em outros colégios de outras regiões do Paraná e do Brasil com o ensino técnico em agropecuária, a fim de comparar os resultados com os obtidos nessa pesquisa.

7 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e uso do solo. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 11, n.2, p. 73-78, 1997.

_____. Campesinato: Lógica econômica e políticas públicas. *Pesquisa & Debate*, São Paulo, v. 1, n.1 a 5, p. 115-142, 1989.

_____. O futuro das regiões rurais. Porto Alegre, UFRGS: 2003.

_____. Juventude rural: ampliando as oportunidades. Raízes da terra: parcerias para a construção de capital social no campo. Brasília: **Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário**, 2005.

ABRAMOVAY, Ricardo; CAMARANO, Ana Amélia. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos da População**, Brasília, v. 15, n.2, p. 45-66, 1998.

AGRA, Nadine Gualberto. Agricultura brasileira: situação atual e perspectiva de desenvolvimento.. In: XXXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2001, **anais...**Recife/PE. XXXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural: competitividade e globalização, 2001.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. **Terra Livre**, São Paulo, v. 19, n.2, p. 25-39, 2003.

AQUINO, Joacir Rufino de; SCHNEIDER, Sergio. **O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

ARBAGE, Alessandro Poporatti. **Fundamentos da economia rural**. Chapecó, Argos: 2006.

BELIK, Walter. PRONAF: avaliação da operacionalização do programa. In: Clayton Campanhola; José Graziano da Silva. (Org.). **O Novo Rural Brasileiro Políticas Públicas**. Jaguariúna: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000, v. 4, p. 93-115.

BEZERRA, Talita Silva. **Vidas em trânsito** : juventude rural e mobilidade(s) pelo acesso ao ensino superior. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Humanas, Fortaleza, 2013.

BIANCHINI, Valter. Políticas diferenciadas para a Agricultura Familiar: em busca do Desenvolvimento Rural Sustentável. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial – Contribuições ao Debate, Org. Flávio Borges Botelho Filho. Brasília: Universidade de Brasília, **Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados**, Brasília, 2005.

BRANDEMBURG, Alfio. Do Rural Tradicional ao Rural Socioambiental. *Ambiente & Sociedade*, Campinas v. XIII, n. 2. p. 417-428. jul.dez. 2010.

BRASIL. Decreto presidencial nº 1.946/1996, Brasília, 1996.

____. Lei da agricultura familiar. LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, Florianópolis, UFSC. V. 12, n. 1, p. 205-227, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21699.pdf>> Acesso em: 29 novembro. 2017.

BUAINAIN, Antônio Marcio; GARCIA, Júnior Ruiz. Contextos locais ou regionais: importância para a viabilidade econômica dos pequenos produtores. A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível?. 1ed. Brasília, DF: CGEE - **Centro de Gestão e Estudos Estratégicos**, 2013, v. 1, p. 133-175.

CARNEIRO, Maria José. O ideal rurano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: Francisco Carlos Teixeira da Silva; Raimundo Santos; Luiz Flávio de Carvalho Costa. (Org.). *Mundo Rural e Política*. Rio de Janeiro: Campus, 1998, v. , p. 95-118.

CARVALHO, Daniela Moreira; SANTOS, Alyson Brayner; SOUZA JÚNIOR, Jalmir Pinheiro; FERRER, Moises Tenório .Perspectivas dos jovens rurais: campo versus cidade. Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009, Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural.

CASTRO, Flora Aparecida Teixeira. **Juventude rural e as contribuições do projeto transformar de capacitação de jovens rurais no Sul de Minas (2006-2013)**. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável e Extensão), Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2016.

CAZELLA, Ademir. BONNAL, Philippe. MALUF, Renato. Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro, Mauad: 2009.

CONAB, Companhia Nacional de abastecimento. Disponível em: <http://www.agricultura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=75>. Acesso em: 23 nov. 2017.

CORDEIRO, Adriana Tenório Cordeiro; MELLO, Sérgio Carvalho Benício de. Cultura, Política e Identidade: apropriação ativa da linguagem na formação de novos sujeitos de mudança na zona rural. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 30, n. 1, p. 3-13, jan./jun. 2009.

COSTA, Maria Regina Caetano. **O futuro profissional entre o rural e o urbano. Um estudo de caso sobre a juventude rural no município de Morro Redondo-RS**. Tese (Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar), Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel- Universidade Federal de Pelotas. Pelotas 2011.

DELGADO, Guilherme da Costa. "Questão Agrária no Brasil:1950-2003". In: Luciana Jaccoud. (Org.). "Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo". 01ed.Brasília DF: IPEA, 2005, v. 01, p. 51-90.

DELGROSSI, Mauro. GRAZIANO DA SILVA, José. Mudanças recentes no mercado de trabalho rural. **Parcerias Estratégicas Brasília**, v. 1, n.5, p. 201-216, 2006.

DOTTO, Fabiano. **Fatores que influenciam a permanência dos jovens na agricultura familiar, no estado de Mato Grosso do Sul.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento local), Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2011.

ESCHER, Fabiano. **Os assaltos do moinho satânico nos campos e os contramovimentos da agricultura familiar:** atores sociais, instituições e desenvolvimento rural no Sudoeste do Paraná. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal de Porto Alegre, Porto Alegre, 2011.

FERRAZ, Osni Giani; BRANDÃO, Sheila; PASE, Hemerson Luiz. Sistema COOPAFI: o Desafio da Construção de um Sistema Integrado de Comercialização e de Apoio às Agroindústrias Familiares da Região Sudoeste do Paraná. **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural.** Acre, 2008.

GAVIRIA, Margarita Rosa; MENASCHE, Renata. A Juventude rural no desenvolvimento territorial: análise da posição e do papel dos jovens no processo de transformação do campo. **Estudo & Debate (Lajeado)**, Lajeado, v. 13, n.1, p. 69-82, 2006.

GAZOLLA, Márcio. SCHNEIDER, Sergio. Qual “Fortalecimento” da Agricultura Familiar? Uma análise do PRONAF crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural (Impresso)**, v. 51, p. 45-68, Piracicaba, 2013.

GERVAZIO, Wagner; BATISTA, Eliane; CAVALCANTE, Luciano Santos. O Êxodo Da Juventude Camponesa: Campo Ou Cidade?. **Cadernos de Agroecologia**, v. 9, p. 1-8, 2014.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. Políticas Públicas de Desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

GUANZIROLI, Carlos. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **RER**, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 02, p. 301-328, abr/jun, 2007

GUILHOTO, Joaquim; SILVEIRA, Fernando; ICHIHARA, Silvio; AZZONI, Carlos. A importância do agronegócio familiar no Brasil. **RER**, Rio de Janeiro, vol. 44, nº 03, p. 355-382, jul/set 2006.

GUILHOTO, Joaquim; ICHIHARA, Silvio; SILVEIRA, Fernando; DINIZ, Bernardo Campolina; AZZONI, Carlos; MOREIRA, Guilherme. A Importância da Agricultura Familiar no Brasil e em seus Estados. In: V Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2007. V Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2007.

HAIR JUNIOR, F.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L.; BLACK, W. C. Análise multivariada de dados. Porto Alegre: Bookman, 2005. 600p.

HIRAI, Wanda Griep; ANJOS, Flávio Sacco dos. Estado e segurança alimentar: alcances e limitações de políticas públicas no Brasil. **Revista Textos & Contextos Porto Alegre** v. 6 n. 2 p. 335-353. jul./dez. 2007.

IBGE. Senso agropecuário, 2006. Disponível em:<
http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf>
Acesso em: 24. Maio. 2017.

IBGE. Produção pecuária municipal. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em <
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ppm/2015/default_ods_perfil.shtm>
Acesso em: 15. set. 2017.

INCRA/FAO. Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico. Brasília: INCRA/FAO, 1996.

JUNGES, Dóris Mariani. Jovens rurais de Iracema do Oeste. Dissertação (Mestrado) Toledo, 2009.

KUMMER, Rodrigo; COLOGNESE, Silvio Antônio. Juventude rural no Brasil: entre ficar e partir. Tempo da Ciência. v. 20. n. 39. 2013

LEITZKE, Vilmar. W.; SANTOS, José Zigomar Vieira dos. Juventude Rural e Inclusão do Jovem na Gestão de Cooperativas da Economia Solidária, no Nordeste do RS. In: Décio Cotrin. (Org.). Coleção Desenvolvimento Rural, v. 2. 1ed.Porto Alegre, RS: Ebook, 2013, v. 2, p. 319-330.

LUCENA , Romina Batista de; SOUZA, Nali de Jesus de . Políticas agrícolas e desempenho da agricultura brasileira. **Indicadores Econômicos FEE** (Impresso), Porto Alegre, v. 29, n.2, p. 180-200, 2001.

MACHADO, Vitor. Questão agrária, conflitos sociais no campo e extensão rural: uma análise da realidade rural contemporânea. **Tékhnē e Lógos**, Botucatu, SP, v.1, n.3, jun. 2010.

MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Editora Caetés, 1987.

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. Os camponeses e as políticas no Brasil. 5 ed. Petrópolis, Vozes: 1995.

MATTE, Alessandra; MACHADO, João Armando Dessimon. Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no sul do Brasil. **Revista de Estudos Sociais**. N. 37, V. 18, Pag. 130. 2016.

MATTEI, Lauro Francisco. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporânea. **Revista de Economia do Nordeste**, número especial Agricultura Familiar, 2014.

_____. Pluriatividade e desenvolvimento rural no estado de Santa Catarina. Tese (Doutorado) Campinas, 1999.

MELO, Carmen Ozana de; PARRÉ, José Luiz. Índice de desenvolvimento rural dos municípios paranaenses: determinantes e hierarquização. **RER**, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 02, p. 329-365, abr/jun 2007 – Impressa em abril 2007.

MELLO, Márcio Antônio; SILVESTRO, Milton Luiz ; ABRAMOVAY, Ricardo ; DORIGON, Clovis ; FERRARI, Dilvan Luiz ; TESTA, Vilson Marcos . Educação formal e os desafios para a formação de uma nova geração de agricultores familiares. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2003, Juiz de Fora. **Anais...** do XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Juiz de Fora: Embrapa - CNPGL, 2003.

MELLO, Márcio Antônio; ABRAMOVAY, Ricardo ; SILVESTRO, Milton Luiz ; DORIGON, Clovis ; FERRARI, Dilvan Luiz ; TESTA, Vilson Marcos . Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 50, n.1, p. 11-24, 2003.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, Plano Safra 2016/2017. Governo Federal Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_3/ps01.pdf > Acesso em: 20 maio. 2016

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, Programa Nacional de fortalecimento a agricultura familiar, Governo Federal, Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/evolu%C3%A7%C3%A3o-do-pronaf>> Acesso em: 20. Maio. 2016.

MORAIS, Luciana. Juventudes rurais no Território Integração Norte Pioneiro do Paraná: um estudo dos fatores que interferem em sua decisão de permanecer ou não no meio rural. Dissertação (Mestrado). Maringá, 2014.

MOREIRA, Roberto José. Críticas ambientalistas à Revolução Verde. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 15, outubro 2000: 39-52.

MÜLLER, Merce Paula. As jovens rurais e as perspectivas de permanência no espaço rural: um estudo de caso no Campus Realeza da Universidade Federal da Fronteira do Sul. Dissertação (Mestrado), Francisco Beltrão, 2016.

NASCIMENTO, Carlos Alves. A Política Agrícola Comum da CEE e a ocupação das famílias rurais em atividades agrícolas e não-agrícolas: lições para a política agrícola no Brasil.. **Economia e Sociedade (UNICAMP)**, Instituto de Economia Unicamp, v. 14, n.25, p. 263-285, 2005.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, USP, v. 15, n.43, p. 83-100, 2001.

NEY, Marlon Gomes; HOFFMANN, Rodolfo. A contribuição das atividades agrícolas e não-agrícolas para a desigualdade de renda no Brasil rural. *Economia aplicada*, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 365-393, JULHO-SETEMBRO 2008.

OLIVEIRA, Juliano Rossi; PERONDI, Miguel Angelo; SIMONETTI, Danieli; VALANDRO, Keila; KIYOTA, Norma. Sustentabilidade e intensificação produtiva da agricultura familiar: um estudo comparativo entre duas comunidades em Itapejara d' oeste – sudoeste do Paraná. **Synergismusscientifica**, Pato Branco , 2011.

PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares. Modernização, Estado e Questão Agrária. **Estudos Avançados**, v. 3, n.7, p. 87-108, 1989.

PEREIRA, Márcio Fernandes. Política agrícola brasileira e a pequena produção familiar: heranças históricas e seus efeitos no presente. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v. 6, n. 3, p. 287-311, set-dez/2010, Taubaté, Brasil.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

PRIORE, Mary Del; VENÂNCIO, Renato. **Uma história da vida rural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

QUADROS, Clarissa de; STROPASOLAS, Valmir Luiz ; REBOLLAR Paola Beatriz May. A participação dos jovens nas agroindústrias familiares do litoral sul catarinense e as implicações no processo sucessório. **Revista Pedagógica - UNOCHAPECÓ** - Ano 14 - n. 26 vol.01 - jan/jun 2011.

REDIN, Ezequiel. Políticas educacionais e juventude rural no ensino superior. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 63, p. 237-252, jan./mar. 2017

REDIN, Ezequiel. Jovem rural em questão. **Sociais e Humanas**, Santa Maria. v. 25, p. 123-139, 2012.

REDIN, Ezequiel. Estratégias de reprodução na agricultura familiar um campo em permanente construção. **Acta Geográfica**, v. 6, p. 155-173, Boa Vista, 2012.

SANTOS, Roseli Alves. Território e modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná. **Revista Espaço acadêmico**. Maringá, 2011.

SANTOS, Carolina Braz de Castilho; SCHNEIDER, Sergio. Gênero, trabalho rural e pluriatividade . **Gênero e Geração em Contextos Rurais**, Florianópolis/SC, Ed. Mulheres, 2010, pg. 183-207

SCHMITZ, Aline Motter; SANTOS, Roseli Alves dos. A produção de leite na agricultura familiar do Sudoeste do Paraná e a participação das mulheres no processo produtivo. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v.7, n.2, p. 339-355, jul/dez. 2013.

SCHENATO, Vilson Cesar. **Grupos sociais rurais além das fronteiras: construções identitárias entre os colonos e assentados no Oeste Paranaense**. Curitiba (PR): CRV, 2011. 167p

SCHNEIDER, Sérgio. A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial –Contribuições ao Debate, Org. Flávio Borges Botelho Filho. Brasília: Universidade de Brasília, **Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados**, Brasília, 2005.

_____. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: Froehlich, J.M.; Vivien Diesel. (Org.). **Desenvolvimento Rural - Tendências e debates contemporâneos**. Ijuí: Unijuí, 2006.

_____. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, vol. 30, no 3 (119), pp. 511-531, julho-setembro/2010.

SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). Participação dos agricultores nas políticas de desenvolvimento rural: a recente dos Conselhos Municipais e os impactos do PRONAF – Infra-estrutura e Serviços. **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, 2004.

SILVA, Carolina Braz de Castilho; SCHNEIDER, Sérgio. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In: Parry Scott, Rosineide Cordeiro, Marilda Menezes. (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. 1ed. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, v. , p. 185-209.

SILVA, José Graziano; DEL GROSSI, Mauro; CAMPANHOLA, Clayton. O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília. v. 19, n 1. P. 37-67, jan, abr. 2002.

SIQUEIRA, Luíza Helena Schwantz. As perspectivas de inserção dos jovens rurais na unidade de produção familiar. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal de Porto Alegre, Porto Alegre, 2004.

SOUZA, Marcelino. **Atividades não-agrícolas e desenvolvimento rural no Estado do Paraná**. Tese (Doutorado em engenharia Agrícola), Faculdade de Engenharia Agrícola-UNICAMP, Campinas, 2000.

SPANVELLO, Rosani Marisa; DREBES, Laila Mayara; LAGO Adriano. A influência das ações cooperativistas sobre a reprodução social da agricultura familiar e seus reflexos sobre o desenvolvimento rural. In: II Conferência do Desenvolvimento, 2012, Brasília. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos, 2011.

SPANVELLO, Rosani Marisa; AZEVEDO, Letícia Fátima de; VARGAS, Letícia Paludo; MATTE, Alessandra. A migração juvenil e implicações sucessórias na agricultura familiar. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, Volume 45, Número 2, p. 291-304, Outubro de 2011.

STOFFEL, Janete. **Agricultura familiar nos Estados da Região Sul do Brasil: caracterização a partir dos dados do censo agropecuário de 2006**. In: 6º Encontro de Economia Gaúcha, 2012, Porto Alegre. 6º Encontro de Economia Gaúcha, 2012.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos (as) de agricultores familiares de Ouro/SC**. Tese (Doutorado em Ciências Humanas Sociedade e Meio Ambiente), Universidade Federal de Florianópolis, Florianópolis, 2002.

_____. O valor (do) casamento na Agricultura familiar. **Estudos Feministas**, Florianópolis, janeiro-abril/2004.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas Três Lagoas-MS, V 2 – n.º 2 – ano 2, Setembro de 2005.

TOLENTINO, Michell Leonard Duarte de Lima. DA REVOLUÇÃO VERDE AO DISCURSO DO PRONAF: a representação do desenvolvimento nas políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. **Revista Cerrados**. Montes Claros/MG, v.14, n. 2, p.93-124, jul/dez-2016.

TOQUETTO, Abel; PELEGRINI, Gelson. Atores Sociais e o Desenvolvimento Rural no Município de Bom Progresso (RS): o caso das famílias do Programa de Fomento à Inclusão Produtiva. Desenvolvimento rural e agricultura familiar : organizado [por] Décio Cotrim. - Porto Alegre, Emater/RS, 2014.

VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. Transformação histórica e padrões tecnológicos da agricultura brasileira. **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014.

VEIGA, José Eli. Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. 2 ed. Autores Associados. Campinas, 2003.

VEIGA, José Eli. Agricultura familiar e sustentabilidade. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.13, n.3, p.383-404, 1996.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos sociedade a agricultura**, v. 15. P. 87-145. 2001.

_____. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. **Estudos sociedade a agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 17, no. 1, 2009: 60-85.

ZAMBERLAM, Jurandir; FRONCHETI, Alceu. **Agricultura ecológica: preservação do pequeno agricultor e do meio ambiente**. Petrópolis, Vozes: 2001.

APÊNDICE A

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA

Idade: _____ anos.

Sexo: () Feminino () Masculino

Turma: _____.

Cidade em que mora:

Distância da propriedade da família da área urbana: _____ Km

Tempo da propriedade da família da área urbana: _____ min

A- PERFIL SOCIOECONÔMICO

1- Você mora no meio rural há quanto tempo?

a) () desde que nasci. b) () há _____ anos.

2- Quem mora na sua casa junto com você?

() pai

() mãe

() irmão (ã); quantos? _____ Sexo? _____

() avós outros () quem ?

Numero de pessoas residentes na propriedade

Nº de pessoas	FAIXA ETÁRIA					
	Menores de 7 anos	Entre 7 e 14 anos	Entre 14 e 18 anos	Entre 18 e 35 anos	Entre 35 e 60 anos	Acima de 60 anos

3- Qual o nível de escolaridade de sua mãe?

() 1° a 4° série do ensino fundamental

() 5° a 8° série do ensino fundamental

() Ensino médio incompleto

() Ensino médio completo

() Ensino superior incompleto

() Ensino superior completo

4- Qual o nível de escolaridade de seu pai?

() 1° a 4° série do ensino fundamental

() 5° a 8° série do ensino fundamental

() Ensino médio incompleto

() Ensino médio completo

() Ensino superior incompleto

() Ensino superior completo

5- Algum membro de sua família (daqueles que moram na mesma casa que você) desenvolve outra atividade, que não seja ligada a agropecuária?

a) () sim. b) () não.

Se marcou “sim” para a questão 5, qual é a atividade desenvolvida e por qual membro da família? Ex.: Pai:motorista; Mãe:costureira; etc.

B - CARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE

1- Quantos hectares possui a propriedade de sua família?

2- Quais atividades são desenvolvidas na propriedade?

- agricultura
 avicultura
 bovinocultura de leite ou corte
 piscicultura
 apicultura
 suinocultura
 outras; Quais? _____

3- Qual é a renda mensal de sua família, considerando a soma dos rendimentos de todos os familiares que residem na propriedade?

- até 1,5 salário mínimos (R\$ 1.405,00)
 de 1,5 a 3 salários mínimos (de R\$ 1.405,00 até R\$ 2.811,00)
 Acima de 3 até 4 salários (de R\$ 2.811,00 até R\$ 3.748,00)
 Acima de 4 até 6 salários (de \$ 3.748,00 até R\$ 5.622,00)
 Acima de 6 até 10 salários (de R\$ 5.622,00 até R\$ 9.370,00)
 Acima de 10 até 30 salários (de R\$ 9.370,00 até R\$ 28.111,00)
 Acima de 30 salários (R\$ 28.111,00)

4- Você está satisfeito com a atual renda obtida pela família na propriedade?

- a) sim. b) não.

5-Você ou algum membro de sua família acessa alguma política pública de fomento (Pronaf, Pronaf Jovem, Crédito Fundiário, outros)? Sim Qual (ais):_____ Não Por quê?

6- A família é associada a alguma cooperativa. sim não. Se sim qual?

7- Algum membro da sua família (que mora na mesma casa que você) recebe auxílio do governo como aposentadoria, bolsa família, pensão por invalidez ou morte de cônjuge?

- a) sim não .

Caso a resposta for sim, quem recebe o auxílio? _____

8- Nível de mecanização na produção da propriedade de sua família:

EQUIPAMENTOS	QUANTIDADE
Trator	
Carreta	
Arado	
Ordenhadeira	
Dist. De esterco	
Grade	
Pulverizador	
Plantadeira	
Pé de pato	
Colheitadeira	
Caminhão	
Veículos leves	
Motocicleta	
Resfriador/leite	
Outros:	

9- Investimento nos últimos 5 anos:

- (1) Maquinário agrícola
- (2) Construção benfeitorias
- (3) Compra de novas áreas de terra
- (4) Compra de terreno na área urbana
- (5) Compra de casa na área urbana
- (6) Outros _____
- (7) Não houve

10- Sua família participa da associação de moradores e da igreja de sua comunidade?

a) () sim. b) () não.

11- Você identifica problemas/dificuldades na sua comunidade?

() Não

() Sim ; Quais problemas?

C- A RELAÇÃO DO JOVEM COM O CAMPO

1- Você já saiu do meio rural para residir no meio urbano?

a) () sim. b) () não.

Se a resposta for sim qual a razão de ter saído? E porque voltou?

<p>2- Você gosta de morar no meio rural? a) Sim () b) () Não. Por quê?</p>
<p>3- Assinale as alternativas abaixo relativas ao que você faz para se divertir nas horas de lazer: () assisto televisão () internet () converso com meus familiares () passeio com meus amigos () pratico esportes () leio () outras? _____</p>
<p>4- Você participa da tomada de decisão na propriedade? (seus pais levam em consideração a sua opinião) a) () sim. b) () não.</p>
<p>5- Sua família lhe incentiva a permanecer no campo? a) () sim. b) () não.</p>
<p>6 - Em sua opinião, quais são os benefícios de morar na zona rural? () é um local mais tranquilo () contato com a natureza () não preciso obedecer horários rígidos () não tenho patrão () é mais seguro () outros? _____ () não tem nenhum benefício</p>
<p>7- Dentro da propriedade rural você ajuda nas atividades diárias? Quais atividades você realiza? (ex: ordenha dos animais, trabalhos domésticos)</p>
<p>8- Você pretende continuar vivendo no meio rural? a) () sim. b) () não. c) () talvez.</p>
<p>9- Caso sim, ao que se deve essa decisão, por que você quer continuar vivendo no meio rural?</p>
<p>10- Supondo que você NÃO pretende continuar vivendo no meio rural. Qual é “o” motivo, ou “os” motivos, para essa tomada de decisão?</p>

<input type="checkbox"/> o trabalho é penoso <input type="checkbox"/> é difícil obter uma renda mensal <input type="checkbox"/> é difícil ter acesso a empréstimos e financiamentos <input type="checkbox"/> não gosto do trabalho rural <input type="checkbox"/> não há opções de lazer no meio rural <input type="checkbox"/> prefiro a vida na cidade <input type="checkbox"/> meus pais não levam em consideração a minha opinião
11- Se você pretende continuar na agricultura, percebe facilidade em montar sua própria propriedade? a) Sim () b) não ()
12- O que mais lhe incomoda na vida rural? <input type="checkbox"/> a distância da cidade <input type="checkbox"/> a dificuldade de se obter uma renda mensal <input type="checkbox"/> a dificuldade de acesso ao crédito (empréstimos, financiamento) <input type="checkbox"/> poucas opções de lazer <input type="checkbox"/> o trabalho rural <input type="checkbox"/> outros; Descreva _____
13- O que estaria faltando no meio rural para que você permaneça nele?
14- No futuro você pretende administrar a propriedade dos seus pais? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> talvez <input type="checkbox"/> ainda não pensei sobre isso <input type="checkbox"/> será administrada por meu irmão/irmã
15- Se você fosse administrar a propriedade de seus pais ou adquirir uma propriedade, que atividades desenvolveria? <input type="checkbox"/> atividades voltadas somente para a agricultura <input type="checkbox"/> várias atividades (ex: turismo rural, artesanato, plantio de legumes e verduras) <input type="checkbox"/> nenhuma atividade apenas iria morar na propriedade e trabalhar na cidade
D- A RELAÇÃO DO JOVEM COM A CIDADE
1- Se você NÃO pretende permanecer no meio rural, que atividade deseja desenvolver no meio urbano?
2- Ao concluir o curso Técnico em Agropecuária você pretende atuar como técnico?

<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Justifique sua resposta
3- Você pretende cursar o Ensino superior? a) <input type="checkbox"/> sim b) <input type="checkbox"/> não . Em caso de resposta afirmativa, qual curso?
4- Você vê dificuldades na vida nas cidades? <input type="checkbox"/> vida muito agitada <input type="checkbox"/> preciso cumprir horários rígidos <input type="checkbox"/> preciso comprar todos os produtos alimentícios <input type="checkbox"/> o ar é poluído <input type="checkbox"/> no trabalho é preciso cumprir tarefas burocratizadas e repetitivas <input type="checkbox"/> outras; Quais? <input type="checkbox"/> não vejo nenhuma dificuldade
5- Você sente que pertence mais ao estilo de vida rural ou ao estilo de vida urbano? <input type="checkbox"/> pertenço ao estilo de vida rural <input type="checkbox"/> pertenço ao estilo de vida urbano
6- Seus pais possuem planos para adquirir novos implementos agrícolas? a) <input type="checkbox"/> sim. b) <input type="checkbox"/> não. Se a resposta for sim quais implementos? _____
7- Você considera a opção de morar na área rural e trabalhar na cidade? a) <input type="checkbox"/> sim. b) <input type="checkbox"/> não.
8- O que lhe motivou a estudar no Centro Estadual de Educação Profissional do Sudoeste do Paraná?
9- Você e sua família obtiveram melhorias na propriedade com o conhecimento adquirido no colégio? a) <input type="checkbox"/> sim. b) <input type="checkbox"/> não. Justifique:
10- Você tem espaço na propriedade de seus pais para aplicar o que aprendeu no Centro Estadual de Educação Profissional do Sudoeste do Paraná? a) <input type="checkbox"/> sim. b) <input type="checkbox"/> não. Justifique: